



ISSN 0101-5680

RELATÓRIO 2006

Fortaleza
2008

DIRIGENTES
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL-MI

Ministros

Ciro Ferreira Gomes (até mar. 2006)

Pedro Brito do Nascimento (a partir de abr. 2006)

Interinos

Augusto Wagner Padilha Martins (04-04 a 13-04-2006)

Silvana Maria Parente Neiva Santos (13-04-2006 a 02-01-2007)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS-DNOCS

Diretor-Geral-DG

Eudoro Walter de Santana

Assessoria

José Alberto de Almeida

Napoleão Ferreira da Silva Neto

Tânia Maria Rodrigues de Pinho

Conselho Consultivo

Hypérides Pereira de Macedo

Pedro Brito do Nascimento

Eudoro Walter de Santana

Luiz Novais de Almeida

José Silvério da Silva

Júlio Thadeu Silva Kettelhut

Benedito Braga

Manoel Brandão Farias

Edinardo Ximenes Rodrigues

Alex Araújo

Elbe Figueiredo Brandão Santiago

Maria Emília Rocha

Iberê Paiva Ferreira de Souza

Antônio Ronaldo de Alencar Fernandes

José Rubens de Moraes

Tomé Carlos do Rego Cavalcante

Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica-CGPE

José Alberto de Almeida (a partir de jan. 2006)

Diretoria Administrativa-DA

José Tupinambá Cavalcante de Almeida

Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica-DI

César Augusto Pinheiro

Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção-DP

Douglas Augusto Pinto Júnior - Substituto (até jan. 2006)

Francisco Quintino Vieira Neto (a partir de jan. 2006)



ISSN 0101-5680

RELATÓRIO 2006

FORTALEZA
2008

Compilador
Yoshio Namekata

Revisão e normalização

Lúcia Maria Piancó Chaves (CGE/MD)
Margarida Lúcia de Abreu Vieira (CGE/BI)
Andrea Rodrigues Lima (estagiária)

Referência

Biblioteca Central
Av. Duque de Caxias, 1700, 1º andar.
60.035-111 Fortaleza-CE
Fone: (85) 3288-51-11
Fax: (85) 3391-52-32
<http://www.dnocs.gov.br>
E-mail: biblioteca@dnocs.gov.br

D 419 r DNOCS
Relatório 2006/Departamento Nacional de Obras
Contra as Secas-DNOCS. - Fortaleza, 2008.
120 p. el. color.

ISSN 0101-5680

1. DNOCS-Relatório 2006. I. Título

CDU 354.315.3(047.3) "2006"

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	4
1	INTRODUÇÃO	5
2	ATIVIDADES-FIM	9
2.1	Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção-DP	9
2.1.1	Coordenação de Pesca e aquicultura-CPA.....	9
2.1.1.1	<i>Centro de Pesquisas em aquicultura Rodolpho von Ihering-CPA/CA.</i>	16
2.1.1.2	<i>Centro de Pesquisas em Carcinicultura-CPA/CC</i>	21
2.1.2	Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas-CTA.....	23
2.2	Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica-DI	45
2.2.1	Coordenação de Obras-COB.....	46
2.2.2	Coordenação de Estudos e Projetos-CEP.....	57
3	ATIVIDADES-MEIO	67
3.1	Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica-CGPE	67
3.1.1	Coordenação de Gestão Estratégica-CGE.....	70
3.1.2	Coordenação de Planejamento e Orçamento-CPO.....	74
3.2	Diretoria Administrativa-DA	108
3.2.1	Coordenação de Recursos Humanos-CRH.....	109
3.2.2	Coordenação de Recursos Logísticos-CRL.....	113
3.3	Procuradoria Federal-PF	114
3.3.1	Coordenação de Análise Jurídica-CAJ.....	114

APRESENTAÇÃO

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS coloca à disposição da sociedade o Relatório 2006, um trabalho integrado das unidades central e regionais, no compromisso de disponibilizar informações resumidas das principais atividades desenvolvidas sob sua responsabilidade no semi-árido do Nordeste.

Os relatórios anuais, sistematicamente publicados desde 1909, contêm informações sobre a implantação e a administração da infra-estrutura hídrica, servindo de referencial para a constante necessidade de revisão e identificação de novas prioridades de investimentos públicos, complementadas com outras ações voltadas para o desenvolvimento sustentado da população. Este documento tem foco nas informações atualizadas sobre os resultados das realizações. Para isso, foram relacionados os principais indicadores gerenciais necessários para a compreensão da complexidade das atribuições e contribuir na agilização das ações.

As ações do Governo Federal concentram-se no desenvolvimento de diversos programas, de forma articulada, envolvendo ministérios e secretarias para que resultem em maior eficiência e eficácia do ponto de vista da organização social, da convergência produtiva das forças sociais, econômicas, políticas e culturais na busca da inclusão social, do crescimento ambientalmente sustentável, da promoção da cidadania e, em consequência, do fortalecimento da democracia. A transparência da gestão fiscal tornou-se uma obrigação para os órgãos públicos e uma referência para os estudiosos e representantes do Nordeste na Câmara e no Senado, na solução da questão aflitiva da constante escassez de água para a necessidade plena e sustentável das atividades humanas no semi-árido.

Considerando que a organização das informações gerenciais permite cumprir com competência a missão de desenvolver recursos hídricos e propiciar o seu gerenciamento para a utilização múltipla da água, viabilizando a convivência humana com a adversidade climática de ocorrência de secas cíclicas e plurianuais no Nordeste. Além da demanda interna por informações, há também um grande interesse público sobre os investimentos realizados em infra-estrutura e conhecimentos acumulados nas ações públicas e privadas de convivência da população no semi-árido, divulgados através do relatório sobre: açudagem; adução, tratamento e distribuição de água para abastecimento humano; perfuração de poços profundos; implantação de infra-estrutura de irrigação; agricultura irrigada; piscicultura e pesca em águas interiores; produção de microalgas como alimento alternativo, produção de biodiesel de mamona e preservação do meio ambiente.

Yoshio Namekata
Compilador

1 INTRODUÇÃO

As principais atividades desenvolvidas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS, no combate aos efeitos das secas no semi-árido, nos anos mais recentes, foram a implantação e a manutenção de infra-estrutura hídrica para enfrentar o fenômeno da seca através do armazenamento e liberação controlada de água para abastecimento humano, irrigação pública e irrigações privadas nos entornos dos açudes e rios perenizados. A nova visão do governo federal é a de proporcionar um amplo leque de instrumentos de apoio, que eleve a capacidade de auto-sustentação do homem em seu ambiente, em ação integrada, envolvendo programas e projetos de diversos ministérios, que objetiva: a capacitação para a vida na ação de inclusão social; o crescimento econômico com geração de emprego e renda na redução das desigualdades; e a promoção e a expansão da cidadania no fortalecimento da democracia. Dentro dessa concepção houve a intensificação da ação de derivação planejada da água dos açudes através da integração de bacias hidrográficas, construção de adutoras, canais e estações de tratamento, contribuindo para a capilarização na distribuição e a universalização do acesso à água de boa qualidade. A gestão participativa, integrada e descentralizada dos recursos hídricos e meio ambiente passou a ter uma importância estratégica e fundamental para a instituição, um desafio para as gerações atuais e futuras, visando democratizar o acesso à água que é uma tarefa de todos que têm compromisso com a vida.

Desde o início da gestão, a atual administração vêm concentrando esforços na proposta de trabalho de aprimoramento dos três eixos referenciados (a gestão do patrimônio, a gestão dos recursos hídricos e meio ambiente e a gestão do conhecimento) com vistas à recuperação do Departamento como ativo governamental, a retomada do seu papel histórico de gerador de conhecimento e tecnologia para o enfrentamento da problemática da produção e do uso da água com base na transversalidade propugnada pelo atual Governo, através de ações múltiplas que têm por objetivo a convivência com o semi-árido.

A transversalidade das ações integradas foi intensificada no esforço de promover a inserção social dos desapropriados na construção do açude Castanhão-CE e a titulação dos lotes para a emancipação dos irrigantes dos perímetros irrigados, envolvendo diversos atores da sociedade, capaz de reabilitar, capacitar e mostrar novos caminhos para o produtor rural, assegurando as condições mínimas de sustentabilidade da população em seu ambiente econômico. A implantação de parques aquícolas nos açudes públicos está sendo orientada para a exploração racional da piscicultura em um ambiente organizado e integrado, com a implantação de fábrica de tanques-rede, fábrica de ração, filetagem e comercialização programada e direta para a rede varejista. O programa de desenvolvimento sustentável da aquíicultura apresentou um salto para o futuro na piscicultura, com a introdução da tilápia tailandesa, que atinge o dobro do tamanho da similar africana e com melhor aceitação no mercado. No desenvolvimento da piscicultura foram dados os primeiros passos na reprodução em cativeiro de pirarucu, o maior peixe de água doce, com carne de excelente qualidade.

O Brasil se tornou signatário da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (United Nations Convention to Combat Desertification-UNCCD), desde 1994. Um importante passo do governo brasileiro em

ação conjunta com a sociedade civil foi o lançamento em 2004, do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca-PAN-Brasil, que vem a cumprir com a obrigação assumida com a ratificação da Convenção de elaborar um programa de ação nacional. O ponto de partida que deflagrou o processo de mobilização foi a concepção e criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Combate à Desertificação–GTIM, formado por representantes de dez ministérios afins com o programa dos governos estaduais, da sociedade civil e das instituições que possuem ações estruturantes nas regiões afetadas. A Secretaria de Recursos Hídricos-SRH foi designada para coordenar o GTIM e prestar apoio técnico e administrativo necessários ao desenvolvimento dos trabalhos para o processo de construção do PAN-Brasil.

Durante o processo de elaboração do PAN-Brasil, foram definidas as Áreas Susceptíveis à Desertificação–ASD, que são espaços climaticamente caracterizados como semi-áridos e subúmidos secos. As secas periódicas e mais graves ocorrem na área definida como sendo de clima semi-árido que abrange 1.133 municípios no Nordeste e norte de Minas Gerais, onde viviam 21 milhões de habitantes (35% da população dos estados com ocorrência de clima semi-árido) em 2005, dos quais, 9 milhões na área rural (58% da população rural). Uma área onde existem, aproximadamente, 500 mil propriedades rurais que ainda não dispõem de oferta adequada de água, aumentando sobremaneira a sua vulnerabilidade à seca. Esse regime climático com caráter temporário dos mananciais e/ou fontes naturais de suprimento, abrange um território de 976 mil km² (54% da área dos estados), exigindo grande esforço para assegurar o acesso à quantidade mínima e indispensável de água para a sobrevivência das populações mais isoladas.

Dentro da visão do programa, as principais atividades identificadas como potenciais causadoras de desertificação são: extrativismo vegetal e mineral; desmatamento desordenado das áreas de preservação ambiental; queimadas; indústrias consumidoras de lenha (olarias, caieiras e panificadoras); irrigação mal manejada e desassociada da drenagem dos solos (causando a salinização); uso intensivo do solo pouco profundo para pastoreio e agricultura não respeitando a sua aptidão natural e inobservância de práticas conservacionistas (causando a rápida perda do solo fértil).

As diretrizes das ações dos programas têm como parâmetros as orientações estratégicas do governo. Para a implementação do programa foram formadas comissões temáticas, estruturadas com a cooperação de órgãos federais e estaduais, além de centros de pesquisa, com o propósito de sistematizar e harmonizar as propostas já existentes no plano plurianual de investimentos (PPA 2004-2007) com as oriundas do processo participativo de elaboração do PAN-Brasil. As comissões, que trabalharam sob a coordenação da SRH/MMA, foram organizadas pelo GTIM em quatro áreas temáticas: a) Redução da pobreza e da desigualdade, com os subtemas: seguridade social, agricultura familiar, segurança alimentar, saneamento ambiental e educação; b) Ampliação sustentável da capacidade produtiva, com os subtemas: desenvolvimento econômico, questão fundiária, questão energética, agricultura irrigada/salinização e recursos hídricos; c) Preservação, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, com os subtemas: áreas protegidas, recursos florestais, zoneamento ecológico, econômico e políticas ambientais; e) Gestão democrática e fortalecimento institucional.

Programas e atividades do DNOCS

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS, em ação conjunta com os demais órgãos do Governo Federal, é responsável pela gestão da política de desenvolvimento regional, mais especificamente, pelo desenvolvimento da política de produção e de uso de recursos hídricos no semi-árido nordestino. Dentre outras atribuições, participa do desenvolvimento de programas nacionais de: a) Agricultura Familiar-PRONAF na capacitação de irrigantes; b) Desenvolvimento da Agricultura Irrigada na implantação, manutenção e recuperação da infra-estrutura de irrigação; c) Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade no desenvolvimento de banco genético de espécies de peixes dos rios do Nordeste; d) Zoneamento Ecológico-Econômico; e) PROÁGUA Infra-Estrutura na implantação, manutenção e recuperação de infra-estrutura hídrica de açudes e adutoras; f) Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial na capacitação dos recursos humanos para a agricultura irrigada, qualificação e requalificação de servidores públicos, realização de estudos e projetos de obras de infra-estrutura hídrica; g) Transferência de Gestão dos Perímetros Públicos Irrigados para os próprios irrigantes e titulação dos lotes pelo Programa de Emancipação; h) Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido-CONVIVER na implantação e recuperação de poços, cisternas, dessalinizadores e pesquisa de produção de microalgas como alimento alternativo para o semi-árido; i) Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura, envolvendo: o funcionamento das estações e centros de pesquisas em aqüicultura; produção e distribuição de alevinos e de larvas de camarão; pesquisas tecnológicas de reprodução de espécies econômicas, introdução de novas espécies, melhoramento genético e implantação e manutenção de unidades demonstrativas de criação e processamento de pescado; j) Administração do Sistema Hídrico, no monitoramento dos recursos hídricos e do meio ambiente, derivação de água dos açudes e organização dos usuários de água.

Ações do DNOCS

As ações desenvolvidas pelo DNOCS têm foco na água que é a base de sustentação da população humana, dessedentação animal, segurança alimentar e crescimento econômico e social, fundamental para a manutenção da biodiversidade e de todos os ciclos naturais, a produção de alimentos e a preservação da própria vida. A limitada disponibilidade de água potável em relação à crescente demanda impõe a necessidade de preservação e uso racional para assegurar o processo contínuo de ações que levem à melhoria nos sistemas de saneamento, saúde e produção de alimentos, na sustentabilidade e na qualidade de vida. A água vem se tornando cada vez mais um recurso estratégico para a humanidade. Cerca de dois terços da água doce consumida no mundo se destina à irrigação e um terço para as demais demandas.

Para o habitante do nordeste setentrional, periodicamente castigado por perda de sua lavoura de subsistência, causada pela baixa pluviosidade e inconstância da precipitação na maior parte do ano, é triste verificar em noticiários da imprensa do Sul e do Sudeste opiniões pessoais de quem não conhece a problemática da escassez da água no semi-árido e vê somente pela ótica da grande capacidade instalada nos açudes, e comete grave equívoco, ao afirmar que existe muita água armazenada, ignorando a necessidade de manutenção de estoque de segurança hídrica para precaver da ocorrência

cíclica e periódica de secas plurianuais que podem durar de três a cinco anos subseqüentes, agravada pela elevada perda por evaporação de 2.800mm/ano.

O programa de ação integrada do governo federal, envolve todos os ministérios, na implementação de uma política de investimentos públicos em infra-estrutura e capacitação dos recursos humanos para reverter o quadro de pobreza da população regional, na expectativa de alcançar resultados mais efetivos na educação, na saúde e nas políticas de incentivos para atração de investimentos geradores de emprego e renda em caráter permanente, visando ao atendimento das necessidades sociais básicas.

A aceleração das ações de adução de água para atender à crescente demanda pelo abastecimento humano vem exigindo grandes investimentos na implantação de sistemas de estações elevatórias, canais, adutoras, estações de tratamento e distribuição, principal fator de sustentabilidade das populações no semi-árido, onde se esgotam todas as fontes naturais de suprimento durante todo o segundo semestre. A tendência das populações rurais que vivem em áreas extremamente vulneráveis às secas, naturalmente ou de forma induzida, deverão migrar para as regiões com menor vulnerabilidade (litoral e vales dos rios perenizados), o projeto de integração com o rio São Francisco propiciará a garantia de água para o desenvolvimento de uma nova civilização no semi-árido setentrional que não viverá apenas da pecuária extensiva e da agricultura de sequeiro, mas fundamentalmente da pecuária intensiva, piscicultura, agricultura irrigada, artesanato, indústria e um dinâmico setor de serviços como é o caso do turismo ecológico.

A diversificação das ações de ampliação do potencial de uso econômico da água armazenada contra os efeitos das secas iniciou-se pela produção de alevinos em estações de piscicultura destinada ao povoamento dos açudes nos anos trinta do século passado e implantação de perímetros públicos irrigados nos anos sessenta. As ações estratégicas de sustentação das populações em áreas carentes de água através da transposição de bacias, adução, tratamento e distribuição para o consumo humano de forma mais abrangente são recentes, contando com o apoio dos governos estaduais e prefeituras municipais.

Além da solução hídrica, na verdade o Nordeste carece de uma política de desenvolvimento regional, que busque enfrentar o problema com uma visão de totalidade, centrada não só na irrigação, mas também no incentivo à agricultura de sequeiro, pelo fortalecimento da agroindústria das cooperativas de pequenos produtores e de espécies adaptadas às condições climáticas da região. O estabelecimento de uma política creditícia e de incentivo à produção de produtos prioritários na segurança alimentar e geração de emprego, sob a ótica de um sistema integrado e capaz de proteger toda a cadeia produtiva.

Desenvolvimento tecnológico das atividades rurais, produção integrada, escala de produção, conquista e consolidação de mercados de grande porte e nichos de mercado para novos cultivos e a inclusão econômica e social dos pequenos produtores rurais são palavras de ordem ora perseguidos. Enfrentar com determinação e coragem, a quebra do paradigma para a problemática da reduzida apropriação pelo produtor rural, da renda gerada pelas exportações agrícolas dominadas pelas grandes corporações.

2 ATIVIDADES-FIM

2.1 Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção-DP.

A Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção é responsável pelo desenvolvimento de ações de ordenamento do uso da água armazenada nas barragens públicas e do solo nas montantes dos açudes e nos projetos públicos de irrigação. Compete à equipe da Diretoria promover e supervisionar a execução das atividades de: escolha de áreas, implantação da infra-estrutura, seleção de irrigantes, operação e manutenção das estruturas de uso comum dos perímetros de irrigação; pesquisa e desenvolvimento da aquíicultura; registro, organização e capacitação dos produtores rurais e pescadores beneficiários de diversos projetos; acompanhamento e apoio às atividades desenvolvidas pelos usuários da água e do solo; e formulação de novas propostas de políticas públicas setoriais de sustentabilidade da população no semi-árido.

O reordenamento do espaço econômico na área de influência do açude Castanhão, é implementado através de ações de assistência social e econômica no reassentamento dos habitantes afetados pela desapropriação. Esta ação exigiu um grande esforço na implementação de diversos programas e projetos de apoio ao assentamento em terrenos, nem sempre adequados para a agricultura. Houve, inclusive, a necessidade de desenvolver novas habilidades para produzir em áreas de sequeiro, irrigação, criação de peixe e outras atividades não agrícolas, para a sustentação econômica e o progresso da população alvo.

2.1.1 Coordenação de Pesca e Aquíicultura-CPA

Desenvolvimento sustentável da aquíicultura

O programa de Desenvolvimento Sustentável da Aquíicultura envolve projetos de: implantação de estações de piscicultura; funcionamento de estações e centros de pesquisa; implantação de unidades demonstrativas para a produção de peixe e camarão em cativeiro; implantação de parques aquícolas; e desenvolvimento de tecnologia de produção, reprodução e processamento de pescado. A pesquisa e a assistência técnica estão balizadas no regimento interno e atendem, às solicitações dos piscicultores, cujas diretrizes e atribuições estão contidas na Agenda de Compromissos, firmada entre instituições vinculadas às atividades aquícolas no Ceará.

A principal atividade do programa de apoio ao desenvolvimento da aquíicultura é a manutenção e o funcionamento de sete estações de piscicultura e dois centros de pesquisas, para o qual foram previstos recursos da ordem de R\$3.135.974,00, havendo empenhado R\$2.488.141,41 e pago R\$2.325.993,79, para o exercício de 2006.

Funcionamento de estações e centros de pesquisa em aquíicultura.

As estações e os centros de pesquisas em aquíicultura são responsáveis pela produção de alevinos e larvas de camarão destinada ao povoamento de açudes públicos e privados. A multiplicação e a distribuição de espécies, geneticamente, melhoradas e de maior potencial produtivo, associadas à difusão de tecnologia de criação em tanques-rede, vêm contribuindo para o crescimento da produção comercial sustentado do

pescado, garantindo emprego e renda para as comunidades das margens dos reservatórios. Em 2006, foram distribuídos pelas estações de piscicultura e Centro de Pesquisa em Aqüicultura Rodolpho von Ihering um total de 45.224.220 alevinos.

Foi implantada e entrou em operação a estação de piscicultura Rui Simões Menezes, em Nova Jaguaribara-CE, com mais de seis hectares de espelho d'água, e capacidade para produzir 30 milhões de alevinos por ano, o que implicará em um grande salto na oferta de alevinos para atender aos piscicultores do açude Castanhão. Ainda encontram-se em processo de implantação as estações de piscicultura: Gracho Cardoso-SE, Jaramataia-AL, Rio de Contas-BA e São Gonçalo-PB.

Tabela 1- Produção de alevinos nas estações de piscicultura.

Unidade produtora	Localização	Total de alevinos
Adhemar Braga	Piripiri-PI	6.212.900
Centro de Pesquisas-CPA/CA	Pentecoste-CE	3.292.800
Osmar Fontenele	Sobral-CE	5.094.420
Pedro de Azevedo	Icó-CE	4.971.300
Valdemar Carneiro de França	Amanari-CE	2.022.600
Rui Simões de Menezes	Nova Jaguaribara-CE	990.000
Estevão de Oliveira	Caicó-RN	11.307.000
Bastos Tigre	Ibimirim-PE	7.220.500
Oceano Atlântico Linhares	Itiúba-BA	4.112.700
Total		45.224.220

Fonte: Coordenação de Pesca e Aqüicultura-CPA.

Implantação de parque aquícola do açude Castanhão.

A Superintendência Estadual do Meio Ambiente-SEMACE realizou audiência pública em Jaguaribara-CE, no dia 14 de novembro de 2006, para a implantação dos parques aquícolas de Alto Santo, Jaguaribara e Jaguaribe/Jaguaretama, com o apoio do Ministério da Integração Nacional, Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca e Agência Nacional das Águas, um dos mais importantes empreendimentos do DNOCS no lago formado pela barragem Castanhão.

Os parques ocuparão 1.704ha do total de 32.500ha do espelho d'água do lago, onde serão instalados 21.333 tanques-rede padrão (Dimensão: 2,00X2,00X1,20m. Preço: R\$580,00 cada. Densidade: 1.500 tilápias. Ciclo: 6 meses), com potencial para uma produção anual estimada em 30 mil toneladas de pescado, valor de venda de R\$90 milhões (Custo de produção: R\$72 milhões. Lucro bruto: R\$18 milhões). A importância dessa ação está na geração de 1.000 empregos diretos no manejo e nos investimentos em unidades de: beneficiamento, frigorificação e processamento de couro; fábricas de ração, gelo, tanques-rede e de outros apetrechos; entre outros serviços de apoio à produção e comercialização de pescado. Está sendo implantado o programa de gerenciamento do complexo, visando: a administração do conjunto; segurança; monitoramento da água e dos equipamentos; e manutenção das instalações de uso comum.

Os projetos executivos dos parques aquícolas do açude eng. Francisco Sabóia, em Ibimirim-PE, e do lago da barragem Antônio Gouveia Neto, em Surubim-PE, foram concluídos em julho e enviados ao escritório estadual da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca de Pernambuco para análise, aprovação e posterior encaminhamento para a Agência Estadual de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente-CPRH, para obtenção da licença ambiental, que é o documento necessário para a implantação dos parques. Este empreendimento tem como finalidade a inserção social pela geração de emprego e renda, aproveitamento da vocação profissional das comunidades, preservação dos aspectos culturais e diversificação do arranjo produtivo, pela introdução de uma nova modalidade de criação de peixes, em tanques-rede, aumentando a produção e a produtividade de pescado.



Foto 1 - Coleta de ova da tilápia. Centro de Pesquisas em Aqüicultura Rodolpho von Ihering, em Pentecoste-CE.



Foto 2 - Seleção de alevinos. Centro de Pesquisas em Aqüicultura Rodolpho von Ihering, em Pentecoste-CE.



Foto 3 - Exemplar do lote de pirarucu adquirido em 2005. Centro de Pesquisas em Aqüicultura Rodolpho von Ihering, em Pentecoste-CE.



Foto 4 - Aspecto da alimentação de pirarucu. Centro de Pesquisas em Aqüicultura Rodolpho von Ihering, em Pentecoste-CE.

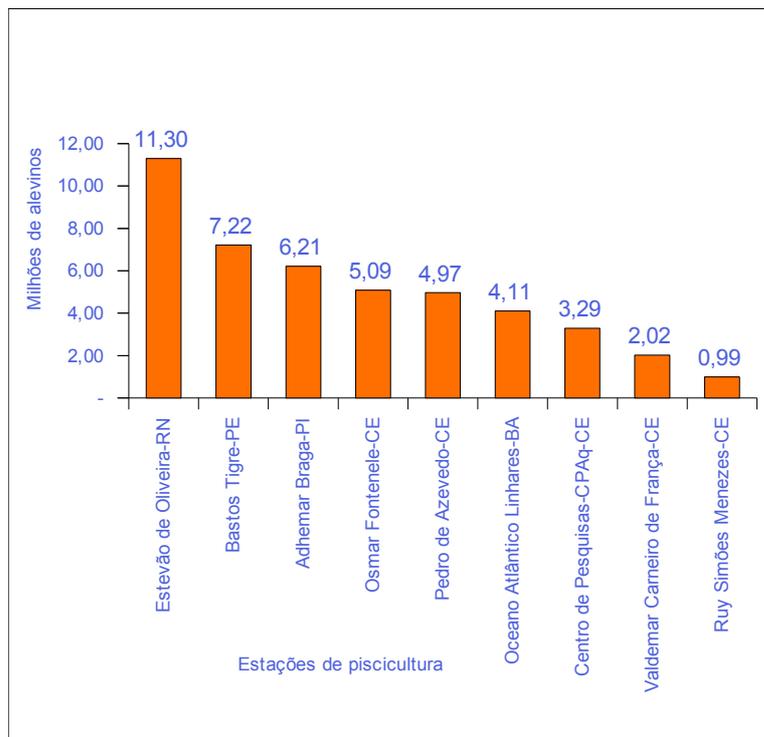


Gráfico 1 - Produção de alevinos pelas estações de piscicultura.
(Em milhões de alevinos).

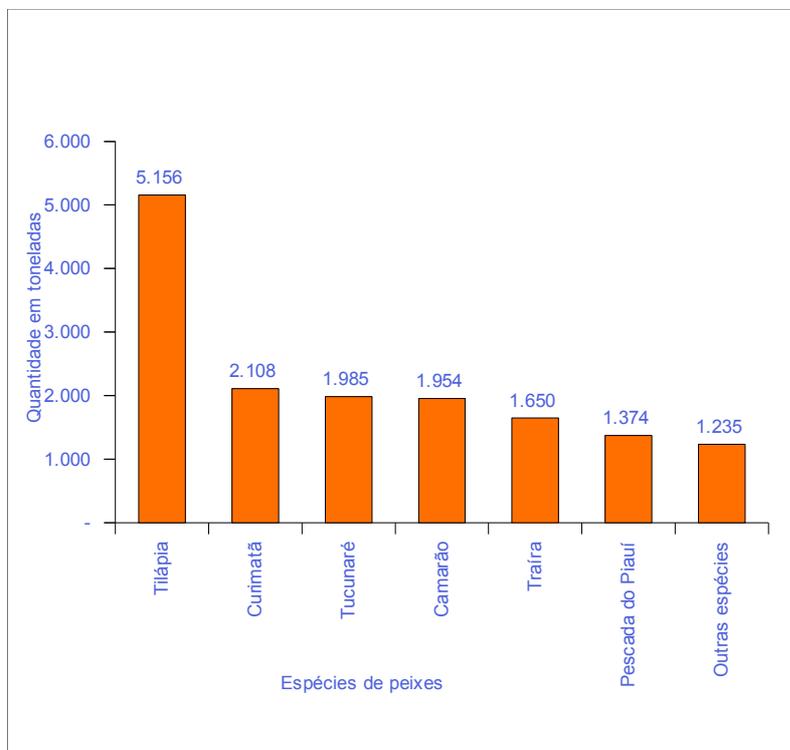


Gráfico 2 - Produção de pescado nos açudes monitorados.
(Quantidade em toneladas)

Monitoramento da pesca

O monitoramento da pesca através das coordenadorias estaduais é acompanhado de assistência técnica e extensão rural aos pescadores e piscicultores dos açudes públicos e privados. A produção de pescado é calculado a partir de dados amostrais coletados em 70 açudes e expandido para 172 açudes. Os dados computados referem-se aos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia, totalizando 15.461 toneladas. Nos demais estados não houve coleta de dados.

Tabela 2 - Produção de pescado em açudes administrados pelo DNOCS.

Pescado	Coordenadorias Estaduais. (Quantidades em toneladas)					
	Piauí	Ceará	R.G. Norte	Paraíba	Bahia	Total (t)
Peixe	1 168 79	7 234 99	1 521 92	1 583 14	1 998 42	13 507 26
Camarão	99.71	782.02	804.19	154.47	113.34	1.953.74
Total	1.268.50	8.017.01	2.326.12	1.737.61	2.111.77	15.461.00
Açudes pesquisados (amostra).	4	48	7	4	7	70
Total de açudes (amostra expandida).	22	62	32	41	15	172
Capacidade total de acumulação dos açudes (1.000.000m ³).	1.166	9.155	2.326	2.054	732	15.433

Fonte: Coordenação de Pesca e Aqüicultura-CPA e CESTs

Obs.: Os açudes pesquisados representam 84,74% da capacidade total de acumulação.

Tabela 3 - Produção de pescado nos açudes do DNOCS.

Espécies	Coordenadorias Estaduais (Quantidade em quilogramas)					
	Piauí	Ceará	R.G. Norte	Paraíba	Bahia	Total (kg)
Anaiari	696	75 624	7 213	113 664	29 215	226 413
Beiru	1.154	49.002	615	-	-	50.771
Cari	19.834	-	-	-	856	20.690
Carna	1.332	-	-	-	1.400	2.733
Curimatã	57 167	1 520 257	276 194	177 783	76 625	2 108 025
Pescada	291.157	812.105	66.231	136.106	68.467	1.374.066
Piaba	-	-	-	-	34.357	34.357
Piau	3.910	186.677	11.493	-	9.237	211.318
Piramheba	2.283	113.474	928	-	-	116.685
Piranha	1.554	32.808	-	-	101	34.463
Sardinha	-	154.567	116	-	-	154.683
Tambaqui	4.701	949	-	-	-	5.650
Tilânia	571 551	1 594 874	808 845	503 999	1 676 994	5 156 262
Traíra	114.514	1.132.415	163.622	148.259	90.860	1.649.670
Tucunaré	96.107	1.188.175	186.665	503.329	10.310	1.984.586
Outras	2.825	374.068	-	-	-	376.892
Camarão	99 714	782 020	804 194	154 467	113 345	1 953 741
Total	1.268.500	8.017.014	2.326.116	1.737.608	2.111.766	15.461.004

Fonte: Coordenação de Pesca e Aqüicultura-CPA e CESTs.

Implantação de unidades demonstrativas para a produção de pescado e camarão

No exercício de 2006, estavam programadas a implantação de três unidades demonstrativas, sendo duas na Bahia (orçamento não liberado) e uma no Rio Grande do Norte (em processo de licitação). Recursos da ordem de R\$185.446,84 foram empenhados para a implantação de uma unidade demonstrativa de produção de pescado com reciclagem e economia, preservando a qualidade e quantidade da água em seus múltiplos usos, na estação de piscicultura Estêvão de Oliveira, em Caicó-RN. O projeto foi licitado, aguardando a emissão de ordem de serviço para a execução das obras.

2.1.1.1 Centro de Pesquisas em Aqüicultura Rodolpho von Ihering-CPA/CA

O Centro de Pesquisas em Aqüicultura Rodolpho von Ihering, em Pentecoste-CE desenvolve: pesquisas em aqüicultura, nutrição, tecnologia de processamento de pescado, limnologia, ictiopatologia, genética molecular e biologia pesqueira, produção de alevinos e consultoria.

Projeto Pirarucu

Com o apoio da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, foram retomados os trabalhos relativos ao projeto pirarucu, espécie cuja produção havia sido deixada de lado pelo DNOCS há muitos anos. O projeto está implantado em uma área de seis hectares no Centro de Pesquisas em Aqüicultura, em Pentecoste-CE, e desenvolve pesquisa em convênio com a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura da Universidade Federal do Ceará. Os primeiros lotes adquiridos foram 33 matrizes e reprodutores de pirarucu em 2005, e mais 730 alevinos, em 2006, desenvolvendo, inicialmente, os trabalhos de identificação genética, tecnologia de reprodução e de criação para fins comerciais.

Tabela 4 - Distribuição de alevinos, por espécie em coleções de água pública e particular.

Espécies	Quantidade de alevinos distribuídos		
	Público	Particular	Total
Apaiari	200	-	200
Híbrido de pirapitinga x pacu	-	4.000	4.000
Sardinha	3.300	-	3.300
Tilápia vermelha revertida	1.000	-	1.000
Carpa comum	-	9.000	9.000
Tambaqui	55.500	65.600	121.100
Tilápia do Nilo	697.800	207.500	905.300
Tilápia do Nilo revertida	136.000	511.000	647.000
Matrizes e reprodutores	12.000	-	12.000
Tilápia tailandesa	-	17.500	17.500
Tilápia tailandesa revertida	15.000	149.000	164.000
Híbrido de pacu x tambaqui	-	1.500	1.500
Pós larvas tilápia tailandesa	450.000	922.000	1.372.000
Pirapitinga	14.500	13.100	27.600
Pescada	3.000	-	3.000
Híbrido de tambaqui x pacu	-	4.300	4.300
Total	1.376.300	1.904.500	3.292.800

Fonte: Centro de Pesquisas em Aqüicultura-CPA/CA.

O nascimento dos primeiros lotes de pirarucu permitiu a observação do comportamento dos reprodutores e dos alevinos, iniciando-se as pesquisas de multiplicação em cativeiro, identificação do sexo e alimentação em regime de cativeiro.

Produção e distribuição de alevinos.

O Centro produziu um total de 3.292.800 alevinos em 2006, distribuídos para peixamento de águas públicas e vendas de R\$34.932,00 para criadores particulares. Os preços variam de acordo com a espécie e tamanho dos peixes. Do total de 292 peixamentos realizados pelo Centro de Pesquisas em Aqüicultura, foram contemplados 283 coleções de água pública e particular em 2006.

Tabela 5 - Número de coleções d'água peixada e respectivas quantidades de peixamentos realizados pelo CPA/CA.

Coleções d'água/equip.	Particulares		Públicas/comunitárias		Total
	Peixadas	Peixamentos	Peixadas	Peixamentos	
Açudes	113	165	36	36	Col. d'água 283
Gaiolas	10	-	8	10	
Lagoas	8	8	2	2	Peixamentos 292
Viveiros	88	50	16	19	
Tanque	2	2	-	-	
Total	221	225	62	67	

Fonte: Centro de Pesquisas em Aqüicultura-CPA/CA.

Desenvolvimento de tecnologia de processamento do pescado

O desenvolvimento de tecnologia de processamento do pescado está sendo realizado na fábrica escola, equipada e montada no Centro de Pesquisas em Aqüicultura de Pentecoste-CE, onde também estão sendo ministrados cursos de curta duração para piscicultores, merendeiras e técnicos sobre nutrição e afins, com finalidade de agregar valores aos produtos, subprodutos do resíduo de pescado, dando determinação econômica às espécies de baixo valor comercial. Na fábrica escola foram elaborados 8 produtos atendendo as metas exigidas, utilizando carpa comum, tilápia, sardinha, pescadinha, pirapitinga, tambaqui e pirarucu, obtendo-se 307kg de produtos variados (almôndegas, filé defumado e empanado, *fishburger*, lingüiça *in natura* e defumada, patê, sardinhagem, *serviche* e tabletes). No desenvolvimento de tecnologia de processamento do pescado foram utilizados recursos financeiros de restos a pagar previstos de R\$44.438,00, dos quais foram empenhados R\$22.942,00 e dos recursos orçamentários previstos de R\$200.550,00 para 2006, empenhados R\$100.554,45 e pagos R\$43.149,20. O projeto está sendo desenvolvido com dificuldade, pois a verba para consumo não foi liberada e para os produtos elaborados não puderam ser feitas as análises microbiológicas e físico-químicas.

Capacitação de mão-de-obra

As ações de capacitação de mão-de-obra foi concentrada na modalidade de criação aliada à tecnologia de processamento do pescado, em cursos ministrados no Centro de Pesquisas em Aqüicultura Rodolpho von Ihering em Pentecoste-CE, estação de piscicultura Valdemar C. de França, em Amanari-CE, no assentamento 25 de Maio,

em Madalena-CE (MST), assentamento Chico Mendes, em Icó-CE (MST), assentamento ACOCI em Campos Sales-CE (INCRA), Escola Agrotécnica Federal do Crato-CE, Escola de Agronomia de Araripina-PE e Escola Agrotécnica Federal de Iguatu-CE. A equipe capacitou diretamente 184 pessoas, sendo: 78 estudantes de escolas agrotécnicas e 106 pessoas interessadas (pescadores, piscicultores, técnicos, etc). Participou, ainda, da organização de três cursos de aquicultura continental, ministrou aulas sobre cultivo de peixe, totalizando 110 interessados.

Tabela 6 - Produtos e derivados de pescado, elaborados.

Produto	Quantidade (kg)
Almôndegas	29,0
Filé <i>in natura</i>	50,0
Filé defumado	12,5
Filé empanado	14,0
Filetinho (petisco)	32,5
<i>Fishburguer</i>	6,0
Lingüiça <i>in natura</i>	5,0
Lingüiça defumada	2,0
Pasta básica (polpa)	1,0
Patê	24,5
Caldo	34,0
Peixe inteiro defumado	10,0
Peixe salgado	7,0
Pizza	17,0
Quibe	7,0
Salga mista	2,5
Salga rápida (massa)	3,5
Sardinhagem	27,0
<i>Seviche</i>	21,5
Tablete	1,5
Total	307,5

Fonte: Centro de Pesquisas em Aquicultura-CPA/CA.

O Centro de Pesquisas em Aquicultura participou da programação e ministração de cursos especializados em aquicultura, genética e tecnologia de processamento do pescado para graduandos de Engenharia de Pesca da UFC; piscicultura e limnologia para graduandos de Biologia da UECE; e propagação artificial de peixes para mestrandos em Engenharia de Pesca da UFC.

Tabela 7 - Cursos realizados pela equipe de pesquisa e assistência técnica.

UF	Município	Cursos	Nº de treinandos
PE	Araripina	Piscicultura continental	50
CE	Maranguape	Tecnologia de pescado	12
CE	Maranguape	Custos de produção	12
CE	Madalena	Cultivo em tanques-rede	16
CE	Icó	Cultivo em tanques-rede	08
CE	Campos Sales	Cultivo em tanques-rede	08
CE	Crato	Piscicultura continental	36
CE	Iguatu	Alevinocultura	42
Total	7	8	184

Fonte: Coordenação de Pesca e Aquicultura-CPA.

Tabela 8 - Participação na organização e ministração de aulas no centro de pesquisas em aqüicultura (Pentecoste-CE)

Mês	Cursos	Nº de treinandos
Março	Aqüicultura Continental	36
Agosto	Aqüicultura Continental	52
Novembro	Aqüicultura Continental	22
T o t a l	3	110

Fonte: Coordenação de Pesca e Aqüicultura-CPA.

Difusão de tecnologia

A difusão de tecnologia foi realizada através de palestras e publicações, sempre visando atender à demanda por informações técnicas.

Tabela 9 - Palestras sobre piscicultura proferidas pela equipe.

UF	Municípios	Eventos	Nº de participantes
CE	Fortaleza	2ª Conf. de Pesca e Aquicultura	340
CE	Crato	11ª Semantec	110
CE	Iguatu	5ª Semantec	90
Total	3	3	540

Fonte: Coordenação de Pesca e Aqüicultura-CPA.

Biodiversidade

O Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO, coordena a formulação e a implementação dessa política, mediante a promoção de parceria entre o poder público e a sociedade civil. A ação é orientada pela Convenção sobre Diversidade Biológica-CDB que tem como princípio a conservação e o uso sustentável dos componentes da biodiversidade, a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes do uso dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados à soberania nacional sobre os recursos naturais, à proteção dos conhecimentos tradicionais e à aplicação do princípio da precaução.

O projeto plurianual de mapeamento genético com o uso de marcadores moleculares *resistance gene analogues* - RGA, visa o monitoramento mais eficiente das espécies geneticamente identificadas, rastreáveis e de ótimo padrão zootécnico, uma garantia de permanência da qualidade do pescado de água doce. Atualmente sob a responsabilidade do DNOCS, este projeto tem sido de fundamental importância no objetivo de manutenção, preservação e perpetuação do patrimônio genético das espécies econômicas, ou não, de peixes nativos e exóticos. Além do mapeamento genético em *polymerase chain reaction* - PCR previsto neste projeto, foram realizados os *fingerprints* das três espécies programadas, já foi feito também o seqüenciamento de *desoxiribonucleic acid* - DNA de pirarucu e tilápia tailandesa.

Como exemplo maior do resultado do programa de melhoramento zootécnico, pode-se citar o caso da tilápia importada da Tailândia, que hoje é tida como referência no Nordeste, em termos de desempenho, conversão alimentar, prolificidade e adaptação ao ambiente. O Centro de Pesquisas em Aqüicultura tem papel primordial no projeto

tilápia tailandesa, na distribuição de matrizes e alevinos geneticamente puros importados da Tailândia e no projeto pirarucu. Um benefício adicional deste projeto tem sido também no apoio à formação de mão-de-obra especializada, através de estágios oferecidos a estudantes e pesquisadores das universidades regionais. Muito em breve teremos instrumentação suficiente para a identificação dos sexos de reprodutores de pirarucu.

Laboratório de genética molecular

O laboratório de genética molecular vem sendo estruturado com a aquisição de novos instrumentos, dispondo atualmente de equipamentos para o desenvolvimento de novas pesquisas: termo-ciclador; centrífugas; espectro-fotômetro; cuba de eletroforese; transiluminador ultravioleta; banho-maria; máquina fotográfica digital; balança de precisão, estufa, geladeira, freezer, computador com impressora e microscópio invertido com câmara digital integrada. A orientação técnica é supervisionada pelo Dr. Manoel Furtado Neto, PhD em genética de peixes e professor do Departamento de Engenharia de Pesca da UFC.

Os objetivos do laboratório de genética molecular são: melhoramento genético da tilápia, tambaqui e carpa; identificação e marcação genética dessas espécies para o controle e monitoramento da pureza, assegurando assim, a qualidade dos alevinos fornecidos; estudos genéticos de espécies de rios que sofreram barramentos para que, identificadas modificações genéticas provocadas pelo cladismo da barragem física, seja possível através de cruzamentos orientados, fazer-se a recomposição das espécies originais.

Análises físico-químicas de água

No que se refere a análises físico-químicas (prestação de serviços), foram realizadas 2.103 leituras de parâmetros em 48 coleções de água, sendo 27 pública e 21 particular. As pesquisas limnológicas realizadas no rio Ceará, lagoa da Maraponga, lagoa do Cauípe, açudes Jaibaras e Castanhão, entre outras, atenderam às demandas institucionais do Ceará e Pernambuco.

Tabela 10 - Análises físico-químicas realizadas, por coleções d'água.

Tipo de coleção d'água	Quantidade de coleções		Quantidade de análises	
	Pública	Particular	Pública	Particular
Açudes	5	1	1.331	17
Gaiolas	0	0	0	0
Lagoas	4	20	102	340
Rios	1	0	88	0
Viveiros	15	0	167	0
Tanques	0	0	0	0
Poços	2	0	58	0
Total	27	21	1.746	357

Fonte: Centro de Pesquisas em Aqüicultura-CPA/CA.

Produção de microalgas como alimento alternativo para o semi-árido.

A atividade de produção de microalgas encontra-se em pleno funcionamento no laboratório de produção de microalgas situado no Centro de Pesquisas em Aqüicultura em Pentecoste-CE, enquanto que a atividade de produção de farinha de microalgas está sendo executada no galpão de processamento de farinha de microalgas da estação de piscicultura de Amanari, Maranguape-CE. As pesquisas com microalgas do gênero *Schenedesmus Pediastrum*, *Microcystis* e *Spirogyra*, nos tanques e viveiros visam a formação de cepas ricas em nutrientes. O projeto está sendo desenvolvido com dificuldade, pois as verbas para custeio não foram liberadas, prejudicando o andamento do projeto. Apesar das dificuldades o objetivo de produção de 50kg de microalgas foi alcançado. As microalgas produzidas foram testadas na criação de alevinos de tilápia, havendo resultados mais significativos com o uso da farinha de *Schenedesmus*.

2.1.1.2 Centro de Pesquisas em Carcinicultura-CPC/CC.

O Centro de Pesquisas em Carcinicultura-CPC/CC tem papel primordial na pesquisa de produção de camarão nativo de água doce em cativeiro, no desenvolvimento da tecnologia de produção, reprodução, larvicultura, engorda; na comercialização; e no monitoramento da qualidade da água. É uma atividade em plena expansão, com grande potencialidade de geração de emprego e renda que não pode ser ignorado, inclusive pelo setor público. Mas o pioneirismo ainda enfrenta o ceticismo e a escassez de recursos entre outros desafios no desenvolvimento da pesquisa em carcinicultura de águas interiores.

Atualmente, são desenvolvidas pesquisas sobre as espécies *Macrobrachium carcinus* e *Macrobrachium amazonicum*. As referidas espécies têm papel de fundamental importância no equilíbrio do meio ambiente e mais uma fonte de renda para a população que vive da pesca nos açudes. As pesquisas sobre camarão pitu (*Macrobrachium carcinus*) envolvem: a) Estudos morfológicos interno e externo; b) Registro do ovo e do desenvolvimento embrionário; c) Registro do desenvolvimento larval através de fotos e filmagens; d) Estudo através de microscopia e identificação dos estágios larvais; e) Elaboração de pesquisa de ablação para indução de reprodução; f) Elaboração de projeto para extração do DNA.

Os camarões para formação dos plantéis de reprodutores são coletados nos açudes Pereira de Miranda em Pentecoste-CE, Amanari em Maranguape-CE, Pacajus-CE e Paraipaba-CE. Os camarões são selecionados tendo em vista o melhoramento genético. Por se tratar de animal selvagem com alto grau de canibalismo, o pitu (*Macrobrachium carcinus*) fica em constante situação de estresse, alto índice de mortalidade e necessidade de reposição freqüente do estoque de reprodutores. As espécies atualmente trabalhadas são *Macrobrachium carcinus* (130 reprodutores) e *Macrobrachium amazonicum* (279 reprodutores).

Monitoramento da água, manejo e alimentação.

Devido a exigência do pitu com relação ao meio ambiente em que vive, tem sido preparado diariamente um tanque de mistura com água salgada de 36 partes por mil e água salobra 0,7 partes por mil para se obter a salinidade desejada em cada pesquisa

feita no cultivo das larvas, tendo sido trabalhadas as salinidades de 4, 6, 12 e 17 partes por mil. Para a limpeza do tanque é feito sifonamento diário (duas vezes) para retirada da sujeira, restos de alimentação e fezes dos animais de todos os tanques. A alimentação é composta de dois tipos: viva e inerte, sendo que como alimento vivo foi utilizado o náuplio de *Artemia*, enquanto que o alimento inerte é uma mistura a base de leite, peixe, ovos, emulsão scott e farinha de trigo.

Povoamento de açudes

O Centro de Pesquisas em Carcinicultura fez o povoamento de açudes e rios com 278.900 pós-larvas, produzidas no Centro e coletadas nas estações de piscicultura de Amanari e Pentecoste.

Tabela 11 - Distribuição de pós-larvas de camarão em açudes públicos, rios e lagoas.

Local	Quantidade de pós-larvas
Açude Frios - Umirim-CE	10.700
Açude Aires de Souza - Sobral-CE	20.000
Açude Pereira de Miranda - Pentecoste-CE	15.000
Açude General Sampaio – G. Sampaio-CE	25.000
Rios	108.200
Lagoas	100.000
Total	278.900

Fonte: Centro de Pesquisas em Carcinicultura.

Capacitação de mão-de-obra

A equipe de técnicos do laboratório de carcinicultura ministrou aulas no curso teórico prático sobre aqüicultura continental, realizado no Centro de Pesquisas em Aqüicultura Rodolpho von Ihering, em Pentecoste-CE, Centro Tecnológico do Crato-CE, UFC, UECE e apoio a vários colégios das redes estadual e municipal. São requisitados pelo público numa média de cinco consultas diárias, pessoais e por telefone, em busca de auxílio técnico.

2.1.2 Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas-CTA.

Irrigação, paradigma do desenvolvimento regional.

O semi-árido constitui uma das regiões mais dependentes de intervenção pública eficiente e voltada para a eliminação dos efeitos desestruturadores decorrentes das adversidades climáticas e para o desenvolvimento regional. A forte dependência da economia do semi-árido nordestino à agricultura de sequeiro, e o seu encadeamento para trás no suprimento de insumos e para frente na comercialização dos produtos, faz com que a carência de água para irrigação, consumo humano e usos múltiplos, durante a estiagem periódica e cíclica, cause desemprego nos três setores da economia, migrações intensivas e descontroladas, aumentem os riscos de desnutrição e redução da resistência imunológica. Nos seus locais de destino, os migrantes ainda enfrentam a ausência de emprego para trabalhadores de baixo nível de educação formal e sem qualificação profissional, engrossando a população de desempregados e agravamento da violência.

A produção agrícola de subsistência em regime de sequeiro, ainda predominante no semi-árido, é incapaz de gerar excedente ou poupança necessária para novos investimentos. Na verdade, a poupança gerada historicamente pelas atividades agroexportadoras de madeira, açúcar, couro, algodão, cacau, cera de carnaúba e castanha de caju entre outros, em forma de lucros e impostos, foram carreadas em maior volume para investimentos e fortalecimento de outros setores da economia metropolitana, como ocorre naturalmente, em todos os países. O diferencial é o resultado da seriedade na aplicação de recursos públicos através de instrumentos de política setorial nos países desenvolvidos ou em processo contínuo de desenvolvimento, na seleção criteriosa e aplicação responsável de recursos públicos em segmentos prioritários na geração de emprego e renda.

O que faz falta no Nordeste é uma política de desenvolvimento de atividades sustentáveis de forma abrangente e integrada, iniciando-se pela identificação dos problemas setoriais de cada elo nas cadeias de agronegócio, e não a aplicação de subsídios de forma isolada às empresas intermediárias na industrialização e comercialização como foi a política equivocada da extinta SUDENE, sem nenhuma preocupação com a sustentabilidade do seu elo mais fraco que é o produtor de matéria-prima agrícola. O fenômeno se repete na compra de mamona para biodiesel cujo preço não remunera o custo atual de produção agrícola, mesmo com o preço do barril de petróleo, que se deseja substituir, em constante elevação.

A política de apoio à exportação agrícola sempre foi o principal instrumento para a criação de riqueza dos povos desde a antiguidade, com ênfase nas políticas de sustentação através de subsídios para a produção de produtos agrícolas prioritários na segurança alimentar, geração de emprego e de riqueza. A moderna economia de mercado está baseada na parceria e na compactação da cadeia produtiva, pela redução da distância entre o fornecedor de insumos, produtor rural e o consumidor final, a exemplo dos alimentos perecíveis (hortícolas e produtos animais), em que as organizações dos produtores rurais se articulam diretamente com as indústrias de fornecimento de insumos de um lado e de outro, a realização de contratos de fornecimento contínuo para processamento e distribuição através das cadeias de

supermercados, sem a participação de corretores ou atacadistas, como mostra a atual tendência globalizada de agronegócios.

A problemática do atraso tecnológico do setor agrícola deve tomar novos rumos com a universalização e a obrigatoriedade do ensino fundamental de qualidade que chega gradativamente ao alcance da população rural, condição mínima para criar uma nova perspectiva, tomada de consciência para a necessidade de perseguir a racionalidade e a eficiência na gestão dos negócios, pelo fortalecimento do sistema associativo e verticalização da comercialização. “O Nordeste ainda não conseguiu fazer deslanchar sua agroindústria nem fortalecer um modelo de agricultura familiar que democratize o acesso à terra e crie oportunidades de inclusão social. Mudar o semi-árido economicamente significa transformar o sertanejo em cidadão. Em alguém que através da conquista da liberdade econômica poderá decidir livremente os assuntos políticos”⁽¹⁾

Programa de Desenvolvimento da Agricultura Irrigada.

O programa de apoio à agricultura irrigada visa a promoção do desenvolvimento regional, pela implantação, recuperação e manutenção de infra-estrutura permanente de irrigação, para geração de emprego e renda. O programa de irrigação pública iniciado em 1968, com a implantação dos perímetros irrigados de Morada Nova-CE e Jacurici-BA, vinha enfrentando dificuldades de sustentação dos primeiros irrigantes assentados, cuja renda gerada na produção agrícola mostrava ser insuficiente para arcar com as despesas de manutenção da infra-estrutura de canais, equipamentos e, em alguns casos, sem condições de cobrir as despesas com eletricidade para bombeamento da água.

Para assegurar a sustentabilidade dos perímetros, o DNOCS teve que adotar novos conceitos de irrigação, iniciando-se pela escolha de solos mais férteis de tabuleiros, implantação de infra-estrutura de canalização da água e eletrificação até o lote do irrigante, ficando para a iniciativa privada as despesas com transferência da titularidade das áreas irrigadas, aquisição dos equipamentos e preparo do terreno para plantio. Excetuam-se os reassentados que recebem os lotes com equipamentos de irrigação implantados.

Nos últimos quatro anos, foi ampliada a área irrigada em 1.318ha, havendo implantado 71.799ha até o momento. No mesmo período foram entregues mais 10.750ha aos irrigantes, passando de 48.366ha em 2002 para 59.116ha em 2006 (cada ha irrigado gera um emprego direto e permanente). O perímetro Tabuleiros de Russas-CE está em fase de implantação, Platôs de Guadalupe-PI e Tabuleiros de São Bernardo-MA, em fase de recuperação e expansão de novas áreas de irrigação.

Tabuleiros de Russas-CE

Iniciada em 1992, a concepção original para o perímetro de irrigação Tabuleiros de Russas propõe a implantação de 15.100ha irrigados, sendo 11.600ha na primeira etapa e 3.500ha na segunda etapa, nos municípios de Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte-CE. O perímetro conta atualmente com as seguintes obras de infra-estrutura

(1) VILLA, Marco Antônio. A burocracia da seca. *O Povo*, Fortaleza, 5 nov.2006. Caderno Pensar, p. 8.

implantadas: canal de aproximação com extensão de 667,40m; estação de bombeamento principal com vazão de 14,00m³/s com potência instalada de 12.750 CV; dois tubos de recalque com extensão de 698m e diâmetro de 1.850mm; barragem do córrego Curral Velho com volume de 10,7 milhões de metros cúbicos; 68km de tubulações de distribuição; estação de bombeamento secundária com vazão de 7,92m³/s; 82km de canais de distribuição; 274km de estradas; 3 núcleos habitacionais; 32km de linhas de transmissão de energia elétrica de 69 kv; 200 km de linhas de distribuição rural e setores 1, 2 e 3 dos núcleos habitacionais concluídos. A primeira etapa está praticamente pronta, com exceção da rede fixa e equipamentos *on farm* dos setores 2, 3 e 4 para a conclusão final dos 11.500ha irrigados. O projeto conta atualmente com 10.762ha de área implantada, 950ha licitada e 2.900ha em licitação. Dos 9.386ha entregues aos irrigantes, cerca de 1.500ha estão cultivados e 847,56ha titulados.

Platôs de Guadalupe-PI

Iniciada em 1987, a implantação do perímetro Platôs de Guadalupe no Piauí foi prevista para 14.957ha, havendo implantado 3.196ha e entregue 2.180ha aos irrigantes. No momento, a ação trata da recuperação das obras de infra-estrutura hídrica e de equipamentos de uso comum do projeto, em vista dos danos causados por longo período sem manutenção e dos atos de vandalismo. Estão sendo recuperados equipamentos hidromecânicos e eletromecânicos; canais e drenos. Serão adquiridos e montados os equipamentos parcelares do setor hidráulico 5 (SH-5), com 340ha de área irrigada. Atualmente, estão operando 1.000ha com a exploração de fruticultura, feijão e milho irrigados, gerando mais de 1.500 empregos entre diretos e indiretos.

Quando estiver na fase de estabilização deverá beneficiar cerca de 150.000 habitantes, residentes nos municípios de Floriano, Jerumenha, Guadalupe, Marcos Parente, Landri Sales e Antônio Almeida-PI. A obra apresenta avanço físico da ordem de 80%, restando ser executados os serviços de recuperação de 18,2 km da malha viária, a conclusão do SH-5, que contempla a aquisição e montagem da complementação dos equipamentos *on farm*, bem como a aquisição de flutuantes para montagem das bombas de eixo horizontal da estação de bombeamento principal (EBP), transferidas do perímetro de irrigação Baixada Ocidental Maranhense que foi desativada por causa de problemas técnicos. Os serviços estão paralisados, em virtude da necessidade de formalizar aditivo de adequação da planilha de custo e contratação de novos serviços, os quais são imprescindíveis à conclusão da 1ª etapa do projeto.

Dos recursos orçamentários previstos de R\$3.000.000,00, foram empenhados R\$2.810.050,00 na ampliação do projeto de irrigação Platôs de Guadalupe-PI, dos quais foram pagos R\$1.020.145,00. A dotação de aditivo, em fase final de negociação, representa um acréscimo de R\$1.003.000,00 ao contrato de execução das obras, o qual, quando viabilizado, deverá proporcionar o cumprimento da meta prevista que é operar o SH-5 com 340ha de área irrigada, e recuperar a infra-estrutura da primeira etapa do projeto.

Tabuleiros de São Bernardo-MA

A implantação do perímetro irrigado Tabuleiros de São Bernardo no Maranhão, iniciada em 1987, conta com uma área total de 11.205ha, dos quais 5.592ha são

irrigáveis. O suporte hídrico é o rio Parnaíba, e a área irrigada deverá ser destinada a fruticultura; contemplando empresários e pequenos produtores. Atualmente, está em fase de implantação a primeira etapa de 1.506 ha. O projeto foi dividido em 6 setores, estando implantados e em operação os setores 1 e 2 com 542ha.

Estão sendo recuperados equipamentos hidromecânicos e eletromecânicos, canais e drenos. Serão adquiridos e montados os equipamentos parcelares do setor hidráulico 5. Com a aplicação dos recursos da ordem de R\$1.581.078,00 da LOA 2006, empenhado em dezembro, juntamente com os recursos de RP 2005, no valor de R\$1.900.000,00, será possível implantar o setor 3 do projeto. Os recursos de 2005 foram empenhados em nome do distrito e os serviços de execução estão em processo de licitação pela CEST-PI.



Foto 5 - Perímetro irrigado Tabuleiros de Russas, Russas-CE. Mamoeiro.



Foto 6 - Perímetro irrigado Itans. Caicó-RN. Colheita de coentro.



Foto 7 - Perímetro irrigado Baixo Acaraú-CE. Melão amarelo.



Foto 8 - Perímetro irrigado Baixo Acaraú-CE. Melão embalado para o mercado interno.

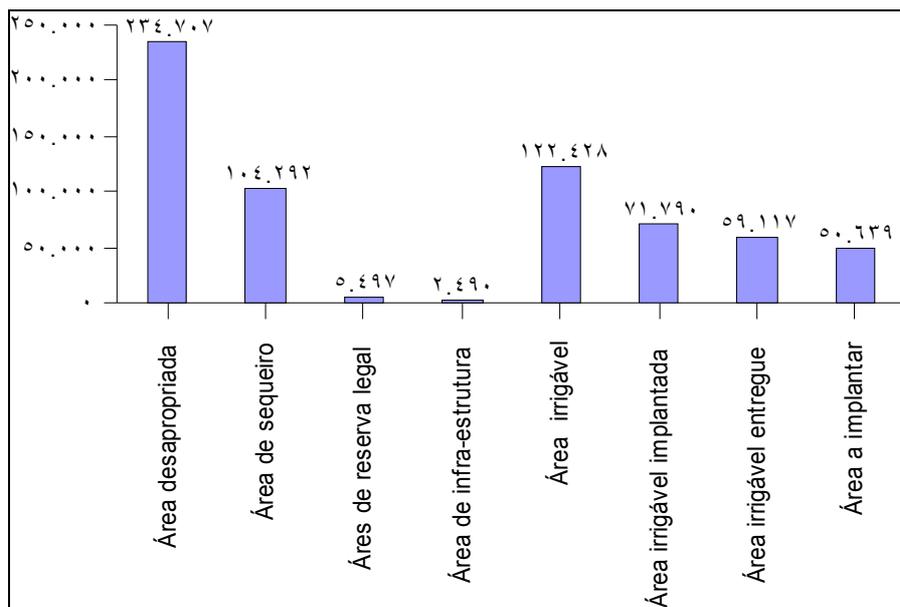


Gráfico 3 - Situação dos perímetros irrigados. (Área em hectares)

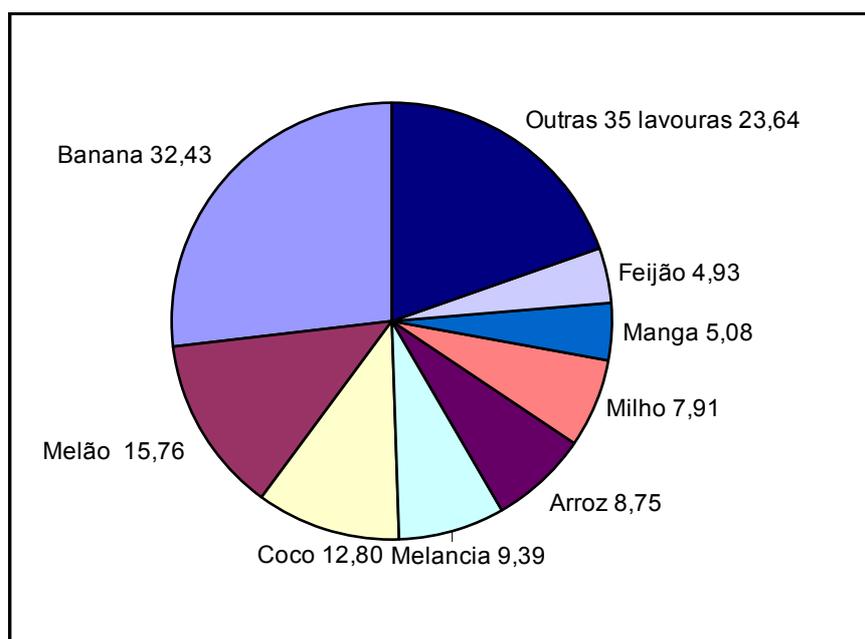


Gráfico 4 - Valor da produção das principais lavouras. (Valor em R\$ milhões)

Situação dos perímetros de irrigação

Pelas informações da Coordenação de Tecnologia de Operações Agrícolas, Serviço de Monitoramento da Produção-CTA/MP, da área irrigável disponível de 122.428ha, nos 37 perímetros irrigados, 71.790ha estão implantados e 59.117ha entregues a 7.091 beneficiários, dos quais, 6.550 pequenos produtores, operando 36.741ha, 78 engenheiros agrônomos em 1.239ha, 69 técnicos agrícolas em 797ha e 394 empresários em 19.895ha. A área entregue para irrigação passou de 49.939ha em 2005 para 59.117ha ao final de 2006, um incremento de 9.178ha em benefício de mais 497 produtores.

A área efetivamente cultivada foi de 32.584ha, dos quais 25.752ha resultaram no valor total da produção de R\$120,72 milhões em produtos de lavouras e mais R\$10,38 milhões em produtos animais. As lavouras em regime de sequeiro participaram com menos de 0,5% do valor total da produção. Dentre os produtos irrigados de maior expressão econômica, destacaram-se a banana com 26,8% do valor da produção, seguido pelo melão 13,0%, coco verde 10,6%, arroz 7,2%, milho 6,5%, manga 4,2% e feijão 4,1%, representando no conjunto, 72,4% do valor total das lavouras. Na produção animal, destacou-se o leite com 49,5% do valor, vindo a seguir a venda de bovinos. Apesar do grande volume de restos de culturas irrigadas que podem suprir as necessidades de alimentos volumosos, o desempenho da pecuária bovina é ainda modesta frente a sua potencialidade, notadamente, para atender à crescente demanda por esterco de gado para adubação orgânica, uma crescente exigência do mercado que tendem a rejeitar alimentos produzidos com uso intensivo e produtos químicos.

Pela ótica do valor total da produção, destacaram-se os perímetros Baixo-Açu-RN com R\$23,43 milhões, seguido pelo Jaguaribe-Apodi-CE R\$19,26 milhões, Tabuleiros de Russas-CE R\$18,48 milhões e São Gonçalo-PB R\$10,45 milhões, representando 54,6% do valor produzido em 8.765,03ha ou 34,0% da área irrigada. Na produtividade por área colhida, destacaram-se os perímetros irrigados Tabuleiros de Russas-CE com R\$20.050,49 por ha, seguido por Baixo-Açu-RN R\$10.667,38 e Baixo Acaraú-CE R\$7.297,21. As lavouras que apresentaram maiores valores de produção por unidade de área colhida foram melão R\$34.021,25 por ha, uva R\$32.832,31, abacaxi R\$30.576,46, grama R\$24.750,00, semente de cebola R\$20.444,44 e goiaba R\$15.337,95. O bom desempenho agrícola do melão, banana, manga entre outras é resultado da melhor organização do sistema de comercialização, notadamente, em função da presença de empresas distribuidoras estrangeiras, resultado da consolidação das exportações para Europa e outros países.

Sob a ótica da área colhida, destaca-se a maior importância relativa da banana com 4.152ha, seguido por milho 3.700ha, coco verde 3.424ha, arroz 2.933ha, feijão 2.793ha, manga 2.391ha e melancia 1.145 ha, totalizando uma área de 20.538ha ou 81,7% do total da área colhida, restando 18,3% para as demais 35 culturas irrigadas. Estes números mostram as dificuldades em assegurar a sustentabilidade de algumas culturas que são grandes absorvedoras de mão-de-obra não especializada como tomate industrial, pimenta tabasco e goiaba entre outros em função, principalmente, do fraco desempenho das agroindústrias responsáveis pela transformação destes produtos, apesar da sua grande potencialidade de produção nos perímetros irrigados e do mercado interno e externo.

Tabela 12 - Potencialidade e uso do solo dos perímetros irrigados.

Perímetros irrigados	Área desapropriada (ha)	Área de sequeiro (ha)	Reserva legal (ha)	Infra estrutura (ha)	Área irrigável (ha)	Área irrigável implantada (ha)	Área irrigável entregue (ha)	Área a implantar (ha)
CEST-PI	68.094	25.536	2.757	165	39.636	9.948	8.628	29.688
Caldeirão	1.544	1.083	-	11	450	398	388	52
Fidalgo	5.444	4.958	-	16	470	311	187	159
Gurguéia	13.534	7.565	-	40	5.929	1.974	1.974	3.955
Lagoas do Piauí	6.689	4.340	-	14	2.335	557	387	1.778
Platôs de Guadalupe	16.879	1.902	-	20	14.957	3.196	2.180	11.761
Tab. S. Bernardo-MA	11.205	5.598	-	15	5.592	542	542	5.050
Tab. Lit. do Piauí	10.985	-	2.757	45	8.183	2.470	2.470	5.713
Várzea do Flores-MA	1.813	89	-	4	1.720	500	500	1.220
CEST-CE	113.510	59.151	2.223	314	51.823	39.186	30.101	12.637
Araras Norte	6.407	3.182	-	-	3.225	1.617	1.346	1.609
Ayres de Souza	8.943	7.785	-	-	1.158	615	192	543
Baixo Acaraú	9.613	-	964	314	8.335	8.335	4.322	-
Curu-Paraipaba	12.347	4.347	-	-	8.000	3.357	3.295	4.643
Curu-Pentecoste	5.016	3.836	-	-	1.180	1.068	868	112
Ema	352	310	-	-	42	42	42	-
Forquilha	3.327	3.066	-	-	261	218	168	43
Icó-Lima Campos	10.583	6.320	-	-	4.263	2.712	2.577	1.551
Jaguaribe-Apodi	13.229	7.836	-	-	5.393	5.393	2.851	-
Jaguaruana	343	141	-	-	202	202	202	-
Morada Nova	11.025	6.692	-	-	4.333	4.247	4.247	86
Quixabinha	530	237	-	-	293	293	293	-
Tabuleiros de Russas	18.915	3.149	1.258	-	14.508	10.762	9.386	3.746
Várzea do Boi	12.879	12.249	-	-	630	326	313	304
CEST-RN	10.450	2.749	-	338	7.363	6.435	6.307	928
Baixo-Açu	6.000	-	-	-	6.000	5.168	5.168	832
Cruzeta	589	311	-	82	196	138	138	58
Itans	286	140	-	39	107	107	89	-
Pau dos Ferros	2.399	1.608	-	134	657	619	528	38
Sabugi	1.176	690	-	83	403	403	384	-
CEST-PB	7.210	2.604	175	833	3.598	2.954	2.955	644
Eng Arcoverde	824	351	175	20	279	279	279	-
São Gonçalo	5.549	1.932	-	571	3.046	2.402	2.402	644
Sumé	837	322	-	242	274	274	274	-
CEST-PE	14.364	4.975	-	157	9.233	7.128	7.127	2.105
Boa Vista	249	86	-	33	131	131	131	-
Cachoeira II	378	151	-	18	210	210	210	-
Custódia	1.341	1.020	-	25	296	296	296	-
Moxotó	12.396	3.718	-	82	8.596	6.491	6.490	2.105
CEST-BA	21.079	9.278	342	683	10.776	6.139	4.000	4.637
Brumado	8.302	2.212	-	290	5.800	4.300	2.672	1.500
Jacurici	1.100	355	145	123	478	352	201	126
Vaza Barris	11.677	6.711	198	270	4.498	1.487	1.128	3.011
Total	234.707	104.292	5.497	2.490	122.428	71.790	59.117	50.639

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção.

Tabela 13 - Potencialidade e uso do solo dos perímetros irrigados.

Perímetros Irrigados	USuários e áreas entregues(ha)										
	Centro	Pequeno produtor		Engenheiro agrônomo		Técnico agrícola		Empresa		Total	
	técnico área	Beneficiário	Área entregue	Beneficiário	Área entregue	Beneficiário	Área entregue	Beneficiário	Área entregue	Beneficiário	Área entregue
	(ha)	Nº	(ha)	Nº	(ha)	Nº	(ha)	Nº	(ha)	Nº	(ha)
CEST-PI	77	903	4.788	7	121	6	73	22	3.570	938	8.628
Caldeirão	9	93	379	-	-	-	-	-	-	93	388
Fidalgo	8	86	179	-	-	-	-	-	-	86	187
Gurguéia	20	220	1.740	2	40	2	24	1	150	225	1.974
Lagoas do Piauí	40	177	347	-	-	-	-	-	-	177	387
Platôs de Guadalupe	-	127	651	-	-	-	-	9	1.529	136	2.180
Tab. S. Bernardo-MA	-	87	542	-	-	-	-	-	-	87	542
Tab. Lit. do Piauí	-	67	489	2	51	3	39	12	1.891	84	2.470
Várzea do Flores-MA	-	46	460	3	30	1	10	-	-	50	500
CEST-CE	99	3.570	19.065	46	734	19	300	246	9.903	3.881	30.101
Araras Norte	-	89	623	9	84	3	33	2	606	103	1.346
Ayres de Souza	-	45	192	-	-	-	-	-	-	45	192
Baixo Acaraú	-	169	1.400	22	430	-	-	40	2.492	231	4.322
Curu-Paraipaba	16	679	2.433	6	22	2	7	109	817	796	3.295
Curu-Pentecoste	-	175	840	1	28	-	-	-	-	176	868
Ema	-	18	42	-	-	-	-	-	-	18	42
Forquilha	-	68	168	-	-	-	-	-	-	68	168
Icó-Lima Campos	36	466	2.541	-	-	-	-	-	-	466	2.577
Jaguaribe-Apodi	-	231	1.831	-	-	-	-	20	1.019	251	2.851
Jaguaruana	-	40	202	-	-	-	-	-	-	40	202
Morada Nova	47	902	4.153	3	47	-	-	-	-	905	4.247
Quixabinha	-	94	293	-	-	-	-	-	-	94	293
Tabuleiros de Russas	-	480	4.035	5	123	14	260	75	4.968	574	9.386
Várzea do Boi	-	114	313	-	-	-	-	-	-	114	313
CEST-RN	27	329	2.442	8	131	8	82	25	3.626	370	6.307
Baixo-Açu	-	156	1.330	8	131	8	82	25	3.626	197	5.168
Cruzeta	27	23	111	-	-	-	-	-	-	23	138
Itans	-	11	89	-	-	-	-	-	-	11	89
Pau dos Ferros	-	75	528	-	-	-	-	-	-	75	528
Sabugi	-	64	384	-	-	-	-	-	-	64	384
CEST-PB	135	557	2.500	8	136	19	184	-	-	584	2.955
Eng Arcoverde	-	55	279	-	-	-	-	-	-	55	279
São Gonçalo	135	455	1.947	8	136	19	184	-	-	482	2.402
Sumé	-	47	274	-	-	-	-	-	-	47	274
CEST-PE	70	684	5.161	-	-	-	-	31	1.896	715	7.127
Boa Vista	-	27	131	-	-	-	-	-	-	27	131
Cachoeira II	-	37	210	-	-	-	-	-	-	37	210
Custódia	-	55	296	-	-	-	-	-	-	55	296
Moxotó	70	565	4.524	-	-	-	-	31	1.896	596	6.490
CEST-BA	37	507	2.786	9	118	17	158	70	901	603	4.000
Brumado	28	299	1.523	9	118	12	101	70	901	390	2.672
Jacurici	-	36	201	-	-	-	-	-	-	36	201
Vaza Barris	9	172	1.062	-	-	5	57	-	-	177	1.128
Total	445	6.550	36.741	78	1.239	69	797	394	19.895	7.091	59.117

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção.

Tabela 14 - Área, produção e valor da produção de lavouras e animais por perímetro irrigado.

Perímetros irrigados	Lavouras						Valor da produção animal (R\$)	Valor da produção total (R\$)
	Área cultivada	Área colhida	Produção obtida					
	(ha)	(ha)	unid. (*)	(kg)	(R\$)	R\$/ha		
CEST-PI	3.619,15	1.947,25	1.452.539	13.909.208	5.192.695,61	2.666,68	215.619,20	5.408.314,81
Tab. de S. Bernardo-MA	124,00	124,00	-	72.000	63.600,00	512,90	-	63.600,00
Várzea do Flores-MA	323,50	242,50	-	3.133.966	569.058,38	2.346,63	-	569.058,38
Caldeirão	282,20	196,00	318.862	1.844.845	661.203,84	3.373,49	-	661.203,84
Fidalgo	222,75	84,50	-	215.303	90.162,50	1.067,01	138.999,00	229.161,50
Gurguéia	897,95	497,95	8.290	755.345	693.772,50	1.393,26	-	693.772,50
Lagoas do Piauí	517,00	-	-	-	-	-	-	-
Platôs de Guadalupe	728,05	563,30	1.014.500	3.621.370	1.600.023,60	2.840,45	-	1.600.023,60
Tab. Lit. do Piauí	523,70	239,00	110.887	4.266.379	1.514.874,79	6.338,39	76.620,20	1.591.494,99
CEST-CE	18.204,34	14.810,88	78.450.371	120.687.354	67.624.583,66	4.565,87	7.168.478,09	74.753.062,17
Araras Norte	780,33	527,90	4.140.200	5.616.020	3.524.482,30	6.676,42	-	3.524.482,30
Ayres de Souza	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixo Acaraú	2.127,72	912,42	1.064.390	16.504.830	6.658.122,75	7.297,21	-	6.658.122,75
Curu-Paraipaba	3.202,54	2.916,07	27.508.320	24.436.260	8.270.304,60	2.836,11	1.294.838,51	9.565.143,11
Curu-Pentecoste	749,95	609,90	5.598.490	2.475.180	1.572.470,56	2.578,24	423.049,55	1.955.520,11
Ema	60,00	53,00	-	288.800	31.256,00	589,74	371.048,80	402.304,80
Forquilha	162,40	154,50	28.777	576.921	90.725,65	587,22	328.584,60	419.310,25
Icó-Lima Campos	1.231,45	1.126,01	107.710	12.126.630	3.131.530,60	2.781,09	1.621.655,70	4.753.186,30
Jaguaribe-Apodi	5.355,61	4.227,19	39.186.100	25.842.310	17.318.654,28	4.096,97	1.943.186,45	19.261.840,75
Jaguaruana	131,60	34,50	-	31.124	39.567,00	1.146,87	82.804,00	122.371,00
Morada Nova	2.815,54	2.812,54	66.400	6.824.605	7.891.196,00	2.805,72	596.430,48	8.487.627,48
Quixabinha	257,00	188,50	506.930	872.740	302.946,78	1.607,14	-	302.946,78
Tabuleiros de Russas	999,00	921,96	243.054	23.981.074	18.485.752,19	20.050,49	-	18.485.752,19
Várzea do Boi	330,60	326,39	-	1.110.860	307.574,35	942,35	506.880,00	814.454,35
CEST-RN	2.927,30	2.677,40	2.542.150	63.627.593	24.296.189,93	9.074,55	787.991,90	25.084.181,83
Baixo-Açu	2.361,30	2.196,80	2.419.000	53.857.000	23.434.100,00	10.667,38	-	23.434.100,00
Cruzeta	99,20	82,20	-	2.887.813	352.246,03	4.285,23	237.050,00	589.296,03
Itans	40,70	38,80	31.150	1.412.510	131.866,50	3.398,62	180.286,80	312.153,30
Pau dos Ferros	292,00	246,00	-	202.400	285.740,00	1.161,54	99.685,50	385.425,50
Sabugi	134,10	113,60	92.000	5.267.870	92.237,40	811,95	270.969,60	363.207,00
CEST-PB	2.334,56	1.686,82	13.072.100	15.465.422	9.671.807,12	5.733,75	1.617.837,90	11.289.645,02
Eng. Arcoverde	213,65	142,74	22.000	1.310.650	400.708,50	2.807,26	218.150,00	618.858,50
São Gonçalo	1.987,21	1.419,08	13.046.800	13.439.860	9.105.950,50	6.416,80	1.344.990,00	10.450.940,50
Sumé	133,70	125,00	3.300	714.912	165.148,12	1.321,18	54.697,90	219.846,02
CEST-PE	1.455,69	1.134,95	1.056.910	10.584.053	3.363.876,06	2.963,90	591.477,00	3.955.353,06
Boa Vista	64,20	41,30	-	1.230.100	156.560,00	3.790,80	465.477,00	622.037,00
Cachoeira II	73,05	62,80	-	895.750	345.157,50	5.496,14	81.720,00	426.877,50
Custódia	77,00	-	-	-	-	-	44.280,00	44.280,00
Moxotó	1.241,44	1.030,85	1.056.910	8.458.203	2.862.158,56	2.776,50	-	2.862.158,56
CEST-BA	4.043,30	3.495,00	476.100	42.920.456	10.574.087,20	3.025,49	-	10.574.087,20
Brumado	2.766,00	2.599,50	125.500	34.219.050	6.890.215,00	2.650,59	-	6.890.215,00
Jacurici	102,00	8,00	-	49.641	14.604,20	1.825,53	-	14.604,20
Vaza Barris	1.174,70	887,50	350.600	8.651.765	3.669.268,00	4.134,39	-	3.669.268,00
Total	32.584,34	25.752,30	97.050.170	267.194.086	120.723.239,58	4.687,86	10.381.404,09	131.064.644,09

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção.

Relatórios agropecuários semestral, mensal e ficha cadastral dos perímetros irrigados.

(*) Coco em frutos e milho em espiga

Tabela 15 - Principais produtos animais comercializados nos perímetros irrigados.

Perímetros irrigados	Produção de leite		Animais vendidos para abate e outros fins		Outras receitas	Valor total
	Volume (L)	Valor (R\$)	(Cabeças)	Valor (R\$)	(R\$)	(R\$)
CEST-PI	138.999	138.999,00	1.720	4.870,20	71.750,00	215.619,20
Fidalgo	138.999	138.999,00	1.664	-	-	138.999,00
Tabuleiros Lit. do Piauí	-	-	56	4.870,20	71.750,00	76.620,20
CEST-CE	5.959.006	3.479.875,72	6.277	2.181.458,58	1.507.143,79	7.168.478,09
Curu Paraipaba	298.361	298.361,00	1.234	559.400,00	437.077,51	1.294.838,51
Curu Pentecoste	227.410	252.425,10	274	84.778,85	85.845,60	423.049,55
Ema	142.560	68.428,80	673	301.370,00	1.250,00	371.048,80
Forquilha	79.420	50.034,60	664	278.550,00	-	328.584,60
Icó Lima Campos	2.053.120	1.077.888,00	-	-	543.767,70	1.621.655,70
Jaguaribe-Apodi	2.421.201	1.297.763,74	1.495	604.239,73	41.182,98	1.943.186,45
Jaguaruana	91.720	73.376,00	213	-	9.428,00	82.804,00
Morada Nova	196.384	92.300,48	1.133	281.870,00	222.260,00	596.430,48
Várzea do Boi	448.830	269.298,00	591	71.250,00	166.332,00	506.880,00
CEST-RN	713.854	433.298,90	1.667	303.443,00	51.250,00	787.991,90
Cruzeta	47.000	25.850,00	915	210.200,00	1.000,00	237.050,00
Itans	205.988	123.592,80	25	6.444,00	50.250,00	180.286,80
Pau dos Ferros	73.365	51.355,50	532	48.330,00	-	99.685,50
Sabugi	387.501	232.500,60	100	38.469,00	-	270.969,60
CEST-PB	1.693.997	1.023.097,90	1.112	583.940,00	10.800,00	1.617.837,90
Engenheiro Arcoverde	223.000	133.800,00	195	81.350,00	3.000,00	218.150,00
São Gonçalo	1.404.000	842.400,00	917	502.590,00	-	1.344.990,00
Sumé	66.997	46.897,90	-	-	7.800,00	54.697,90
CEST-PE	156.980	98.114,00	714	124.000,00	369.363,00	591.477,00
Boa Vista	43.220	30.254,00	342	65.860,00	369.363,00	465.477,00
Cachoeira II	54.900	38.430,00	339	43.290,00	-	81.720,00
Custódia	58.860	29.430,00	33	14.850,00	-	44.280,00
Total	8.662.836	5.173.385,52	11.490	3.197.711,78	2.010.306,79	10.381.404,09

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção.
Relatórios agropecuários semestrais do perímetro irrigado.

Tabela 16 - Área cultivada, produção e valor da produção das principais lavouras nos perímetros irrigados.

Lavouras	Área cultivada (ha)	Área colhida (ha)	Produção obtida		Valor da produção (R\$)	Valor médio/ha (R\$/ha)
			Unidade	(kg)		
1 Lavouras irrigadas						
1.1 Outras lavouras exceto frutas						
Abóbora	110,21	88,06	-	963.100	304.447,00	3.457,27
Aipim	214,74	146,60	-	3.764.570	1.496.034,60	10.204,87
Alface	4,40	4,40	-	17.320	39.684,00	9.019,09
Algodão herbáceo	240,90	240,00	-	955.500	2.855.250,00	11.896,88
Arroz	2.968,42	2.933,77	-	2.818.022	8.745.538,00	2.980,99
Batata doce	56,91	40,56	-	407.670	210.278,00	5.184,37
Berinjela	0,81	0,89	-	4.860	3645,00	4.095,51
Cana-de-açúcar	516,42	434,90	-	31.525.760	1.351.798,82	3.108,30
Capim de corte	1.039,60	668,66	-	26.278.890	3.452.990,48	5.164,05
Capim pisoteio	88,50	4,00	-	1.641	5.874,60	1.468,65
Cebola bulbo	20,10	10,40	-	116.400	96.280,00	9.257,69
Cebola semente	9,00	9,00	-	9.600	184.000	20.444,44
Coentro/semte	27,80	26,80	-	129.170	152.354,00	5.684,85
Feijão <i>phaseolus</i> (grão)	8,59	6,29	-	12.435	19.896,00	3.163,12
Feijão <i>vigna</i> (grão)	3.211,01	2.787,46	-	3.174.149	4.630.583,10	1.661,22
Fumo	6,00	6,00	-	5.100	33.150,00	5.525,00
Girassol	61,50	24,00	-	12.000	18.000,00	750,00
Gramma	32,00	32,00	-	480.000	792.000,00	24.750,00
Mamona	55,27	55,27	-	82.450	201.162,50	3.639,63
Mandioca	46,19	32,10	-	451.892	102.744,87	3.200,77
Maxixe	4,40	-	-	-	-	-
Milho espiga (unidade)	2.704,71	2.206,80	51.874.254	-	5.450.018,44	2.469,65
Milho grão	1.950,87	1.474,32	-	2.964.499	1.098.526,25	745,11
Milho semente	240,86	199,42	1.245.600	191.700	1.264.770,00	6.342,24
Pepino	0,65	0,65	-	5.200	2.600,00	4.000,00
Pimenta	25,40	11,70	-	77.210	121.253,59	10.363,55
Pimentão semente	69,69	58,29	-	567.940	453.366,60	7.853,22
Quiabo semente	152,70	107,00	-	1.840.225	832.959,60	7.784,67
Repolho	1,30	1,30	-	23.000	9.700,00	7.461,54
Soja	350,00	312,50	-	842.000	517.948,00	1.657,43
Sorgo em grão	286,50	255,00	-	875.400	285.720,00	1.120,47
Sorgo forrageiro	416,00	332,10	-	10.271.260	458.312,48	1.380,04
Tomate industrial	182,23	169,48	-	7.583.815	1.378.190,15	8.131,87
Tomate mesa /semente	24,05	21,05	-	344.005	186.613,50	8.865,25
Subtotal outras lavouras	15.123,33	12.700,77	53.119.854	96.796.783	36.755.690,28	2.893,97
1.2 Frutas						
Abacate	3,60	2,10	-	23.800	14.320,00	6.819,05
Abacaxi (unidade)	153,64	37,42	-	1.291.694	1.144.171,21	30.576,46
Acerola	98,04	83,76	-	718.123	417.117,71	4.979,92
Banana (não especificada)	5.379,79	4.152,09	-	78.155.299	32.430.205,51	7.810,57
Caju	252,91	120,47	-	105.710	87.312,00	724,76
Coco (unidade)	3.858,55	3.424,17	53.648.904	-	12.834.581,01	3.748,23
Figo	8,00	8,00	-	36.000	95.675,00	11.959,38
Goiaba	367,03	104,00	-	2.059.418	1.595.146,60	15.337,95
Graviola	148,80	57,45	-	537.320	851.845,00	14.827,59
Laranja/limão	17,55	-	-	-	-	-
Mamão	585,80	300,37	-	8.118.158	1.923.739,45	6.404,57
Manga	2.621,10	2.391,32	-	29.643.293	5.078.146,45	2.123,57
Maracujá	258,10	94,75	-	1.403.210	1.016.014,12	10.723,10
Melancia	1.365,55	1.145,75	-	32.575.004	9.390.666,96	8.196,09
Melão	493,40	463,12	-	14.680.250	15.755.923,00	34.021,25
Pinha	67,93	34,16	-	174.865	194.165,00	5.683,99
Romã	4,00	1,20	-	4.700	4.495,00	3.745,83
Sapoti	33,77	-	-	-	-	-
Uva	39,70	21,20	-	346.260	696.045,00	32.832,31
Subtotal frutas	15.757,26	12.441,33	53.648.904	169.873.104	83.529.569,02	6.713,87
Subtotal lavouras irrigadas	30.880,59	25.142,10	106.768.758	266.669.887	120.285.259,30	4.784,17
2 Lavouras de sequeiro						
Arroz	125,50	5,50	-	21.623	9.429,40	1.714,44
Feijão <i>vigna</i> (grão)	507,00	364,00	-	211.525	277.911,00	763,49
Mamona	258,00	50,00	-	45.000	27.000,00	540,00
Milho espiga (unidade)	26,30	26,50	281.412	-	44.424,88	1.676,41
Milho grão	407,50	122,50	-	117.652	52.255,00	426,57
Outros	379,45	41,70	-	128.400	26.960,00	646,52
Subtotal lavouras de sequeiro	1.703,75	610,20	281.412	524.200	437.980,28	717,77
Total lavouras	32.584,34	25.752,30	107.050.170	267.194.087	120.723.239,58	4.687,86

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção. Unidade: espiga e fruto.

Tabela 17 - Área cultivada, produção e valor da produção das principais lavouras nos perímetros irrigados do DNOCS no Maranhão e Piauí.

Lavouras	Área cultivada	Área colhida	Produção obtida		Valor da produção
	(ha)	(ha)	Unidade	(kg)	(R\$)
1 Lavouras irrigadas					
1.1 Outras lavouras exceto frutas					
Abóbora	3,25	2,25	-	15.200	9.540,00
Aipim	3,00	-	-	-	-
Arroz	4,50	4,50	-	6.750	2.362,60
Batata doce	0,75	0,75	-	2.300	1.840,00
Cana-de-açúcar	0,50	-	-	-	-
Capim de corte	61,00	-	-	-	-
Cebola semente	2,50	2,50	-	36.000	16.000,00
Feijão <i>vigna</i> (grão)	625,05	537,30	-	593.849	954.696,00
Girassol	24,00	24,00	-	12.000	18.000,00
Mamona	30,00	30,00	-	45.000	180.000,00
Mandioca	14,00	7,00	-	228.000	28.650,00
Milho espiga (unidade)	23,00	11,00	535.450	-	107.090,00
Milho grão	254,85	254,85	-	486.174	120.377,00
Pimentão semente	1,50	1,50	-	8.500	6.204,00
Tomate mesa /semente	6,90	6,90	-	100.680	76.920,00
Subtotal outras lavouras	1.055,05	882,55	535.450	1.534.453	1.521.679,90
1.2 Frutas					
Abacaxi (unidade)	0,70	-	-	-	-
Acerola	50,50	50,50	-	178.243	186.763,71
Banana (não especificada)	434,00	315,75	-	3.672.484	885.672,88
Caju	116,00	65,00	-	52.000	34.740,00
Coco (unidade)	146,30	53,50	635.677	-	476.614,00
Goiaba	120,90	13,00	-	203.560	138.292,00
Laranja	1,00	-	-	-	-
Limão	0,50	-	-	-	-
Mamão formosa	3,00	1,50	-	3.424	1.031,08
Mamão hawaí	0,50	-	-	-	-
Manga	2,00	-	-	-	-
Melancia	387,50	295,25	-	7.969.664,00	1.688.556,06
Melão	5,50	4,50	-	64.000	51.600,00
Pinha	8,40	-	-	-	-
Subtotal frutas	1.302,80	796,20	635.677	12.185.955	3.493.075,73
Subtotal lavouras irrigadas	2.357,85	1.688,75	1.171.127	13.720.408	5.014.755,33
2 Lavouras de sequeiro					
Arroz	123,50	3,50	-	19.623	5.829,40
Capim pisoteiro	216,00	-	-	-	-
Feijão <i>vigna</i> (grão)	338,00	195,00	-	113.925	112.911,00
Mamona	208,00	-	-	-	-
Mandioca	29,50	-	-	-	-
Melancia	20,50	3,00	-	30.000	6.000,00
Milho espiga (unidade)	26,30	26,50	281.412	-	44.424,88
Milho grão	299,50	30,50	-	25.252,00	8.775,00
Subtotal lavouras de sequeiro	1.261,30	258,50	281.412	188.800	177.940,28
Total lavouras	3.619,15	1.947,25	1.452.539	13.909.208	5.192.695,61

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção. Unidade: espiga e fruto.

Tabela 18 - Área cultivada, produção e valor da produção das principais lavouras nos perímetros irrigados do DNOCS no Ceará.

Lavouras	Área cultivada (ha)	Área colhida (ha)	Produção obtida		Valor da produção (R\$)
			Unidade	(kg)	
1 Lavouras irrigadas					
1.1 Outras lavouras exceto frutas					
Abóbora	95,70	76,30	-	710.150	208.832,10
Aipim	76,74	60,30	-	1.240.970	339.474,60
Arroz	2.820,54	2.788,04	-	2.147.652	8.411.366,00
Batata doce	56,06	39,71	-	404.170	208.006,00
Cana-de-açúcar	398,22	325,60	-	20.908.760	804.858,82
Capim de corte	673,27	463,28	-	12.805.560	265.299,65
Cebola bulbo	1,30	0,40	-	6.400	1.280,00
Coentro/semente	2,00	2,00	-	48.000	1.440,00
Feijão <i>vigna</i> (grão)	2.067,76	1.883,26	-	2.223.720	3.171.254,60
Fumo	6,00	6,00	-	5.100	33.150,00
Girassol	37,50	-	-	-	-
Mamona	23,00	23,00	-	34.500	20.700,00
Mandioca	29,24	23,10	-	189.562	51.128,20
Milho espiga (unidade)	2.074,41	1.699,56	40.210.954	-	4.340.251,94
Milho grão	851,47	656,72	-	1.262.125	534.379,85
Milho semente (unidade)	187,25	181,25	1.245.600	-	1.245.600,00
Pimenta	25,40	11,70	-	77.210	121.253,59
Pimentão/semente	15,80	8,60	-	148.080	97.858,20
Soja	350,00	312,50	-	842.000	517.948,00
Sorgo em grão	286,50	255,00	-	875.400	285.720,00
Sorgo forrageiro	343,20	269,70	-	7.163.260	453.932,48
Tomate industrial	3,50	3,50	-	107.900	91.772,00
Tomate mesa /semente	11,75	8,75	-	131.325	47.903,50
Subtotal outras lavouras	10.436,61	9.098,27	41.456.554	51.331.844	21.253.409,53
1.2 Frutas					
Abacate	3,60	2,10	-	23.800	14.320,00
Abacaxi (unidade)	152,94	37,42	-	1.291.694	1.144.171,21
Acerola	37,45	29,00	-	536.230	221.229,00
Banana (não especificada)	1.907,79	1.279,18	-	24.658.651	11.798.336,35
Caju	136,41	55,47	-	53.710	52.572,00
Coco (unidade)	2.904,02	2.619,78	36.993.817	-	7.798.719,51
Figo	8,00	8,00	-	36.000	95.675,00
Goiaba	150,35	46,30	-	686.216	519.576,27
Graviola	131,85	47,25	-	386.320	583.645,00
Laranja	13,65	-	-	-	-
Limão	2,40	-	-	-	-
Mamão	440,64	178,52	-	6.667.710	1.514.905,77
Manga	142,10	19,70	-	277.580	162.227,00
Maracujá	157,30	25,95	-	688.830	637.708,12
Melancia	879,09	772,74	-	21.467.510	7.186.950,90
Melão	422,90	400,90	-	11.960.400	13.741.598,00
Pinha	40,07	15,70	-	80.900	123.900,00
Romã	4,00	1,20	-	4.700	4.495,00
Sapoti	33,77	-	-	-	-
Uva	39,70	21,20	-	346.260	696.045,00
Subtotal frutas	7.608,03	5.560,41	36.993.817	69.166.511	46.296.074,13
Subtotal lav. irrigadas	18.044,64	14.658,68	78.450.371	120.498.355	67.549.483,66
2 Lavouras de sequeiro					
Caju	4,00	-	-	-	-
Feijão <i>vigna</i> (grão)	40,00	40,00	-	17.800	21.360,00
Mamona	50,00	50,00	-	45.000	27.000,00
Milho grão	50,00	50,00	-	28.600	7.220,00
Sorgo forrageiro	15,70	12,20	-	97.600	19.520,00
Subtotal lav. sequeiro	159,70	152,20	-	189.000	75.100,00
Total lavouras	18.204,34	14.810,88	78.450.371	120.687.355	67.624.583,66

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção. Unidade: espiga e fruto.

Tabela 19- Área cultivada, produção e valor da produção das principais lavouras nos perímetros irrigados do DNOCS no Rio Grande do Norte.

Lavouras	Área cultivada	Área colhida	Produção obtida		Valor da produção
	(ha)	(ha)	Unidade	(kg)	(R\$)
1 Lavouras irrigadas					
1.1 Outras lavouras exceto frutas					
Aipim	1,00	0,30	-	3.600	2.160,00
Alface	1,40	1,40	-	15.820	18.984,00
Algodão herbáceo	237,00	237,00	-	948.000	2.844.000,00
Batata doce	0,10	0,10	-	1.200	432,00
Cana-de-açúcar	111,40	106,30	-	10.449.000	546.940,00
Capim de corte	170,40	168,90	-	11.536.000	3.164.280,00
Coentro/semente	7,30	7,30	-	61.970	74.364,00
Feijão <i>vigna</i> (grão)	153,90	145,20	-	153.060	241.154,50
Gramma	32,00	32,00	-	480.000	792.000,00
Milho espiga (unidade)	2,30	2,30	117.000	-	11.700,00
Milho grão	222,80	221,70	-	658.330	199.456,40
Pimentão semente	5,00	2,70	-	21.820	12.738,00
Sorgo forrageiro	72,10	62,40	-	3.108.000	4.380,00
Tomate industrial	48,00	45,00	-	1.805.763	247.389,53
Tomate mesa /semente	1,90	1,90	-	65.000	13.590,00
Subtotal outras lavouras	1.066,60	1.034,50	117.000	29.307.563	8.173.568,41
1.2 Frutas					
Banana (não especificada)	1.172,00	1.046,50	-	25.091.530	11.282.076,50
Coco (unidade)	61,30	61,20	2.425.150	-	486.875,00
Goiaba	32,00	24,50	-	735.000	661.500,00
Graviola	16,30	9,80	-	147.000	264.600,00
Mamão formosa	128,70	112,70	-	1.351.900	271.520,00
Manga	103,50	94,50	-	1.417.000	566.800,00
Melancia	63,40	60,20	-	2.805.200	444.010,00
Melão	56,50	52,50	-	2.576.000	1.922.800,00
Pinha	5,00	5,00	-	50.000	37.500,00
Subtotal frutas	1.638,70	1.466,90	2.425.150	34.173.630	15.937.681,50
Subtotal lavouras irrigadas	2.705,30	2.501,40	2.542.150	63.481.193	24.111.249,93
2 Lavouras de sequeiro					
Feijão <i>vigna</i> (grão)	129,00	129,00	-	79.800	143.640,00
Milho grão	58,00	42,00	-	63.800	36.260,00
Sorgo forrageiro	27,00	-	-	-	-
Subtotal lavouras de sequeiro	222,00	176,00	-	146.400	184.940,00
Total lavouras	2.927,30	2.677,40	2.542.150	63.627.593	24.296.189,93

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção. Unidade: espiga e fruto.

Tabela 20 - Área cultivada, produção e valor da produção das principais lavouras nos perímetros irrigados do DNOCS na Paraíba.

Lavouras	Área cultivada	Área colhida	Produção obtida		Valor da produção
	(ha)	(ha)	Unidade	(kg)	(R\$)
1 Lavouras irrigadas					
1.1 Outras lavouras exceto frutas					
Abóbora	5,90	5,90	-	147.500	59.000,00
Algodão herbáceo	3,00	3,00	-	7.500	11.250,00
Arroz	143,38	141,23	-	663.620	331.810,00
Cana-de-açúcar	2,00	-	-	-	-
Capim de corte	97,60	16,75	-	251.750	7.552,50
Feijão <i>vigna</i> (grão)	332,60	199,70	-	187.320	251.418,00
Milho grão	516,35	267,05	-	404.570	191.253,00
Pimentão semente	11,80	9,90	-	74.560	35.373,00
Repolho	1,00	1,00	-	17.000	8.500,00
Tomate industrial	29,10	28,79	-	1.015.552	362.220,62
Subtotal outras lavouras	1.142,73	673,32	-	2.769.372	1.258.377,12
1.2 Frutas					
Banana (não especificada)	383,70	306,56	-	12.094.400	4.157.680,00
Caju	0,50	-	-	-	-
Coco (unidade)	712,08	654,84	13.072.100	-	3.920.530,00
Goiaba	56,10	17,20	-	417.100	265.530,00
Graviola	0,65	0,40	-	4.000	3.600,00
Mamão formosa	0,30	0,30	-	3.400	1.360,00
Manga	0,30	0,30	-	4.800	1.680,00
Maracujá	0,20	-	-	-	-
Melancia	6,00	5,18	-	92.500	23.125,00
Melão	8,50	5,22	-	79.850	39.925,00
Subtotal frutas	1.168,33	990,00	13.072.100	12.696.050	8.413.430,00
Subtotal lavouras irrigadas	2.311,06	1.663,32	13.072.100	15.465.422	9.671.807,12
2 Lavouras de sequeiro					
Sorgo forrageiro	23,50	23,50	-	-	-
Subtotal lav. de sequeiro	23,50	23,50	-	-	-
Total lavouras	2.334,56	1.686,82	13.072.100	15.465.422	9.671.807,12

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção. Unidade: espiga e fruto.

Tabela 21 - Área cultivada, produção e valor da produção das principais lavouras nos perímetros irrigados do DNOCS em Pernambuco.

Lavouras	Área cultivada	Área colhida	Produção obtida		Valor da produção
	(ha)	(ha)	Unidade	(kg)	(R\$)
1 Lavouras irrigadas					
1.1 Outras lavouras exceto frutas					
Abóbora	5,11	3,61	-	90.250	27.075,00
Aipim	3,00	3,00	-	40.000	20.000,00
Algodão herbáceo	0,90	-	-	-	-
Berinjela	0,81	0,89	-	4.860	3.645,00
Cana-de-açúcar	2,30	2,00	-	78.000	-
Capim de corte	28,33	17,73	-	1.435.580	15.858,33
Cebola bulbo	16,80	8,00	-	80.000	80.000,00
Cebola semente	8,00	8,00	-	2.600	182.000,00
Coentro/semente	1,00	-	-	-	-
Feijão <i>phaseolus</i> (grão)	8,59	6,29	-	12.435	19.896,00
Feijão <i>vigna</i> (grão)	28,20	19,00	-	11.700	8.010,00
Mamona	2,27	2,27	-	2.950	462,50
Mandioca	1,45	0,50	-	18.330	9.166,67
Milho espiga (unidade)	605,00	493,94	11.010.850	-	990.976,50
Milho grão	35,90	17,50	-	14.800	7.400,00
Milho industrial	53,61	18,17	-	191.700	19.170,00
Pepino	0,65	0,65	-	5.200	2.600,00
Pimentão semente	30,03	30,03	-	241.560	257.3Tabela 21 -78,40
Quiabo/semente	10,00	-	-	-	-
Repolho	0,30	0,30	-	6.000	1.200,00
Sorgo forrageiro	0,70	-	-	-	-
Tomate industrial	101,63	92,19	-	4.654.600	676.808,00
Subtotal outras lavouras	945,14	724,63	11.010.850	6.890.565	2.321.646,40
1.2 Frutas					
Acerola	10,09	4,26	-	3.650	9.125,00
Banana (não especificada)	409,50	379,10	-	3.380.314	928.296,78
Coco (unidade)	3,35	3,35	46.060	-	9.212,50
Goiaba	7,68	3,00	-	17.542	10.248,33
Mamão formosa	11,66	6,35	-	68.274	21.847,60
Manga	2,90	1,32	-	413	309,45
Maracujá	2,10	2,10	-	22.800	22.800,00
Melancia	24,56	9,38	-	200.130	40.025,00
Pinha	1,46	1,46	-	365	365,00
Subtotal frutas	473,30	410,32	46.060	3.693.488	1.042.229,66
Subtotal lavouras irrigadas	1.418,44	1.134,95	11.056.910	10.584.053	3.363.876,06
2 Lavouras de sequeiro					
Capim pisoteio	25,00	-	-	-	-
Palma forrageira	2,25	-	-	-	-
Algaroba	10,00	-	-	-	-
Subtotal lavouras de sequeiro	37,25	-	-	-	-
Total lavouras	1.455,69	1.134,95	11.056.910	10.584.053	3.363.876,06

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção. Unidade: espiga e fruto.

Tabela 22 - Área cultivada, produção e valor da produção das principais lavouras nos perímetros irrigados do DNOCS na Bahia.

Lavouras	Área cultivada	Área colhida	Produção obtida		Valor da produção
	(ha)	(ha)	Unidade	(kg)	(R\$)
1 Lavouras irrigadas					
1.1 Outras lavouras exceto frutas					
Aipim	131,00	83,00	-	2.480.000	1.134.400,00
Alface	3,00	3,00	-	1.500	20.700,00
Cana-de-açúcar	2,00	1,00	-	90.000	-
Capim de corte	9,00	2,00	-	250.000	-
Capim pisoteio	88,50	4,00	-	1.641	5.874,00
Cebola/semente	0,50	0,50	-	1.000	1.000,00
Coentro/semente	17,50	17,50	-	19.200	76.550,00
Feijão <i>vigna</i> (grão)	3,50	3,00	-	4.500	4.050,00
Mandioca	1,50	1,50	-	16.000	13.800,00
Milho grão	69,50	56,50	-	138.500	45.660,00
Pimentão semente	5,00	5,00	-	73.420	43.815,00
Quiabo semente	142,70	107,00	-	1.840.225	832.959,60
Tomate mesa /semente	3,50	3,50	-	47.000	48.200,00
Subtotal outras lavouras	477,20	287,50	-	4.962.986	2.227.009,20
1.2 Frutas					
Banana (não especificada)	1.072,80	825,00	-	9.257.920	3.378.143,00
Coco (unidade)	31,50	31,50	476.100	-	142.630,00
Mamão formosa	1,00	1,00	-	23.450	113.075,00
Manga	2.370,30	2.275,50	-	27.943.500	4.347.130,00
Maracujá	72,50	59,50	-	649.000	325.700,00
Melancia	5,00	3,00	-	40.000	8.000,00
Pinha	13,00	12,00	-	43.600	32.400,00
Subtotal frutas	3.566,10	3.207,50	476.100	37.957.470	8.347.078,00
Total lavouras	4.043,30	3.495,00	476.100	42.920.456	10.574.087,20

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção. Unidade: espiga e fruto.

Biodiesel da mamona

O DNOCS vem apoiando as iniciativas voltadas para o cultivo da mamona, cultura típica do semi-árido e que se tornou estratégica no esforço brasileiro para reduzir a importação de diesel mineral, uma matéria-prima alternativa para o biodiesel, fonte limpa de energia, compatível com expectativas de um combustível ecológico. O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel tem como objetivo introduzir esse combustível na matriz energética brasileira de forma sustentável; gerar trabalho e renda, promovendo a inclusão social de agricultores familiares; reduzir a importação de petróleo; e melhorar as condições ambientais.

O DNOCS firmou um contrato no valor de R\$1.201.802,20, com o Instituto Centro de Ensino Tecnológico-CENTEC em 2004, para a implantação de usinas piloto de biodiesel em Tauá e Piquet Carneiro-CE com capacidade para 600 litros por dia cada. A usina piloto de Tauá está localizada no perímetro irrigado e a jusante do açude público Várzea do Boi. Foram implantadas 76ha de mamona no referido perímetro, sendo 21ha irrigados e destes, 10ha são destinados para a produção de sementes. A administração da usina, a cargo da Cooperativa dos Irrigantes do Várzea do Boi-COVAB, contará com um gerente executivo e o comitê gestor formado por técnicos do DNOCS, CENTEC, DAS, prefeitura municipal, sindicatos, BB e BN.

A usina piloto de Piquet Carneiro é em parceria com a prefeitura municipal e a empresa especializada TECBIO e o CENTEC/NUTEC do governo do Ceará. A parceria tem como objetivo a difusão de tecnologia de produção e de processamento da mamona da agricultura familiar, na geração de emprego e renda. A administração ficará a cargo da Cooperativa dos Produtores de Oleaginosas de Piquet Carneiro-COPEÓLEO, ainda em fase de formação. Será administrada por um técnico de nível superior, e contará com a ajuda do comitê gestor. O DNOCS deverá continuar à frente na implantação das três usinas piloto em Sobral, Russas e Aracoiaba no Ceará, devendo avançar nesta mesma frente para a implantação de 600 usinas de extração de óleo nos estados onde atua. A usina piloto funcionará também como unidade escola, tendo em vista a necessidade de formar profissionais especializados que trabalhem na produção de biodiesel, inicialmente, destinada ao abastecimento de uma frota de veículos de transporte escolar e caminhões das prefeituras locais, tratores de agricultores familiares, empresas de ônibus locais e motores estacionários entre outros.

Transferência de gestão dos perímetros públicos irrigados.

O Programa Transferência de Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação tem a finalidade de efetivar a recuperação física e produtiva e transferir aos irrigantes, a responsabilidade pela administração, operação e manutenção de toda a infra-estrutura de uso comum e de apoio à produção dos perímetros irrigados. As ações do programa de irrigação revestem-se de características múltiplas: iniciando-se pela licitação dos lotes dos projetos; seleção de produtores; organização dos produtores; conscientização e capacitação dos produtores, reabilitação e modernização dos sistemas, assistência técnica, co-gestão e a transferência de gestão.

Desde o início da implantação dos primeiros perímetros de irrigação pública, poucas foram as mudanças promovidas na modernização tecnológica e administrativa rumo à sustentação dos sistemas produtivos agrícolas, ora por falta de interesse dos irrigantes em realizar investimentos em terrenos públicos, ora pelo apoio permanente do estado na manutenção da infra-estrutura de canais, drenos e em certos casos, até pagamento das despesas com energia elétrica para acionamento das bombas de recalque. Com a redução da tutela do estado, a maioria dos perímetros ficaram praticamente em situação de abandono, sem condições operacionais adequadas por causa dos canais deteriorados, drenos assoreados, sistema de irrigação inadequado, graves desperdícios e mau uso da água, salinização do solo, comercialização agrícola dependente de atravessadores, inadimplência com os bancos e dificuldade de acesso ao crédito.

A tecnologia rudimentar adotada ou o uso inadequado dos insumos modernos vinha agravando a problemática do baixo rendimento agrícola e acelerando o processo de degradação do solo, no ambiente de semi-árido onde a escassez de água é o fator mais crítico. Na comercialização agrícola, a incapacidade dos produtores de organizarem associações ou cooperativas para negociar cronograma de entrega e preço de frutas e outros produtos para o suprimento das agroindústrias, cadeias de distribuidores finais ou supermercados, ainda fazem do atravessador, o maior comprador dos perímetros. A maioria dos produtores nem conhece o destino final do produto, um fato inaceitável numa economia de mercado onde a integração e a rastreabilidade são obrigatórios na preservação da saúde pública.

Tabela 23 - Recursos financeiros de Resto a Pagar-RAP 2005 e Orçamentário-LOA 2006 destinados ao Programa de Transferência de Gestão dos Perímetros Irrigados.

Perímetros irrigados	RAP 2005 previsto	RAP 2005 empenhado	LOA 2006 previsto	LOA 2006 empenhado	LOA 2006 pago
Administração do programa	167.215,00	-	432.000,00	426.179,84	366.268,89
Assistência técnica	15.474.445,00	13.201.776,00	-	-	-
Funcionamento do perímetro	-	-	-	-	-
CEST-PI			5.627.600,00	5.194.276,19	2.915.486,92
Caldeirão	-	-	456.600,00	441.941,87	87.017,67
Fidalgo	-	-	324.200,00	302.449,32	111.438,76
Gurguéia	-	-	751.600,00	634.587,16	174.506,65
Lagoas do Piauí	-	-	257.000,00	256.673,72	77.168,11
Platôs de Guadalupe	-	-	1.080.000,00	1.073.479,28	1.048.009,72
Tab. de S. Bernardo-MA	-	-	1.200.000,00	1.176.147,17	1.146.253,57
Tab. Lit. do Piauí	-	-	1.280.000,00	1.064.701,48	219.994,16
Várzea do Flores-MA	-	-	278.200,00	244.296,19	51.098,28
CEST-CE			16.343.915,00	14.859.951,65	7.338.882,55
Araras Norte	-	-	2.610.600,00	2.261.634,62	158.287,86
Ayres de Souza	-	-	-	-	-
Baixo Acaraú	-	-	1.152.000,00	1.147.409,52	755.669,25
Curu-Paraipaba	-	-	2.640.407,00	2.636.200,33	2.598.052,36
Curu-Pentecoste	-	-	1.115.000,00	1.114.984,77	1.106.046,12
Ema	-	-	88.235,00	80.951,65	5.919,69
Forquilha	-	-	117.530,00	110.068,41	19.327,52
Icó-Lima Campos	-	-	2.212.400,00	1.918.877,42	234.354,51
Jaguaribe-Apodi	-	-	605.000,00	591.838,30	564.591,47
Jaguaribe-Apodi (1)	-	-	756.602,00	756.601,17	756.601,17
Jaguaruana	-	-	88.235,00	84.767,76	13.185,66
Morada Nova	-	-	2.226.436,00	1.477.486,20	563.000,46
Quixabinha	-	-	88.235,00	72.900,00	44.859,90
Tabuleiros de Russas	-	-	2.545.000,00	2.518.000,00	430.965,50
Várzea do Boi	-	-	88.235,00	88.231,50	88.021,08
CEST-RN			1.912.039,00	1.892.861,05	207.897,14
Baixo-Açu	-	-	1.529.804,00	1.529.724,49	65.268,58
Cruzeta	-	-	88.235,00	82.035,52	31.535,52
Itans	-	-	88.235,00	82.062,48	47.062,48
Pau dos Ferros	-	-	117.530,00	117.337,67	47.329,67
Sabugi	-	-	88.235,00	81.700,89	16.700,89
CEST-PB			1.987.765,00	1.696.210,90	257.282,20
Eng ^o Arcoverde	-	-	117.530,00	111.040,69	19.670,85
São Gonçalo	-	-	1.782.000,00	1.546.439,62	205.479,09
Sumé	-	-	88.235,00	38.730,59	32.132,26
CEST-PE			7.756.089,00	7.452.301,59	1.277.872,84
Boa Vista	-	-	117.530,00	108.573,68	7.578,84
Cachoeira II	-	-	117.530,00	12.535,51	9.011,63
Custódia	-	-	88.235,00	7.598,01	5.022,00
Moxotó	-	-	7.432.794,00	7.323.594,39	1.256.260,37
CEST-BA			2.433.735,00	1.157.648,02	411.881,39
Brumado	-	-	248.600,00	210.570,55	188.781,11
Jacurici	-	-	88.235,00	62.541,63	50.353,29
Vaza Barris	-	-	2.096.900,00	884.535,84	172.746,99
Total	15.641.660,00	13.201.776,00	36.493.143,00	32.679.429,24	12.775.571,93

Fonte: SIAFI.

(1) Crédito extraordinário

Desde o início da implantação dos primeiros perímetros, a modernização foi sempre o alvo de planejamento com a intenção de criar condições para o desenvolvimento sustentável da irrigação. A ação de emancipação objetiva inserir rapidamente em uma nova ordem econômica, no jogo do capitalismo globalizado que

passa a comandar a reorganização de todo o espaço, que vai mudando de face de acordo com seus propósitos, valorizando este ou aquele produto. Pretende-se a partir da transferência de gestão e do apoio ao desenvolvimento tecnológico promover uma série de mudanças econômicas, sociais e ambientais, intrinsecamente, ligada ao processo de expansão do capitalismo, que impõe constantes mudanças nas formas de produção, associada a evolução nos conceitos e hábitos de consumo. Atenção especial está sendo dada à capacitação gerencial, assistência técnica e extensão rural, para corrigir as distorções cometidas na implantação dos antigos perímetros, envolvendo vultosos investimentos em infra-estrutura e pouquíssimo na capacitação do irrigante, na sua maioria oriundo de um processo de seleção onde o principal critério era o estado de pobreza do candidato, que sem dinheiro e sem instrução, tornou-se refém do capital e da moderna tecnologia, incompatível com o nível de conhecimento necessário para a atividade ao qual havia sido inserido.

Os recursos de restos a pagar do exercício de 2005, previsto de R\$15.641.660,00 e empenhado de R\$13.201.776,00 e recursos orçamentários 2006, previstos de R\$36.493.143,00 e empenhados de R\$32.679.429,00 são aplicados nas ações de: regularização fundiária; operação e manutenção; recuperação da infra-estrutura de uso comum; assistência técnica e extensão rural; e custeio operacional dos perímetros de irrigação. A maioria dos recursos foram repassados às organizações de produtores dos 36 perímetros irrigados, através da celebração de novos convênios ou termos aditivos aos convênios já existentes. Também foram firmados convênios para ações de assistência técnica e extensão rural com o governo do estado do Ceará, através da Secretaria de Agricultura e Pecuária-SEAGRI nos perímetros de Curu-Paraipaba, Curu-Pentecoste, Jaguaribe-Apodi e Tabuleiros de Russas, e contrato com o Centro de Treinamento e Desenvolvimento-CETREDE nos perímetros de Moxotó, Platôs de Guadalupe, Tabuleiros de São Bernardo e Tabuleiros Litorâneos.

Levando em consideração o desempenho atual da gestão dos projetos, bem como as condições sustentáveis de arrecadação de uma tarifa d'água, pode-se apontar os perímetros Baixo Acaraú e Jaguaribe-Apodi (CEST/CE); Baixo-Açu (CEST/RN); e Tabuleiros Litorâneos do Piauí (CEST/PI) como os perímetros mais próximos da emancipação. Deve-se destacar o resultado obtido no perímetro irrigado Moxotó-PE, que, com a aplicação de R\$1.522.000,00, foram recuperados 108km de canais, drenos e demais infra-estrutura e conseguiu reativar uma de área em torno de 1.000ha.

O desenvolvimento da irrigação deverá tomar novos rumos, no momento em que os condutores da política de desenvolvimento regional definirem marcos regulatórios que atraiam o capital privado em áreas que o Estado não consegue investir, abertura do mercado de terra e de água, permitindo a atração de empresas nacionais e internacionais interessadas em investimentos de baixo risco e negócios estáveis de longo prazo. A agricultura irrigada é, comprovadamente, uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e geração de renda, empregos para mão-de-obra de diversas especialidades a custos inferiores em relação a outros setores da economia. A agricultura exportadora de produtos naturais ou processados tem um grande poder multiplicador dentro da economia. Mas ressalte-se que a irrigação no semi-árido é onerada pelo elevado custo de armazenamento, adução, tratamento e uso da água, exigindo cuidados adicionais na seleção dos usuários e dos produtos irrigados.

2.2 Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica-DI.

A estruturação de programas no âmbito do Ministério da Integração Nacional-MI, objeto de uma ação integrada envolvendo 21 órgãos de diversos ministérios, está sendo desenvolvida em articulação para compatibilizar as ações quanto à oferta de água e infra-estrutura hídrica, dinamização econômica, Arranjos Produtivos Locais-APLs e convivência com o semi-árido. Os esforços do Grupo de Trabalho Interministerial-GTI estão concentrados em programas e ações regionais multissetoriais e convergentes que levem ao fortalecimento da articulação interministerial e interinstitucional. O GTI coordena a articulação com os governos estaduais das nove sub-regiões selecionadas, com o objetivo de definir uma agenda de atuação federativa em cada estado.

As demandas por investimentos em infra-estrutura hídrica detectadas pelos governos estaduais, municipais e pelas entidades vinculadas do Ministério da Integração Nacional, DNOCS e a CODEVASF, são a base de informações na elaboração dos planos de trabalhos anual e plurianual em ações dos programas que compreendem, fundamentalmente, o fortalecimento institucional dos sistemas estaduais de gestão dos recursos hídricos e a elaboração de estudos, planos e projetos.

A execução vem sendo descentralizada, em parceria com governos estaduais, municipais e organismos vinculados, as prioridades determinadas segundo as necessidades das comunidades, população atendida, preservação do patrimônio público, benefícios gerados, relação benefício/custo e prazos de execução.

Proágua

Os recursos financeiros do Proágua Infra-Estrutura e do Proágua Semi-Árido são do Banco Mundial e de contrapartida do governo brasileiro. As ações do Proágua Infra-Estrutura envolvem as construções de barragens, adutoras, sistemas de abastecimento d'água e poços profundos públicos. As demandas são identificadas a partir de levantamentos atualizados e transformadas em projetos detalhados para a implantação ou recuperação de cada obra. As ações do Proágua Semi-Árido são para ampliar a oferta de água de boa qualidade e em quantidade para a população.

Dos recursos previstos da ordem de R\$81.296.078,00 no LOA 2006, foram empenhados R\$70.736.614,90 e pagos R\$24.248.627,98. A grande diferença entre o valor empenhado e pago se deve a concentração da liberação dos recursos no final do ano, e que serão aplicados na rubrica restos a pagar do ano subsequente. Parte dos recursos foi aplicada na recuperação das principais obras hídricas, muitas em péssimo estado de conservação, especialmente as barragens que apresentavam riscos potenciais, garantindo condições de continuarem a servir a população, sem comprometer a sua segurança. A aplicação dos recursos é efetivada através de contratos firmados com empresas, a partir de licitações realizadas pelas Coordenadorias Estaduais, de forma descentralizada e priorizada, em razão da sua limitação. No momento, são necessários recursos da ordem de R\$30 milhões para recuperação e manutenção das barragens sob a responsabilidade do DNOCS.

A atual administração vem priorizando a recuperação da infra-estrutura e a capilarização do sistema de distribuição, perseguindo o objetivo de universalizar o acesso da população à água. A administração do uso da água está a cargo dos comitês

de açudes e de bacias hidrográficas, envolvendo representantes de companhias estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, empresas concessionárias de serviços de saneamento, organizações dos produtores rurais e industriais. Paralelamente, são desenvolvidas ações complementares de: acompanhamento e controle do uso da água pela implantação de sistema de monitoramento em tempo real dos recursos hídricos e do meio ambiente; estudo ambiental e zoneamento ecológico-econômico para planejamento futuro do uso racional de recursos naturais; capacitação e organização dos usuários em comitês de açudes e de bacias hidrográficas e apoio ao associativismo de irrigantes para controle e racionalização do uso da água armazenada.

Para garantir a integridade do sistema de infra-estrutura hídrica e a conservação da qualidade da água vem-se contando com o apoio dos órgãos competentes na fiscalização e na aplicação da legislação sobre a preservação do meio ambiente aos poluidores potenciais e na segurança e proteção do patrimônio público, inclusive, em áreas de invasão indevida de terrenos públicos.

2.2.1 Coordenação de Obras-COB.

Construção de adutoras

Adutora Acauã-PB.

Obra iniciada em janeiro de 2001, o projeto inicial da adutora Acauã na Paraíba previa a implantação de 175km, mas o trecho que destinaria água para Campina Grande foi excluído e a sua extensão diminuiu para 130km. Campina Grande continua sendo abastecido pelo açude Epitácio Pessoa que integrará o sistema de transposição do rio São Francisco. Com a reformulação do projeto finalizada em junho de 2006, o sistema adutor Acauã abastecerá as localidades de Ingá, Juarez Távora, Itabaiana, Mogeiro, Salgado de São Félix, Juripiranga e São Miguel de Itaipu e Zumbi, na Paraíba, beneficiando uma população estimada em 150.000 habitantes.

Atualmente, encontram-se prontos a Estação de Bombeamento-EB, como também o canal flutuante, faltando concluir as obras civis EB1 e EB2 e o suprimento e montagem de tubos e conexões. Com a reformulação do projeto foi liberada a parcela de R\$3.237.163,00 dos restos a pagar de R\$6.449.600,00, ao governo da Paraíba, havendo com isso, implantado mais 3km da adutora de 6km previsto no plano de trabalho. Os recursos do LOA 2006 foram transferidos para outra ação através de projeto de lei.

Adutora do Oeste-PE.

As obras do sistema adutor do Oeste em Pernambuco com 724km de extensão, iniciado em janeiro de 1992, integra na sua estrutura, seis estações elevatórias com bombas de 850 a 40 cv, tubulação de 700mm em aço carbono a 75mm em ferro fundido, cinco subestações de 69 kv e cinco *stand pipes*. Os seis ramais e cinco sub-ramais permitem atender 41 localidades do oeste de Pernambuco, beneficiando cerca de 274 mil habitantes. A captação no rio São Francisco ocorre na cidade de Orocó-PE, cujo ramal principal segue para oeste em direção a última estação elevatória em Marcolândia-PI.

As ações implementadas com os recursos de restos a pagar empenhados de R\$2.628.678,00 foram os ramais para abastecimento de Ipubi e Parnamirim, beneficiando uma população de 26.000 habitantes. A licitação para assentamento dos tubos está em fase final. Está sendo finalizada a execução dos ramais 1 e 1A que levarão água para Urimamã. Existe um convênio com o governo de Pernambuco para conclusão desta etapa.

Com recursos assegurados da ordem de R\$33,0 milhões, através de convênio MI/DNOCS/Governo do estado de Pernambuco/SEIN/COMPESA, estão em fase de conclusão as obras de implantação do: ramal II, partindo de Ouricuri para abastecimento de Bodocó, Trindade, Exu, Moreilândia e Granito; ramal IV, partindo de Santa Rita para Ipubi e Serra Branca; e a Estação de tratamento de água de Bodocó (100 l/s). Suplementação de R\$8,0 milhões na implantação do ramal III, partindo de Ouricuri para Santa Cruz, Jacaré e Jatobá. Do LOA previsto de R\$15,10 milhões foram empenhados R\$15.077.819,00, no período de junho a dezembro.

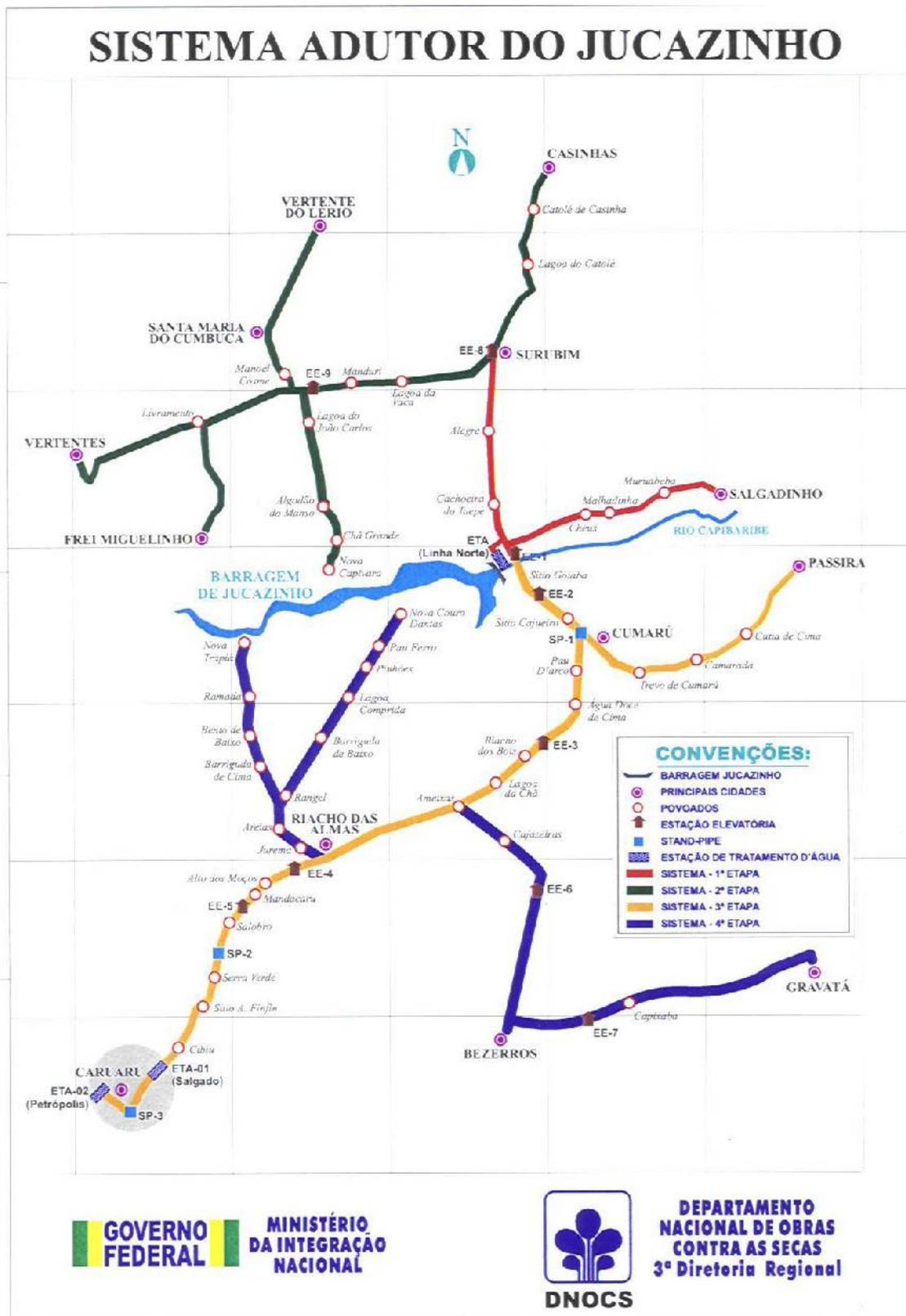
Continua em execução: as obras do ramal III de 66km, partindo de Ouricuri e destinado ao abastecimento de Santa Cruz, Jacaré e Jatobá, incluído no OGU de 2006 e suplementação no projeto de LOA 2007, na área de gestão ambiental-recursos hídricos; a última etapa do ramal III (partindo de Jatobá para Passagem das Pedras, Vídeo, Extrema, Varzinha, Socorro, Santa Filomena, Lopes, Angico e Matias); ramal V (partindo de Trindade para Lagoa do Barro, Barra de São Pedro, Gergelim e Nascente); e o ramal VI partindo de Araripina para abastecimento de Rancharia.

Sistema adutor do Jucazinho-PE

O projeto compreende a construção de uma adutora com 270,9km de extensão, linha norte com 120km e a linha sul com 150,9km. Encontram-se implantados 120km da linha norte e 130km da linha sul. Além disso foram concluídas 5 subestações de 69/13,8kv, 34km de linhas de transmissão e instalações elétricas internas das estações elevatórias. Com a aplicação dos recursos orçamentários de 2004, foi possível ampliar a oferta de água de 150 l/s para 500 l/s destinada ao abastecimento de Caruaru com 255 mil habitantes, através de uma adutora de 70km. Em fev./2005, foram inaugurados os trechos 1, 2 e 3, beneficiando uma população aproximada de 725 mil habitantes. A barragem Jucazinho, no município de Surubim, com capacidade para 327 milhões de metros cúbicos, construída em parceria com o governo de Pernambuco, é o principal reservatório do sistema adutor de Jucazinho.

As atividades em 2006 estiveram concentradas no último trecho da adutora de Bezerros a Gravatá, havendo executado: a escavação e o assentamento de tubos com diâmetro de 400mm e 300mm, numa extensão de 33km; construção da estação elevatória EE-6, na cidade de Bezerros; montagem de equipamentos hidromecânicos e quatro unidades de bombeamento na EE-6 e construção de um tanque de amortecimento (TAU). Foi concluído o trecho da adutora e implantada a estação de tratamento de água com capacidade para 40 l/s para o atendimento das comunidades de Riacho das Almas, e dos ramais para Nova Couro Dantas e Nova Trapiá; ampliada a estação de tratamento de água de Bezerros, de 40 l/s para 290 l/s e implantada a linha de transmissão de energia elétrica de 60Kva de Gravatá para a estação elevatória EE-3.

A execução do último trecho entre as localidades de Bezerros e Gravatá, com extensão de 21,0km, está assegurado com a disponibilização de recursos revistos de R\$15.100.000,00 do LOA 2006, dos quais foram empenhados R\$15.077.819,00 e pagos R\$13.013.791,16 para a cobertura das despesas a preços iniciais, reajustamentos, indenização e correção monetária por atraso de pagamento. Dos recursos previstos de R\$235.834,00 de restos a pagar de 2005, foram empenhados R\$85.232,00 até o final do ano. A obra apresenta um avanço físico da ordem de 98%. A meta é atingir a cidade de Gravatá até o final de janeiro de 2007, quando, então, ficarão concluídos os serviços de construção do sistema adutor, beneficiando 58 localidades com água tratada, envolvendo 780.000 habitantes. A COMPESA está responsável pela distribuição e o abastecimento de água.



Planta 1 – Sistema adutor do Jucazinho.



Foto 9 - Sistema adutor do Jucazinho. Escavação em rocha.



Foto 10 - Adutora do Oeste. Encanamento. Urimama-PE.



Foto 11 - Adutora do Oeste. Reservatório elevado. Urimamã-PE.



Foto 12 - Recuperação do açude General Sampaio. General Sampaio-CE.

Barragens em implantação

Açude Estreito-PI.

A construção da barragem Estreito com capacidade para 23 milhões de m³ foi iniciada em janeiro de 1996 no rio Boa Esperança no município de Padre Marcos-PI. A obra projetada em concreto compactado a rolo-ccr com um vertedouro central incorporado ao maciço e um auxiliar, em perfil *creager*, na ombreira esquerda. O empreendimento que está orçado em R\$12 milhões beneficiará com água tratada, uma população de cerca de 35.900 habitantes dos municípios de Francisco Macedo, Alegrete do Piauí, Padre Marcos, Belém do Piauí, Jaicós, Massapê do Piauí e Marcolândia-PI.

As obras estão em andamento de conformidade com o cronograma. Em junho foi transferida parte dos recursos ao governo do Piauí para execução dos serviços programados no plano de trabalho, através de convênio entre o governo do estado do Piauí e o DNOCS, para elaboração do projeto básico. As obras foram iniciadas em julho com a liberação dos recursos de restos a pagar de 2005, no valor de R\$2.950.000,00 e a outra metade em dezembro, totalizando, R\$6.092.570,00.

Barragem Piaus-PI.

A construção da barragem Piaus, iniciada em março de 2005, consiste de um maciço em terra homogênea, na calha do rio Marçal, nos municípios de Pio IX e São Julião-PI. Com uma capacidade de acumulação de 106 milhões de m³, visa o abastecimento de povoados e sedes dos municípios de Pio IX e São Julião-PI e Campos Sales-CE, irrigação e piscicultura, beneficiando cerca de 70.000 habitantes.

Dos recursos previstos da LOA 2006 de R\$200.000,00, foram empenhados R\$198.401,00 e pagos de R\$150.553,00, destinado ao pagamento dos serviços de supervisão e controle tecnológico, dando prosseguimento à execução das obras que estavam sendo realizadas com recursos empenhados de R\$2.341.800,00, de restos a pagar de 2005. De setembro a novembro não houve execução física, visto que o contrato de execução das obras foi paralisado devido a tramitação do processo de aditivo, que foi formalizado somente no final de novembro e os serviços reiniciados em dezembro. Em dezembro foi concedido um crédito de R\$1.100.000,00, através de projeto de lei, que dará suporte à continuidade dos serviços em janeiro/2007. O empreendimento está orçado em R\$30.000.000,00.

Barragem Itapebussu no Ceará.

A construção da barragem de Itapebussu no distrito de Maranguape-CE foi iniciada na década de 90 e concluída em abril/2006. A conclusão da barragem foi implementada através de convênio firmado com a prefeitura de Maranguape. O reservatório acumula 9 milhões de m³, tendo como principal objetivo o abastecimento do distrito de Itapebussu e comunidades residentes nas margens do rio barrado. A barragem está abastecendo com água potável, mais de 30 mil habitantes de Itapebussu, na região metropolitana de Fortaleza.

Para a sua conclusão, o Ministério da Integração Nacional investiu R\$1.700.000,00, sendo R\$200.000,00 de restos a pagar de 2005 e R\$1.500.000,00 de emenda parlamentar. O investimento total da barragem alcançou R\$5,5 milhões. A conclusão do empreendimento se dará com a construção da estrada de acesso (paralisada devido a problemas de ordem administrativa), e implantação dos projetos produtivos. Os recursos necessários para a implementação das ações complementares são de R\$3.500.000,00.

Açude Bujari-RN.

A construção do açude Bujari foi autorizada em janeiro de 2005, para ser implantada no rio Calabouço, no município de Nova Cruz-RN, com capacidade para armazenar 20 milhões de m³, será destinada ao abastecimento dos núcleos urbanos do município de Nova Cruz, no agreste do estado. Deverá beneficiar cerca de 250.000 habitantes inclusive o desenvolvimento agropecuário nos aluviões férteis e piscicultura.

Foram empenhados recursos do RAP 2005, da ordem de R\$393.803,00, para a elaboração do EIA-RIMA e o relatório de avaliação da sustentabilidade, que serão desenvolvidos através de convênio firmado com o governo do estado do Rio Grande do Norte. Os serviços de elaboração do projeto executivo, levantamento cadastral e o plano de reassentamento estão paralisados, aguardando a definição dos estudos ambientais.

Barragem Berizal-MG.

Com capacidade de acumulação de 339 milhões de m³, a construção da barragem Berizal no rio Pardo foi iniciada em janeiro de 1998. Está prevista para abastecimento de cerca de 120.000 habitantes nos municípios de São João do Paraíso, Berizal, rio Pardo de Minas, Indaiabeiras, Ninheiras, Taiobeiras-MG, irrigar 10.000ha e a implantação de uma estação de piscicultura.

Como a obra estava paralisada por falta de licença ambiental, foi autorizada a execução de serviço emergencial pelo TCU, em caráter excepcional, através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, para preservar as estruturas parcialmente construídas do vertedouro e tomada d'água. Os serviços emergenciais de preservação das estruturas do vertedouro foram concluídos no final de setembro.

Com os recursos empenhados de R\$2.164.332,00 e pagos de R\$1.812.718,00 da LOA 2006, foi dada a continuação dos serviços de concretagem de parte do vertedouro da barragem. Em junho foi liberado o limite orçamentário de 2006 e os serviços foram reiniciados em julho, tendo sido realizados apenas os serviços preliminares de mobilização, limpeza, recomposição de estrada e melhoramentos do canteiro de obras. O prosseguimento dos serviços de implantação da barragem será implementado somente após a liberação do licenciamento ambiental. Por este fato estão sendo adotadas as providências com vistas à contratação dos estudos ambientais complementares, solicitados pelo Instituto Estadual de Florestas-IEF/MG, órgão responsável pela análise e concessão da licença ambiental.

Barragem no rio Calindó-MG.

A barragem Calindó constitui um maciço de terra homogênea, com 16m de altura no município de Manga no norte de Minas Gerais, devendo acumular 2,5 milhões de m³ de água destinada ao abastecimento dos municípios de Calindó, Miravânia e Montalvânia-MG. Com uma parcela dos restos a pagar 2005 está sendo desenvolvido o Relatório de Controle Ambiental-RCA. O açude está com o projeto básico concluído e visa atender à demanda de pequenos irrigantes e para o consumo humano. Os recursos da LOA 2006 serão utilizados para cobrir parte das despesas do RCA e o pagamento da taxa de entrada do pedido de licenciamento do empreendimento. O custo do empreendimento está orçado em R\$10.000.000,00.

Barragem Congonhas-MG.

Com o início da obra autorizada em janeiro de 2000, a barragem Congonhas, localizada nos municípios de Itacambira e Grão Mogol, destina-se ao abastecimento de Montes Claros-MG, de outras cidades da região e para a reativação de 4.000ha para irrigação, que já possui toda a infra-estrutura e se encontra desativada por falta de água. A barragem contribuirá para a redução dos conflitos existentes entre diferentes setores usuários de água para o abastecimento humano, animal, industrial e irrigação na bacia do rio Verde Grande. Outro grande benefício do barramento é o desnível de cerca de 60 metros na geração de energia elétrica, servindo também para piscicultura, lazer e controle das cheias. Com uma vazão regularizada de 4,7 m³/s, deverá abastecer cerca de 400.000 habitantes e gerar 20.000 empregos diretos e indiretos na irrigação, piscicultura e serviços de lazer. o açude público de Congonhas faz parte do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

O projeto executivo da barragem Congonhas está concluído e a obra contratada. O início dos trabalhos depende do certificado de sustentabilidade e da licença de instalação que estão sendo providenciados. Dos recursos previstos de restos a pagar de 2005 de R\$306.907,00, foram empenhados R\$169.771,00 para o pagamento de parte das despesas com a elaboração dos estudos ambientais EIA-RIMA e de sustentabilidade, que permitirá a obtenção da outorga do direito de uso da água e a licença de instalação da obra.

Com os recursos empenhados de R\$414.154,00 e pagos de R\$214.685,00 da LOA 2006, estão sendo possíveis concluir os estudos ambientais. Os estudos de sustentabilidade foram concluídos no final de novembro. O EIA-RIMA ainda está em andamento, devido ao atraso por motivo técnico de ajuste para o atendimento à exigência do órgão ambiental.

Barragem Vacaria-MG.

A barragem Vacaria será implantada no município de Fruta de Leite, rio Vacaria, vale do rio Jequitinhonha no nordeste de Minas Gerais. A barragem será construída em concreto compactado a rolo, com altura máxima de 34m. Com capacidade máxima de 25 milhões de m³ e deverá regularizar 3,7m³/s, destinada ao abastecimento dos municípios de Fruta de Leite e Padre Carvalho-MG com uma população estimada em 15.000 habitantes e pequena irrigação.

Os estudos ambientais estão concluídos e em encaminhamento ao órgão ambiental competente de Minas Gerais com vistas à obtenção da licença ambiental para iniciar a execução das obras. O custo do empreendimento está orçado em R\$20.000.000,00, necessitando de recursos da ordem de R\$15.000.000,00 para a sua conclusão.

Manutenção e recuperação de obras de infra-estrutura.

Dos recursos financeiros previstos de R\$31.790.000,00 no LOA 2006, foram empenhados 26.463.556,00 (68% em dezembro) e pagos R\$6.768.994,00. O reduzido valor pago de apenas 25% do valor empenhado se deve a liberação de 68% em dezembro, devendo ser aplicado como restos a pagar em 2007. Os recursos são destinados para construção, recuperação, ampliação e manutenção de açudes, passagens molhadas e perfuração de poços pelo próprio DNOCS ou através de convênios firmados com os governos estaduais e prefeituras. O DNOCS faz o trabalho de fiscalização da aplicação dos recursos.

Dos recursos previstos de R\$5.500.000,00 de RAP 2005 foram empenhados R\$4.724.744,00 e repassados, em convênio, para as prefeituras, para fins de serem construídas as barragens Fátima e Malhadinha. Com os recursos transferidos para o governo do Piauí, no final de junho, foram iniciados os serviços de implantação em julho. A barragem Malhadinha, em Dirceu Arco Verde-PI, foi concluída e a de Fátima, em Picos-PI, deverá ser concluída com a parcela dos recursos liberados em dezembro.

Recuperação da barragem Poço Branco-RN.

Os recursos pagos pela Administração Central do DNOCS para a recuperação da barragem de Poço Branco, no município de Ceará-Mirim-RN, foram de R\$8.980.814,29, destinados a obras e serviços de recuperação e/ou substituição: das estruturas da tomada d'água e da galeria; dos equipamentos hidrelétricos e mecânicos; dos sistemas de drenagem superficial e subterrânea; das estruturas do sangradouro e maciço; recuperação e/ou substituição das comportas de maré e dragagem do rio Ceará-Mirim. Foram aplicados mais R\$99.627,68 nas obras de recuperação e manutenção das estruturas físicas dos diques de proteção da cidade de Jucurutu e mais R\$7.616,28 nas obras e serviços de recuperação e manutenção em eletrobombas, quadros elétricos e grupos geradores, pertencentes às estações de bombeamento dos diques A e B, cujos serviços estão concluídos. A barragem, que estava desativada alguns anos, está pronta para conter as cheias do rio Ceará-Mirim, permitir o desenvolvimento da carcinicultura e pequenas irrigações.

Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido-CONVIVER.

O objetivo do programa CONVIVER é reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas nas áreas com maior incidência de seca, aumentando sua autonomia e sustentabilidade. As principais atividades do programa são: a organização social e gestão participativa; fortalecimento do associativismo e do cooperativismo; capacitação para o desenvolvimento integrado e sustentável e estruturação e organização de Arranjos Produtivos Locais-APL. As principais ações desenvolvidas pelo DNOCS são: a perfuração e recuperação de poços profundos; construção de cisternas; instalação de

dessalinizadores; piscicultura; biodiesel; capacitação da população na convivência com a seca e pesquisa de produção de microalgas como alimento alternativo para o semi-árido.

Capacitação para a produção de alimentos para o semi-árido.

Aplicação de recursos através do Convênio PGE nº 11/2005, firmado entre o DNOCS e a EMBRAPA, por intermédio da unidade Centro Nacional de Pesquisa Agroindústria Tropical-CNPAT, visa a formação de uma rede de multiplicadores para apoiar o processo de modernização tecnológica e o desenvolvimento sustentável de modo a inserir os produtores dos perímetros públicos de irrigação de forma competitiva nos mercados. Pelo projeto foram realizados cursos de: manejo de irrigação (São Gonçalo-PB, Marco-CE e Icó-Lima Campos-CE), produção colheita e pós-colheita de abacaxi (Marco-CE), produção de manga (Icó-Lima Campos-CE), cultura do maracujá (Marco-CE), sistema de irrigação Bubbler (Limoeiro do Norte-CE), pós colheita de banana (Baixo-Açu-RN), etc. Na ação de capacitação, foram empenhados R\$517.117,00 dos recursos de restos a pagar de 2005 e R\$400.687,00 da LOA 2006 (94% liberado em dezembro), aplicados na capacitação de 376 pessoas, muito acima dos 120 programados.

Recuperação e perfuração de poços públicos

Sabendo-se que a garantia de abastecimento de água é a base para o programa de segurança alimentar, a qual reflete-se positivamente na melhoria das condições sanitárias, foram realizados levantamentos preliminares das condições atuais de suprimento, identificação e cadastro dos beneficiários, com vistas à elaboração de proposta de sistema de abastecimento mais adequado em cada lugarejo que não disponha de água de qualidade para consumo. Trata-se, na verdade de um programa de inclusão social das comunidades, uma solução relevante na redução das doenças transmissíveis por veiculação hídrica.

Dos recursos financeiros de restos a pagar de 2005, previstos de R\$2.582.232,00, foram empenhados R\$2.336.104,00, na perfuração de 13 poços tubulares profundos em comunidades localizadas nos municípios do Rio Grande do Norte, beneficiando 199 famílias, 14 em Minas Gerais e mais 7 em outros estados, totalizando 42 poços. A CEST-RN firmou um termo de compromisso com a Cooperativa de Professores do Rio Grande do Norte-COOPERN para perfuração de um poço artesiano na comunidade de Abdarramant, localizada em Caraúbas, que irá permitir a implantação de um aviário em sistema de gestão coletiva e beneficiar 35 famílias, de forma sustentável, por meio da implantação de uma cooperativa de produção avícola com o patrocínio da Petrobrás. Dos recursos dos RAP de 2005, a CEST-MG adquiriu 3 perfuratrizes no valor de R\$1.400.000,00 para o programa de implantação de poços com equipamentos próprios.

Da dotação orçamentária da LOA 2006, prevista de R\$2.125.000,00 para 2006, foram empenhados R\$1.586.405,00 e pagos R\$709.604,00 na implantação dos poços públicos. As licitações para perfuração dos poços profundos foram realizadas pelas coordenadorias estaduais. A Coordenadoria Estadual no Ceará realizou a meta física de 79 poços profundos implantados em 79 localidades, em 19 municípios, beneficiando

2.370 famílias. Com os recursos da LOA foram, ainda, perfurados e aparelhados mais 18 poços públicos distribuídos nos diversos estados da região, de um total de 20 poços programados pelas Coordenadorias Estaduais.

Pode-se destacar o convênio com as prefeituras de Alcantil e Sobrado-PB onde foram perfurados 5 poços e instalados 4, sendo que um não foi aproveitado por apresentar vazão zero. Foram realizadas vistorias técnicas para a locação de 34 poços solicitados pelas prefeituras de Arara, Algodão de Jandaíra, Barra de Santa Rosa, Campina Grande, Cacimba de Dentro, Damião, Emas, Frei Martinho, Juazeirinho, Pedro Régis, Queimadas, São Francisco, Santa Luzia e Umbuzeiro-PB. A Coordenadoria Estadual da Bahia recuperou uma perfuratriz e caminhões de apoio e perfurou 18 poços tubulares em: Sento Sé (10), Jaguarari (4), Poções (2), Mirante (1) e Tanhaçu-BA (1). As maiores dificuldades para o cumprimento das metas é a morosidade de algumas prefeituras na tramitação de documentos necessários para a celebração dos convênios.

Água Boa para Todos (dessalinização)

No desenvolvimento do projeto Água Boa para Todos, que se enquadra nas diretrizes do programa CONVIVER, as ações consistem na substituição gradual do carro-pipa por sistemas locais permanentes de abastecimento de água. Para tanto, foram iniciados estudos de modelagem de alternativas de gestão de sistemas de abastecimentos comunitários, atualização do cadastro de poços, qualidade da água e as necessidades de recuperação ou instalação de dessalinizadores. Para essa ação, foram empenhados R\$512.532,00 de restos a pagar de 2005 e R\$499.772,00 de recursos orçamentários 2006.

2.2.2 Coordenação de Estudos e Projetos-CEP.

Projetos desenvolvidos

Dentre as atividades desenvolvidas pela Coordenação de Estudos e Projetos-CEP, destacam-se a análise dos estudos básicos de viabilidade, planos de reassentamento e avaliação financeira para a implantação do açude Figueiredo. Realização do cadastro e demarcação da poligonal do açude Poço Branco-RN para fim de incorporação ao patrimônio do DNOCS. Elaboração do plano de trabalho de geotecnia do projeto executivo do açude Bujari-RN com fiscalização e consultoria da Acquatool. Elaboração do projeto executivo da adutora do Pajeú-PE com a fiscalização da VBA consultores.

Barragem Figueiredo-CE

A barragem Figueiredo deve ser construída no município de Alto Santo-CE com capacidade para armazenar 500 milhões de metros cúbicos de água. Será do tipo terra zoneada com espaldares de montante e jusante executados em enrocamento, núcleo impermeável argiloso, incluindo fornecimento, instalação e montagem dos equipamentos hidromecânicos.

A obra está orçada em R\$74.266.266,00, ao preço de orçamento básico de 2006.
Dos recursos da LOA 2006, foram empenhados de R\$7.813.526,00 (98% em dezembro)

e pagos R\$123.511,00 na elaboração dos estudos de: alternativas; avaliação ambiental; estudos básicos; viabilidade técnica, avaliação financeira e econômica; detalhamento do projeto básico; levantamento cadastral; plano de reassentamento; EIA-RIMA; plano de operação e manutenção referente à aquisição de terra e implantação da barragem.

Sistema adutor Frei Damião-PE.

Ainda em fase de licitação para contratação do projeto básico, o sistema adutor Frei Damião-PE terá uma capacidade de adução de 1,7m³/s, extensão prevista de 595km e deverá beneficiar cerca de 1.215.000 habitantes em 35 cidades e povoados do agreste de Pernambuco. Foram repassados recursos da ordem de R\$2.700.000,00 do Ministério da Integração Nacional para o DNOCS para a contratação do projeto básico.

Outras atividades da CEP

Além da elaboração e análise de estudos e projetos, a equipe da CEP atua em outras atividades com destaque a atividades de gerenciamento de recursos hídricos, através da sua participação nas reuniões das câmaras técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH, instância superior do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SIGERH, instituído pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Um colegiado que atua na esfera do Ministério do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis-MMA, desenvolve regras de mediação entre os diversos usuários da água. Responsável pela articulação e a integração das políticas públicas no Brasil, o colegiado é reconhecido pela sociedade como orientador para um diálogo transparente no processo de decisões no campo da legislação de recursos hídricos. O CNRH possui dez câmaras técnicas e cada uma realiza, em média, uma reunião mensal para tratar de assuntos pertinentes às suas atribuições com o objetivo de subsidiar os conselheiros nas decisões em plenário. As competências estão delineadas no seu regimento interno e as que vierem a ser delegadas pelo plenário do CNRH.

Os técnicos da CEP e das coordenadorias estaduais vêm atuando nos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos como principal fornecedor de água para abastecimento, irrigação e escoamento de esgotamento sanitário no semi-árido, mais especificamente nos comitês de bacias hidrográficas administrados pelos órgãos estaduais de gestão de recursos hídricos. Com destaque da atuação no comitê de bacia hidrográfica da região metropolitana de Fortaleza, que vem trabalhando intensamente na definição da política de cobrança de tarifa sobre água bruta, desenvolvimento de um plano de ação, educação ambiental entre outras atividades de sensibilização da opinião pública sobre a importância da organização dos usuários no gerenciamento da água, numa ação conjunta com a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos-COGERH da Secretaria dos Recursos Hídricos-SRH/CE. A tarifação da água bruta objetiva captar recursos necessários para assegurar a sustentabilidade dos serviços de monitoramento, conservação, recuperação e manutenção da infra-estrutura de armazenamento e equipamentos hidromecânicos dos açudes mantidos pelos cofres públicos.

Foram também realizados levantamentos de informações necessárias aos estudos em elaboração pela Petrobras, visando a realização de convênio a ser firmado para a instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas-PCH em açudes do DNOCS, monitorados em parceria com a COGERH/SRH/CE.

Monitoramento hidrológico.

Embora dependa da água para sua sobrevivência e para o desenvolvimento econômico e social, a sociedade humana polui e degrada este recurso, tanto a água superficial como a subterrânea devido a: diversificação dos usos; crescente deposição de resíduos sólidos e líquidos nos rios, lagos e represas; ocupação desordenada e desmatamento descontrolado das áreas de preservação permanente das bacias hidrográficas, gerando crises de abastecimento e deterioração na qualidade da água. Todas as avaliações atuais sobre a distribuição, quantidade e qualidade da água apontam para a necessidade de mudanças substanciais na direção do planejamento e gerenciamento do meio ambiente para a preservação das águas superficiais e subterrâneas. Para uma adequada gestão dos recursos hídricos é necessária uma integração mais efetiva e consistente das informações sobre o funcionamento de lagos, rios, represas e áreas alagadas e dos processos econômicos e sociais que influenciam os recursos hídricos.

Rede de telemetria nos açudes

Objetivando receber informações em tempo real sobre as condições em que se encontram os açudes sob sua administração, está sendo instalado um sistema de rede de telemetria, utilizando um método econômico e eficaz para solucionar o problema de monitoramento dos recursos hídricos armazenados e telecomando do controle de vazão.

A rede de telemetria funciona na sede do DNOCS onde é instalada uma estação central telemétrica de monitoramento e controle, baseada em comunicação de dados por telefonia móvel no modo *Short Message Service-SMS* ou *General Packet Radio Service-GPRS*. Ela é composta por um microcomputador interligado através de uma porta serial *Recommended Standard-RS-232* ao módulo celular que fará toda a troca de informação. Em cada açude é instalada uma estação remota de monitoramento e controle, composta por um equipamento de aquisição de dados microcontrolado, capaz de ler sensores de uso genérico, armazenar os dados temporariamente e se comunicar via celular com a estação central, através de mensagens SMS ou GPRS em modo *full duplex*. Esse sistema já está instalado no açude Orós (CE) e em instalação nos açudes Castanhão (CE) e Armando Ribeiro Gonçalves (RN) com projeção para breve instalação em outros 40 açudes.

A ação de monitoramento, em nível das unidades de campo, estão previstos para 2007, aquisições de motos, carros, lanchas com motor, computadores com impressoras e periféricos, objetivando proporcionar uma maior eficiência no acompanhamento, fiscalização ambiental, manutenção e controle dos reservatórios federais. A recuperação e a construção de escritórios em açudes e a implantação de telefonia rural permite, também, monitorar a infra-estrutura física, evitar ocupações irregulares em áreas de preservação permanentes, segurança das barragens e acompanhar ações de manutenção e recuperação dos equipamentos hidromecânicos e dos maciços dos açudes.

Zoneamento Ecológico-Econômico-ZEE.

A ocupação do território nacional tem ocorrido de forma desordenada, irregular e sem os investimentos necessários em infra-estrutura, capacitação institucional e

desenvolvimento tecnológico. Isso tem ocorrido tanto em áreas rurais, com uso intensivo dos recursos naturais, quanto em áreas urbanas e metropolitanas, gerando áreas críticas ocupadas, em geral pelos segmentos da população que não têm acesso ao mercado imobiliário formal (área de risco de inundação e desmoronamento) e pelos setores privilegiados em áreas de interesse econômico ou estratégico (veraneio, turismo, petróleo, mineração, açudagem, aquicultura, etc.).

O zoneamento e o ordenamento territorial são instrumentos de políticas governamentais que perpassam por diferentes instituições e vários níveis de poder decisório, o que aumenta as dificuldades de operacionalização nas diferentes esferas administrativas. Nesse sentido, requer uma interlocução com as diversas formas de planejamento participativo, sobretudo com a Agenda 21, poderes locais e projetos integrados.

O trabalho de ZEE estadual na escala 1:100.000, vem sendo realizado pela Fundação Cearense de Meteorologia – FUNCEME com vistas a ordenamento territorial, análise de uso e ocupação de solo no entorno de reservatórios para fins patrimoniais, ambientais e preservação da qualidade de água. Está sendo elaborado em convênio com o Centro de Treinamento e Desenvolvimento-Cetrede da Universidade Federal do Ceará, o ZEE da área de abrangência no entorno do açude Castanhão, envolvendo 22 municípios, num território equivalente a 18.812km². Os recursos empenhados da LOA 2006 foram de R\$649.903,00 e pagos de R\$301.520,00 aplicados na implementação de estudos desenvolvidos em áreas selecionadas, abrangendo açudes públicos e perímetros irrigados.

Foi elaborado o plano de trabalho para a formulação de subsídios para a elaboração do ZEE do núcleo original de desertificação de Gilbués, abrangendo os municípios de Gilbués e Monte Alegre-PI, resultante da parceria entre o MI, através do DNOCS e o MMA, por meio das Secretarias de Desenvolvimento Sustentável-SDS e Secretaria de Recursos Hídricos-SRH. A experiência é de interesse direto da SRH/MMA, ponto focal nacional da UNCCD, responsável pela elaboração e implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação-PAN-Brasil, instrumento que visa orientar as ações de implementação da convenção no Brasil.

O referido plano de trabalho, desenvolvido no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica-PCT BRA/IICA/02/012 de apoio ao fortalecimento da capacidade técnica, institucional e gerencial do DNOCS, é operacionalizado através de uma coordenação-geral composta pelo coordenador do PCT, pela chefe do Serviço de Estudos Ambientais, pelo coordenador de enlace do PCT e pelo coordenador do acordo BID/IICA para as ações de combate à desertificação. Há ainda uma coordenação técnica específica para acompanhamento do contrato INPE/IICA destinado ao desenvolvimento de serviços de geoprocessamento (Plano de Informações e Banco de Dados), cujo profissional selecionado é consultor do IICA. Trata-se de um arranjo piloto para as etapas de elaboração do ZEE de áreas susceptíveis à desertificação, cujos resultados esperados deverão ser replicados para os outros núcleos e áreas de desertificação.

Projetos especiais

Ações complementares do complexo Castanhão-CE.

Com capacidade para acumulação de 6,7 bilhões de m³ (4,5 bilhões de m³ no nível operacional do reservatório e 2,2 bilhões para controle de cheias) é suficiente saber que seu pleno funcionamento é uma garantia de sustentação das atividades humanas nos períodos críticos de seca, estabelecendo uma base de sustentação hídrica para cerca de 42% da população do Estado, residente à sua jusante. O açude funciona como “reservatório pulmão”, que na integração será capaz de captar excedentes temporários das cheias do rio São Francisco e possibilitará: irrigar 43.000ha (43 mil empregos diretos); produzir 30 mil toneladas de pescado (mil empregos diretos e indiretos); controlar cheias e gerar 22,5Mw de energia elétrica (suficiente para suprir 270 mil habitantes). Para assegurar a sustentabilidade da população na área de sua influência, o DNOCS vem implementando inúmeras ações complementares com o apoio do Banco Mundial e do BNDES, que financia a contrapartida do governo do estado do Ceará, desde janeiro de 1995. Na parceria, o governo Federal arca com 71% das despesas e o governo do estado com 29%.

Encontra-se em fase de execução pelo governo do Ceará, a implantação do Canal da Integração de 255km com uma vazão de 22m³/s, do açude Castanhão para a região metropolitana de Fortaleza e porto de Pecém, financiado pelo Banco Mundial, BNDES e orçamento do estado, assegurando a garantia de abastecimento de 3.500.000 de habitantes em 18 municípios, suporte hídrico para irrigação de 21.360ha e indústrias.

Para a conclusão do reassentamento urbano está sendo implantado em Jaguaratama, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Local, o projeto que beneficia 130 famílias, em regime de autoconstrução, proporcionando oportunidade de ocupação e renda às famílias. No âmbito deste programa também já foram atendidas 113 famílias com a concessão de bolsa construção, que permite aos filhos dos reassentados, casados até maio de 2004, expandir a unidade residencial habitada pelos pais. No decorrer de 2007, serão atendidas mais 342 famílias, totalizando 455 famílias beneficiadas por esta ação. Desta forma, ao final de 2007, estarão reassentadas o total de 1.750 famílias.

Para a população residente às margens do lago, houve a necessidade de implantação de 19 pequenas adutoras para garantir o abastecimento de água, a partir do açude, em ação de reordenamento do espaço econômico com vistas à inclusão social das famílias reassentadas em localidades carentes de serviços básicos de infra-estrutura hídrica. O sistema compreende a captação, estações elevatórias, reserva, adução, tratamento e distribuição de água potável para a população residente nas localidades de Borges, Belas Flores, Santa Bárbara, Sossego/Contendas, Barra II e Macambira (áreas de sequeiro sob a coordenação do INCRA); Mineiro, Nova Holanda, Desterro, Lindeza e Volga (áreas de sequeiro sob coordenação do governo estadual); Curupati-irrigação, Alagamar, Mandacaru e Curupati Peixe (áreas de irrigação e piscicultura sob coordenação do governo estadual).

Está em andamento a implantação dos projetos produtivos, beneficiando 18 comunidades rurais onde já estão reassentadas 1.084 famílias, faltando para concluir o

programa, o reassentamento de mais 211 famílias no decorrer de 2007, totalizando 1.295 famílias. Neste contexto, os esforços dos poderes públicos federal e estadual são para capacitar, fortalecer e estimular a agricultura familiar com o objetivo de quebrar o paradigma da persistência do padrão de carência existente no meio rural. São esforços que idealizam um conjunto de ações que possam contribuir efetivamente para o crescimento sustentável, procurando potencializar a agricultura familiar e a sua inserção no sistema econômico mais dinâmico do baixo e médio Jaguaribe. Os projetos em fases de desenvolvimento e em implantação são as unidades produtivas para caprino-ovinocultura, apicultura, piscicultura, cajucultura, mandiocultura e avicultura. A piscicultura não pode ser iniciada dentro do cronograma previsto, devido a questões legais de liberação da outorga para o uso da água, que atrasou o processo de licitação para aquisição dos equipamentos.

A Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção acompanha os convênios celebrados com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará-SEBRAE/CE e outros órgãos engajados na reorganização produtiva, visando a sustentabilidade econômica e social das famílias rurais reassentadas nas proximidades da bacia hidráulica do açude, assegurando um padrão mínimo de segurança alimentar, com foco no desenvolvimento local e regional. Os diversos investimentos realizados pelos poderes públicos federal e estadual em projetos de infra-estrutura hídrica no baixo e médio Jaguaribe, especificamente no complexo Castanhão acumularam até o final do exercício de 2006, a importância de R\$519 milhões de um total orçado para a 1ª fase de R\$594 milhões. Em obras complementares de implantação do Canal da Integração para a região metropolitana de Fortaleza, já foram aplicados R\$200 milhões no 1º trecho com 55km, de um total de 300km de extensão, orçados em R\$850 milhões.

Tabela 24 - Quadro de aplicação dos recursos utilizados do orçamento de 2006.

Ações	Objetivos	Valores(R\$)
Convênio IDACE/governo estado do Ceará	Implantação de sistemas de abastecimento de água nos projetos de reassentamento	1.875.902,16
Convênio UFRN	Monitoramento sismológico do reservatório	20.000,00
Convênio SAS / governo estado do Ceará	Assistência e mobilização social da população reassentada	171.383,00
Convênio SEAGRI / governo do estado Ceará	Ampliação do projeto de piscicultura no reassentamento do Curupati	180.533,00
Indenizações por desapropriações	Concluir indenizações por desapropriações	60.000,00
Custeio para manutenção e operação da infra-estrutura do complexo Castanhão	Atividades de manutenção e operação dos equipamentos e da infra-estrutura administrativa e operacional do empreendimento	779.778,74
Total		3.062.180,75

Fonte: DI

Situação dos investimentos no complexo Castanhão até dezembro de 2006:

Valor total orçado para a 1ª etapa: R\$594,0 milhões

Valor investido até dezembro de 2006: R\$518,9 milhões:

Valor aplicado pelo governo federal: R\$408,8 milhões;

Valor aplicado pelo governo estadual: R\$110,1 milhões.

Destinação dos recursos aplicados até dezembro de 2006:

Barragem: R\$303,1 milhões (58,4%);

Ações complementares: R\$215,8 milhões (41,6%).

Recursos necessários para a conclusão da primeira etapa: R\$5,1 milhões.

Com os recursos empenhados de R\$1.134.183,00 de restos a pagar de 2005 e com os recursos empenhados da ordem de R\$16.442.412,29 (96% empenhado em dezembro) da LOA 2006, estão sendo dadas continuidade à implantação dos projetos produtivos, bem como as demais ações previstas para o complexo: manutenção e operação da barragem, monitoramento sísmológico, pagamento de indenizações, execução de adutoras para abastecimento das comunidades reassentadas e a construção da estrada de acesso ao projeto de reassentamento Alagamar. Em dezembro foi concedido um crédito no valor de R\$22.321.865,00, através de projeto de lei, que será destinado ao pagamento de indenizações pendentes.

Projeto de Integração do rio São Francisco.

O DNOCS vem desenvolvendo ações nas faixas de terras ao longo dos canais do Projeto de Integração do rio São Francisco abrangidas pelo decreto de desapropriação, sob a orientação do Ministério da Integração Nacional, desde 2005, havendo efetivado levantamento cadastral das propriedades localizadas ao longo dos eixos leste e norte do projeto e instalado escritórios regionais em Brejo Santo-CE, Monteiro e São José de Piranhas-PB, Floresta, Custódia e Salgueiro-PE. Além de identificar e levantar as condições de acesso à água pelas comunidades e realizar estudos preliminares, os escritórios centralizam as ações de atendimento aos expropriados e organização dos processos administrativos e judiciais necessários para o pagamento das indenizações. Servem, também, de apoio aos técnicos que realizam pesquisas e trabalhos de campo.

Para viabilizar os acordos administrativos para o pagamento das indenizações, está sendo providenciada a regularização fundiária, de forma a conceder os títulos de propriedades para cada expropriado, permitindo aos mesmos o recebimento das indenizações e, também, o acesso ao crédito para novas atividades produtivas que vierem a desenvolver. A ação de regularização fundiária que precede o pagamento das indenizações constitui-se num resgate da cidadania, pois o DNOCS poderia depositar em juízo estes valores e dificilmente os expropriados receberiam, pois teriam que provar na justiça a posse legal das propriedades. Só para se ter uma idéia, em Pernambuco, que possui metade das propriedades a serem indenizadas, apenas 28% dos proprietários possuem títulos legais de propriedade comprovados. Para realizar esta atividade, o DNOCS firmou convênios com o INCRA e os Institutos de Terra do Ceará, Paraíba e Pernambuco, com repasses de recursos da ordem de R\$1,20 milhão.

Antes da suspensão das atividades, em função da liminar concedida ao estado da Bahia, já havia pago R\$750 mil em indenizações. No momento, a expectativa é concentrar o início das atividades de desapropriação e de implantação das obras em Cabrobó e Floresta-PE, nas áreas de captação e da construção dos primeiros reservatórios, a cargo do Batalhão de Engenharia do Exército. Na seqüência, a prioridade é indenizar as áreas de reassentamento para cerca de 600 famílias. A previsão atual é de pagamento das indenizações de 2.200 famílias, estimadas em R\$41 milhões.

Ações de inclusão social.

Para caracterizar a transposição do São Francisco como um projeto de engenharia social, o DNOCS realizou um amplo diagnóstico da socioeconomia local na sua área de influência com vistas a estruturar soluções de abastecimento de água para as comunidades. No estudo das necessidades de ações de compensação ambiental, foram identificadas 252 comunidades, com agregação familiar superior a 30 domicílios, a serem atendidas com sistemas de abastecimento de água tratada. Os projetos já estão prontos para serem licitados. Além da água para o abastecimento humano, será fornecido um ponto de água bruta com reservatórios para as atividades produtivas de subsistência das famílias.

No mesmo estudo foram identificadas 172 comunidades com agregação familiar inferior a 29 domicílios, cujas soluções de abastecimento de água para o consumo humano estão sendo pensadas em termos de 30% com atendimento de cisternas, 30% por poços e 40% serão atendidas pelas adutoras que abastecerão as comunidades com agregação familiar superior a 30 domicílios, em função da sua proximidade com os reservatórios ou dos traçados das adutoras. Estas soluções atenderão, aproximadamente, 14.500 domicílios em 424 comunidades e 72.000 habitantes. Os custos de implantação dos projetos e do plano de gestão, nos moldes do Sistema Integrado de Saneamento Rural-SISAR, estão estimados em R\$25 milhões.

O diagnóstico da socioeconomia realizada pelo DNOCS embasou um grande conhecimento dos problemas de abastecimento de água nas comunidades localizadas nas áreas de influência dos eixos. Sobretudo, por considerar a estratégia de desenvolvimento de dois eixos básicos de atuação através de: a) Segurança hídrica: implantação de sistema de fornecimento de água tratada para o consumo humano; b) Segurança alimentar: implantação de infra-estrutura hídrica de fornecimento de água bruta, “pontos verdes”, para a agricultura familiar de subsistência.

Esta estratégia de desenvolvimento busca assegurar uma face da engenharia social do projeto do São Francisco, podendo integrar um conjunto de ações transversais do poder público, envolvendo políticas públicas de: educação; empreendedorismo; ocupação e renda; reforma agrária e desenvolvimento social; transporte e energia dentre outros. No momento, espera-se a liberação de recursos para reiniciar o pagamento das indenizações, bem como para concluir os sistemas de abastecimento de água e realizar mais uma pesquisa para a reformulação dos sistemas produtivos locais.

Emendas parlamentares

Com relação às emendas parlamentares o número de processos de convênios encaminhados foi de 111 em 2006, tendo sido formalizados 9 até o final do ano. O baixo nível de aprovação, deve-se ao ano de eleições parlamentares, além de dois aspectos que se constituem em práticas antigas e que ainda prevalecem. Um por parte das prefeituras que só enviam a documentação exigida e os elementos necessários à análise da solicitação, quando tem certeza que o convênio será realizado e o outro diz respeito ao cronograma de liberação de recursos pelo governo federal que é concentrado no final do exercício, o que prejudica, ou até mesmo inviabiliza os procedimentos de análise, aprovação, descentralização e empenho da despesa.



Foto 13 - Lanchas do DNOCS utilizadas pela polícia federal na fiscalização do açude Castanhão



Foto 14 - Ação de fiscalização das invasões na área de preservação ambiental, no entorno do açude Castanhão.



Foto 15 - Jusante do açude Castanhão: Barragem e válvula de dispersão (esquerda); Estação de bombeamento para o Canal da Integração (centro), estação de piscicultura (direita) e Nova Jaguaribara (fundos).



Foto 16 - Instalação de tanques-rede na península do Curupati, no açude Castanhão-CE.

3 ATIVIDADES-MEIO.

3.1 Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica-CGPE.

Na redefinição da missão do DNOCS que é a de administrar a produção e o uso da água, o essencial são as pessoas comprometidas que dedicam seus esforços para alcançarem melhores resultados das ações, em benefício da sociedade. A valorização do servidor faz parte da estratégia de inserção ao moderno sistema de administração de bens públicos, ao desenvolvimento pessoal, proporcionando a atualização constante do conhecimento sobre a repercussão econômica e social das atividades desenvolvidas.

Dentro dessa visão houve a intensificação na capacitação dos recursos humanos, seminários internos e reuniões de trabalho sobre diversos temas de interesses convergentes dentro da instituição e, principalmente através de parceiros, na indução para a tomada de consciência dos nossos clientes sobre a necessidade de desenvolvimento da iniciativa própria e comunitária, na gestão da água dos açudes e das bacias hidrográficas, destinada ao consumo humano, irrigação e produção de pescado.

O que está ao alcance dos administradores é implementado, mas ainda existem muitos desafios a serem superados, como o reduzido quadro de pessoal qualificado nas áreas consideradas estratégicas, no planejamento e no acompanhamento da execução dos projetos. Persistem ainda, algumas dificuldades no cumprimento de prazos previstos nos cronogramas de execução das diversas fases de desenvolvimento dos projetos, desde a elaboração dos estudos até a execução das obras, como: as articulações necessárias, em tempo hábil, com os órgãos estaduais e federal de meio ambiente; obedecer prazos legais na licitação para a contratação de estudos, projetos básicos, projetos executivos e implantação; fiscalização das obras executadas em convênios com estados e municípios; e empenho e aplicação dos recursos financeiros.

Gestão do conhecimento

A gestão do conhecimento tem o propósito de dar visibilidade às atividades desenvolvidas e tornar acessível todo conhecimento produzido sobre o semi-árido, de modo a propiciar a busca de mais conhecimentos que conduzam a soluções para os atrasos no desenvolvimento socioeconômico que persistem na região. Para dar um suporte inestimável para este trabalho, vêm-se efetivando reformas e modernização das bibliotecas, publicação da revista ConViver, livros, jornais, relatórios e informativos que registram as ações cotidianas do DNOCS.

Centro de Referência e Documentação do Semi-Árido

Os trabalhos de recuperação e restauração do prédio do Centro de Referência e Documentação do Semi-Árido estão a cargo do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza, que vem trabalhando desde 2004, encontrando-se atualmente, na fase final de recuperação. O Centro foi instalado no Palacete Carvalho Mota que é um imóvel valorizado como patrimônio histórico e arquitetônico, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, em 1984. Foi celebrado um contrato de consultoria com a Universidade de Fortaleza – UNIFOR para orientar os trabalhos de restauração que contam com a

supervisão do IPHAN. Para a execução dos serviços, a Empresa Edcon Comércio e Construções Ltda é responsável pelo cumprimento do contrato PGE 04/2005.

A obra encontra-se com 78% do cronograma físico executado, tendo sido realizados serviços preliminares de avaliação, obras de infra-estrutura, alvenaria de elevação, super estrutura, instalações prediais, cobertas, revestimento, pintura, pavimentação, forros e divisórias. Com a aplicação de R\$381.533,00, de restos a pagar de 2005, tornou-se apto a receber os demais equipamentos. Com os recursos da ordem de R\$497.745,00 da LOA/06, empenhados em dezembro, está em tramitação o processo de licitação para a aquisição e instalação dos equipamentos de ar-condicionado, elevadores, mobiliário, etc. O Centro deverá ficar pronto no início de 2007.

Edições ConViver

Fazendo nascer uma das mais profícuas tradições do DNOCS, a atual direção imprimiu uma nova dinâmica na política editorial publicando a revista ConViver Nordeste de estudos avançados sobre o semi-árido, contendo matérias nos diversos ramos do conhecimento sobre a região, envolvendo desde tratados científicos até escritos culturais, passando por entrevistas, resenhas de livros, visões de estrutura e de conjuntura, em parceria com o Banco do Nordeste, desde outubro de 2003.

A excelente repercussão que a revista vem obtendo nos meios culturais, científicos e políticos, impulsionou a criação do selo editorial Edições ConViver Nordeste. O primeiro livro publicado foi a Açudagem Particular em Cooperação no Ceará, de autoria do engenheiro-agrônomo Francisco Dantas Pinheiro do DNOCS, que é um primoroso levantamento de 476 obras realizadas desde 1913, contendo informações técnicas sobre as obras, como também, referências à legislação que obrigava os proprietários rurais a permitirem que a população tivesse acesso à água desses açudes construídos com o apoio financeiro de recursos públicos.

Gestão participativa dos açudes

O DNOCS vem determinando a estruturação e o funcionamento de organismos colegiados para a gestão dos açudes, mudando o comportamento da figura do funcionário como principal responsável pelo controle de vazão do açude, cujo critério era a manutenção do fluxo da água corrente em toda a extensão do rio perenizado. A falta de um instrumento mais criterioso no controle da vazão para atender a uma demanda horosazonal implicava em grave perda de água, muitas vezes escoado diretamente para o mar, sem atender eficazmente a função de abastecimento humano, irrigação e escoamento de esgotamento sanitário. O crescimento da demanda acima da capacidade de oferta dos açudes gerou uma nova ordem econômica, que é a de dimensionar a disponibilidade de água armazenada em tempo real e programar a oferta máxima possível, através do controle da liberação da vazão horária e diária de acordo com a programação de consumo. Os perfis individuais de consumidores são coletados e organizados em cadastros atualizados a cada ano, permitindo que a distribuição da água no período crítico de ausência de chuvas, seja negociada entre usuários.

A implantação das comissões gestoras dos açudes públicos sob a responsabilidade do DNOCS, iniciada em 2003, objetiva democratizar e estabelecer

políticas ambientais compatíveis com o uso social da água. As comissões são compostas por representantes dos usuários, da sociedade civil organizada e por integrantes dos poderes públicos, das três esferas da administração pública.

No período de 2003 a 2005 haviam sido implantados 18 comissões gestoras de açudes. Em 2006 foram implantadas mais 42, completando 60 comissões (dezessete no Ceará, sete na Bahia, oito em Pernambuco, seis no Piauí, oito no Rio Grande do Norte, dez na Paraíba, uma em Alagoas e três em Sergipe). Pela avaliação dos primeiros resultados apresentados, pode-se verificar a rápida conscientização dos usuários e a democratização na administração dos açudes públicos na distribuição da água. Estudos acadêmicos mostram que a programação de consumo para abastecimento humano, irrigação e para as indústrias, discutidas em reuniões de comissões gestoras vem permitindo a racionalização do uso da água.

O desenvolvimento conjunto das instituições públicas federais, responsáveis pela gestão dos recursos hídricos, permitiu uma maior integração nas relações de seus respectivos corpos técnicos, fortalecendo a proposta de desempenho do DNOCS como braço operativo da ANA na gestão das águas do semi-árido. Nesta fase de tomada de consciência sobre a necessidade de criação de comissões para gerenciamento do uso da água dos açudes públicos foi de fundamental importância, a contratação de consultores especializados através do Projeto de Cooperação Técnica-PCT BRA/IICA/02/012, segmento Apoio ao Fortalecimento da Capacidade Técnica, Institucional e Gerencial do DNOCS, com vistas à capacitação das comissões gestoras em: gestão participativa, planejamento estratégico, educação ambiental; simulação de esvaziamento de reservatórios; negociação de conflitos; determinação dos parâmetros químicos e biológicos na qualidade de água bruta etc.

Além das comissões gestoras, foram criados os grupos gestores de recursos hídricos nas Coordenadorias Estaduais, com vistas ao acompanhamento da operação e manutenção das barragens do patrimônio da Autarquia, com a participação dos usuários. Os grupos gestores vem, também, trabalhando no desenvolvimento de um sistema de informações, visando disponibilizar para a sociedade a situação dos recursos hídricos no semi-árido e implementar um programa de gerenciamento dos reservatórios com o objetivo de melhorar a alocação das águas e garantir o controle social dos açudes públicos.

Destaca-se no programa, o componente pedagógico-educativo voltado para o melhor uso dos açudes que vem sendo desenvolvido junto às comissões gestoras constituídas. Essa importante ação, além de instrumentalizar as referidas comissões, tem como objetivo gerar material pedagógico voltado para o trabalho junto a escolas, associações de produtores e a sociedade em geral, para melhorar o manejo dos recursos naturais nos açudes. Por outro lado, há ainda muito a fazer para reduzir os desperdícios resultados dos sistemas obsoletos de irrigação, que consomem muita água, além do agravante da salinização, erosão e perdas de solos férteis e irrigáveis; e a falta de manutenção do sistema de distribuição urbana que causam graves perdas por vazamentos nos encanamentos mal conservados. O problema, essencialmente, é de mudança de cultura em relação à gestão da água.

3.1.1 Coordenação de Gestão Estratégica-CGE.

Biblioteca Central

De grande importância e significado para a gestão do conhecimento foi a ampliação da área física, reforma e a recuperação das instalações, informatização e aquisição de móveis novos para a Biblioteca Central, dando-lhe condições adequadas para a guarda do significado acervo bibliográfico e um melhor atendimento ao público interno e externo. A modernização iniciou-se com o trabalho de informatização do acesso ao acervo bibliográfico, no intuito de facilitar e ampliar as consultas. O trabalho de digitação do acervo bibliográfico encontra-se em fase de conclusão, registrando, na base, 25.000 volumes entre livros, folhetos, teses, periódicos, projetos de infra-estrutura e mapas. Com isso foi possível organizar o acesso informatizado ao acervo. O próximo passo será o da interligação da Biblioteca Central às bibliotecas das Coordenadorias Estaduais que estarão articuladas e ligadas com o Centro de Referência e Documentação do Semi-Árido, integrando a futura rede ConViver.

Informática

Apesar da reforma do prédio da Administração Central, que trouxe alguns transtornos por causa dos diversos deslocamentos da equipe e dos equipamentos, o setor de informática apresentou grandes avanços na modernização e ampliação da infraestrutura da rede de computadores e no desenvolvimento de sistemas de acompanhamento e controle das atividades desenvolvidas pelo DNOCS.

A rede de computadores foi reordenada para atender a crescente demanda, sem paralisação ou ônus à operação de implantação da nova estrutura de rede de computadores. Foram adquiridos dez computadores para a nova arquitetura dos servidores, instalados em uma sala mais ampla, com melhor refrigeração e uma nova instalação elétrica, dimensionada para suportar maior consumo de energia, resolvendo o problema da constante interrupção pela sobrecarga da antiga instalação. Foi iniciado o processo de licitação para a aquisição de *no-break*, com projeto detalhado de especificações de materiais necessários para a implantação do banco de baterias, com autonomia para o funcionamento da rede de servidores por um período mínimo de duas horas, em caso de falta de energia elétrica.

Na pesquisa de implantação de novos *software*, para maior produtividade no desenvolvimento de relatórios e gráficos, está em andamento a montagem do ambiente de desenvolvimento (cliente e servidores) e configuração dos *software* necessários para o funcionamento do report *design* dentro do *software* principal de desenvolvimento *eclipse*. Para tal, está sendo realizada a configuração do servidor *Tomcat*, *Java* e adaptação de trechos de código em *PHP* e no código padrão do APOENA para a chamada de relatórios.

Para atender a necessidade de modernização e flexibilidade do uso do sistema de comunicação no edifício sede do DNOCS, foi projetada e especificada a solução de telefonia *VoIP*, com característica de central telefônica e soluções de *Internet Protocol-phone-IP*, que torna possível estabelecer conversações telefônicas em rede *IP*. Implantação da *Analog Terminal Adapters-ATA* que é um dispositivo para realizar a

interface de adaptação para que os telefones convencionais (analógicos) possam se conectar a uma rede *IP* e fone de ouvido.

Inúmeros são os projetos desenvolvidos pelo setor de informática, destacando-se entre outros:

- Projeção e implantação de uma nova arquitetura para a rede de computadores;
- Correção e atualização de *scripts* de *backup* de dados;
- Implementação de rotina de salvamento de *backup* integral em mídia ótica;
- Correção e atualização de arquivos de configuração de *IPTABLES*;
- Melhoria do controle e monitoração de acesso à *internet*;
- Instalação de servidor de testes;
- Testes do sistema de monitoramento de servidores de rede;
- Avaliação de distribuições GNU/Linux para uso em *desktop*;
- Compra de *software*;
- Cotação de equipamentos de informática e de infra-estrutura de rede;
- Cotação de serviços de comunicação de dados e de treinamento;
- Instalação e configuração de servidor GNU/Linux nas Coordenadorias Estaduais (CE, PB, PI, PE e MG);
- Desenvolvimento de sistema de controle de *hosts*/endereçoamento;
- Análise, projeto e implantação de base de dados em servidor LDAP;
- Implementação de quota no servidor de *e-mail* e nos servidores de arquivos;
- Restabelecer filtros anti-spam e anti-virus no servidor de *e-mail*; e
- Desenvolvimento do projeto de central e infra-estrutura *VoIP*.

Desenvolvimento de sistemas.

O programa de modernização exige a constante atualização e o desenvolvimento de novos sistemas de administração de informações para assegurar o fluxo automático de dados via *intranet* e *internet* de todos os segmentos do DNOCS, interligados através sistema de servidores. Na fase de desenvolvimento dos sistemas foram consultados os interessados e revistos os sistemas preexistentes para a definição do escopo do sistema, modelagem, funcionalidades, consultas, relatórios, codificação, testes, treinamento, implantação e manutenção. Para a codificação do sistema e a criação do banco de dados foi seguido o padrão estabelecido pela Coordenadoria de Gestão Estratégica-CGE/Informática, permitindo a manutenção futura e integração com outros sistemas. Os sistemas são implementados dentro do sistema APOENA, executando na *internet*, dando maior disponibilidade e interoperabilidade às informações e promovendo a integração das informações entre as Unidades de Campo, Coordenadorias Estaduais e Administração Central.

Sistema de cobrança dos contratos de vendas de lotes nos perímetros irrigados.

O sistema foi implementado para dar maior agilidade à Diretoria Administrativa/Coordenação de Recursos Financeiros, no controle da cobrança dos títulos com segurança e confiabilidade das informações, incluindo críticas e regras preestabelecidas e controladas automaticamente, não permitindo interferência no cálculo de atualização das prestações e emissão da guia de recolhimento. O sistema implantado está em pleno funcionamento, constando 1.200 beneficiários cadastrados e mais de mil contratos ativos com seus objetivos e formas de pagamento. As guias de recolhimento da União

que antes eram emitidas a partir do site do Tesouro Nacional, passou a ser emitida automaticamente pelo sistema.

Sistema de controle de concessão de passagens e diárias.

O sistema permite incluir, alterar, realizar consulta, autorizar e emitir relatório de acompanhamento das diárias e do relatório de viagem. O sistema permite controlar as diárias, obedecendo a vários critérios de críticas como a obrigatoriedade da entrega de relatório de viagem, crítica de coerência de datas de cada trecho, crítica de parâmetros da lei federal vigente, crítica da sequência lógica do fluxo de procedimentos, controle e registro dos procedimentos executados para facilitar possível auditoria etc. Dentre os documentos produzidos, destaca-se o manual de operação do sistema para o usuário.

Sistema de custos.

Desenvolvimento do sistema de custos de implantação de obras de infraestrutura para fins de elaboração de projetos, acompanhamento e fiscalização das obras do DNOCS e dos convênios com estados e municípios. O sistema encontra-se no grupo de engenharia e conta com quatro módulos: insumos, preços, composições e tabelas.

Sistema de controle patrimonial.

O sistema de controle de todos os bens móveis e imóveis da Instituição partiu-se de um sistema pré-existente em plataforma *windows*, base de dados *mdb* e linguagem *Visual Basic* e foi reestruturado para a plataforma *open house*, usando o banco de dados *Postgresql* e linguagem *PHP*. O sistema permite a emissão de relatório mensal de: incorporações, baixas e transferências de bens; termos de responsabilidades; e relatório anual de inventários.

Sistema de protocolo unificado.

Sistema desenvolvido para o protocolo da Administração Central e Coordenadorias Estaduais (PI, RN e MG), permite o cadastro do fluxo de processos e emissão de etiquetas com numeração para todas as unidades.

Sistema de cadastro de convênios.

Este sistema permite cadastrar e controlar os convênios, através de armazenamento de dados dos parceiros envolvidos, a natureza da despesa, a fonte de recursos, a finalidade, cronograma de liberação, valores entregues, a prestação de contas, o saldo e as datas de vigência dos convênios. O sistema permite fácil localização das informações através de consultas com filtros e impressão de relatórios. Por solicitação da Coordenação de Recursos Financeiros, foram incluídas críticas permitindo salientar as datas de vencimentos, a natureza do documento de prestação de contas para fins de auditoria dos tribunais de contas dos estados e a operação de exclusão no módulo de movimento de convênios.

Sistema de microfilmagem.

Foram acrescentadas fichas de avaliação e de assentamento no módulo de microfilmagem do grupo de documentos do sistema APOENA.

Sistema de gestão eletrônica de documento.

A gestão eletrônica de documentos envolve a digitalização dos documentos existentes através de terceirizados, aquisição de equipamentos para digitalização de novos documentos, criação de centro de documentação, arquivo geral, tramitação eletrônica, assinatura digital etc. Estão sendo desenvolvidos os módulos de cadastro, despacho, tramitação, anexação e visualização de imagens dos documentos dentro do sistema APOENA.

Sistema de monitoramento de recursos hídricos.

Foram efetivadas alterações no sistema de monitoramento de reservatórios através de ajustes no formulário de entrada de dados, redimensionamento das colunas, mudanças no cabeçalho e na ordem das informações. Foi criado um novo módulo para o cadastramento das curvas de cota, área e volume-cav com todas as funcionalidades de inclusão, alteração, exclusão e consulta para automatizar o processo de entrada de informações. Ajustes nas quantidades de registros apresentados nos relatórios e consultas. Criado um novo gráfico tipo histograma com as leituras dos reservatórios e disponibilizado a partir do site. Um novo filtro que permite resumir as últimas leituras pelo sistema APOENA e a partir do site. Foi acrescentado o filtro para relacionar os reservatórios em situação crítica com volume atual inferior a 30% da capacidade.

Sistema de controle de férias.

Com a mudança de plataforma para linux houve a necessidade de desenvolver o sistema em nova linguagem dentro do sistema APOENA dando maior disponibilidade as informações via *internet*. Seguindo a orientação da Coordenação de Gestão Estratégica foi apresentada uma proposta para o desenvolvimento de um sistema baseado no que já existia.

Sistema de controle de férias.

Desenvolvimento do sistema de controle de progressão horizontal, vertical e férias dos servidores. A referida coordenação vem, sistematicamente trabalhando na modernização da página do DNOCS, dando-lhe estrutura mais funcional e transformando-a em importante instrumento de transparência, na medida em que disponibiliza informações como: orçamento, emendas parlamentares, notícias, acervo técnico, licitações, encaminhamento de denúncia de irregularidade, etc. bem como as informações relativas à rede de açudes do DNOCS em tempo real.

Comunicação Social

Para maior transparência nas ações desenvolvidas pelo Órgão e objetivando registrar e difundir as informações, atos, atitudes e posturas da gestão dos recursos

hídricos, do patrimônio e do conhecimento, publica-se o Informativo Semanal ConViver. Direcionado a servidores e distribuído internamente na Administração Central e Coordenadorias Estaduais do DNOCS, o informativo divulga notícias e eventos. O segmento de Comunicação Social está vinculado ao gabinete da diretoria geral.

3.1.2 Coordenação de Planejamento e Orçamento-CPO.

Mudanças nas competências e ações

Apesar dos avanços registrados pela Lei nº 10.204, de fevereiro de 2001, as alterações realizadas na Lei Orgânica da Autarquia nº 4.229, de 1º de junho de 1963, não cuidaram de incorporar à sua missão, atribuições e competências, questões fundamentais tais como os novos paradigmas estabelecidos, mais recentemente, para as políticas de corte regional, a visão da convivência com o semi-árido como base para a formulação das políticas públicas, a necessidade da articulação intersetorial com vistas à integração das ações no espaço do território e a compreensão do papel do local e sua relação com o regional dentro de uma perspectiva de integração nacional. Isso nos conduz a reconhecer a diversidade como fator positivo de crescimento e a pensar em múltiplas escalas de intervenção, na medida em que as necessárias intervenções de natureza estruturante não excluem nem conflitam com as ações localizadas a partir da potencialização das condições endógenas de cada lugar.

O Ministério da Integração Nacional-ANA, ao formular com novos enfoques políticas, planos e programas de corte regional, ao definir novas escalas de intervenção territorial, ao organizar e participar de grupos de trabalho com o objetivo de integrar ações em áreas selecionadas, dentre outros, coloca para o DNOCS, na condição de autarquia vinculada, a necessidade de se constituir no agente executor dessas ações no semi-árido nordestino. Ressalte-se nesse contexto a importância do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido, como forte indicativo do caráter que o DNOCS passará, necessariamente, a ter, no que diz respeito à definição de sua missão.

Ressalte-se que a criação da Agência Nacional de Águas, o programa de combate à desertificação, o programa de economia solidária, o programa do biodiesel, entre outros, passaram a demandar uma participação mais efetiva da Instituição, reconhecidamente a detentora da mais significativa presença histórica na região. Associe-se a isso a definição de uma nova delimitação da área geográfica do semi-árido, a integrar um novo cenário diverso do que existia quando da edição da Lei 10.204/2001.

A realização pelo DNOCS de atividades conjuntas com a ANA e a sua efetiva participação nos diversos programas são fortes referências para a definição de sua inserção na matriz de órgãos federais com atuação regional, da mesma forma como a nova delimitação da área geográfica do semi-árido, se constitui em referência fundamental para a definição de sua área de atuação legal. Entende-se, então, com base no conjunto das transformações verificadas nos diversos cenários, sejam de natureza conceitual, programática ou legal, que é preciso aprofundar a discussão das alternativas que nos encaminhem a uma proposta de um novo modelo jurídico e institucional.

Como o objetivo estratégico do projeto de modernização é estabelecer, de forma compartilhada e participativa, um processo de transformação organizacional permanente para aumentar a sua capacidade de produzir resultados, ganhar eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos, aumentar a sua contribuição ao desenvolvimento sócio-econômico da região, buscando ter na sociedade o apoio necessário à sua permanência e a sua sustentabilidade, a metodologia a ser empregada deverá trabalhar em vários planos, cujas dinâmicas, por serem diferenciadas deverão ser tratadas, embora distintamente, mas suportadas por um eixo estruturado dentro de uma visão de planejamento estratégico.

Execução orçamentária e financeira

Na execução financeira do LOA 2006, foram previstos, inicialmente, a dotação de recursos orçamentários da ordem de R\$446.667.167,00, havendo empenhado R\$456.748.669,30 e pagos R\$377.179.963,99 até o final de dezembro. Apesar da dotação orçamentária de 2006 ser menor em -8,44% em relação a R\$487.840.847,00 de 2005, o valor empenhado foi 8,82% maior a R\$419.709.263,00 e o valor pago 10,10% superior a R\$342.563.644,00 do ano precedente.

Do montante de recursos empenhados em 2006, R\$229.651.239,38 (50,27% do valor total empenhado-vtemp.) foram destinados para o pagamento de 13.269 aposentados e pensionistas cujo valor foi 5,64% superior em relação a R\$217.378.656,00 empenhado para 10.905 beneficiários em 2005. Para o segmento apoio administrativo o valor empenhado de R\$106.011.958,48 (23,21% do vtemp.) apresentou um incremento de 31,63% em relação a R\$80.535.254,00 do ano anterior. Desse segmento, R\$66.380.765,13 foi para o pagamento de salário do pessoal ativo, que foi -5,85% inferior em relação a R\$70.507.368,00 do ano anterior, em função da redução do número de servidores.

Da previsão orçamentária de R\$81.296.078,00 para o programa Proágua Infra-estrutura foram empenhados R\$70.736.614,90 e pagos R\$24.248.627,98. Dos recursos empenhados em 2006, destacam-se R\$39.216.385,47 (8,58% do vtemp) destinados para a construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica, R\$16.442.412,29 (3,60% do vtemp.) para construção do complexo Castanhão e R\$15.077.817,14 (3,30% do vtemp.) para construção da adutora do Jucazinho. Outras ações que se destacaram foram a transferência de gestão dos perímetros públicos de irrigação com valor empenhado de R\$32.6798.429,24 (7,15% do vtemp.); recuperação e reforma do edifício sede do DNOCS com R\$5.914.483,00 (1,29% do vtemp.) e o desenvolvimento da agricultura irrigada (0,96% do vtemp.). Uma das características marcantes dos recursos destinados para investimentos é a concentração do valor empenhado no mês de dezembro que deve ser aplicado na rubrica de restos a pagar do ano subsequente. Além da dificuldade na liberação de recursos em tempo hábil, as novas obras de barragens e as transposições de água entre bacias hidrográficas sofrem atrasos na liberação das licenças para instalação pelos órgãos ambientais.

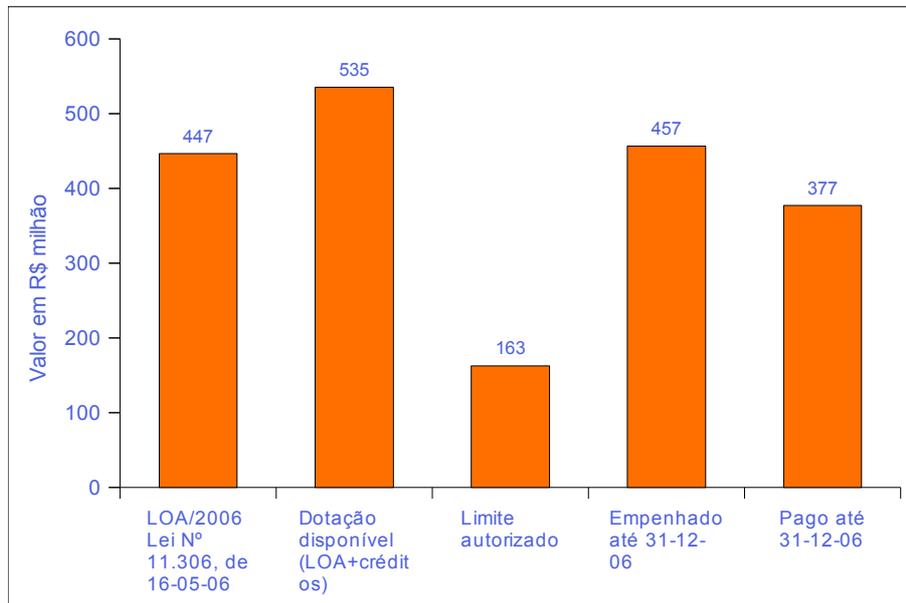


Gráfico 5 - Execução orçamentária 2006: LOA, empenhado e pago

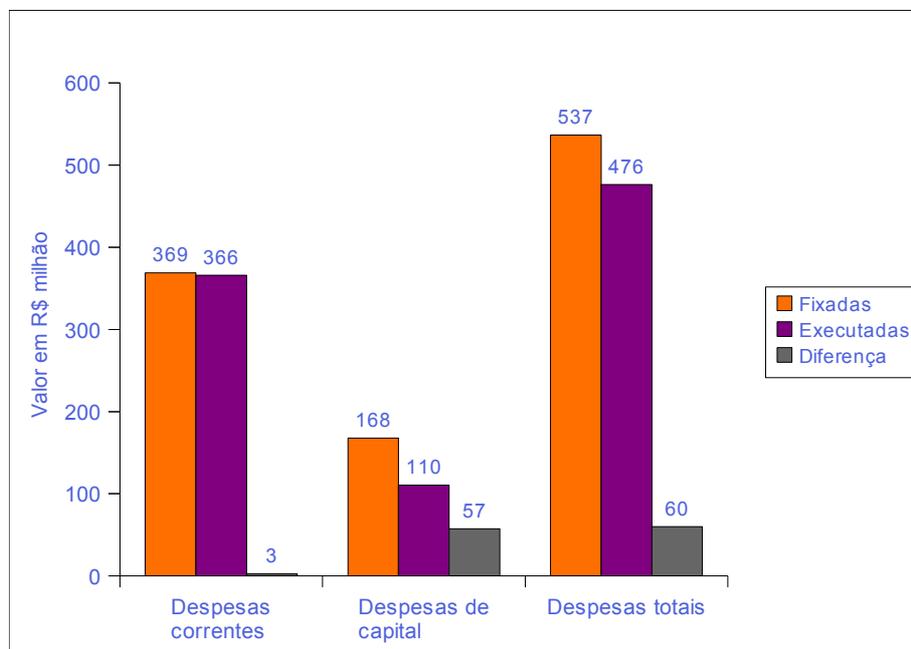


Gráfico 6 - Despesas correntes, de capital e total. Fixadas e executadas.

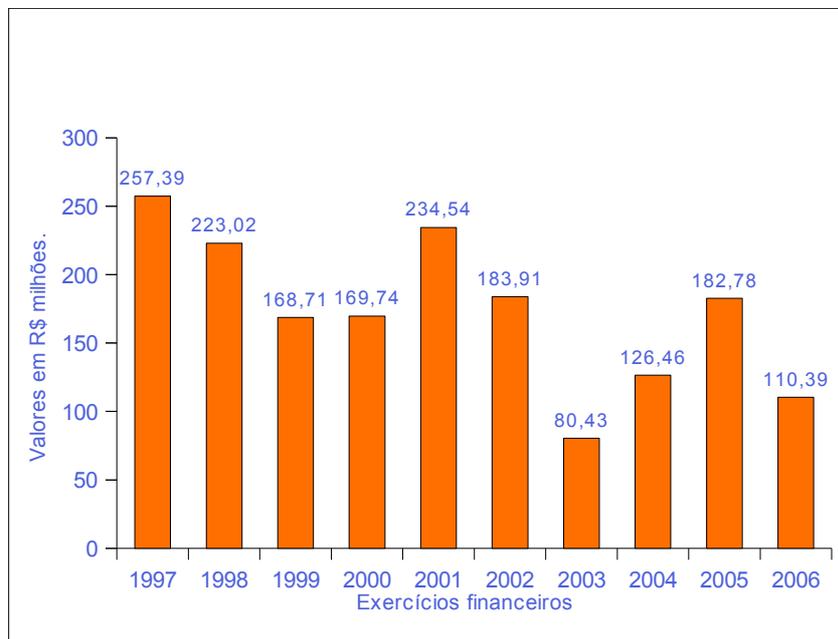


Gráfico 7 - Despesas de capital do DNOCS. (Valores em R\$ milhões)

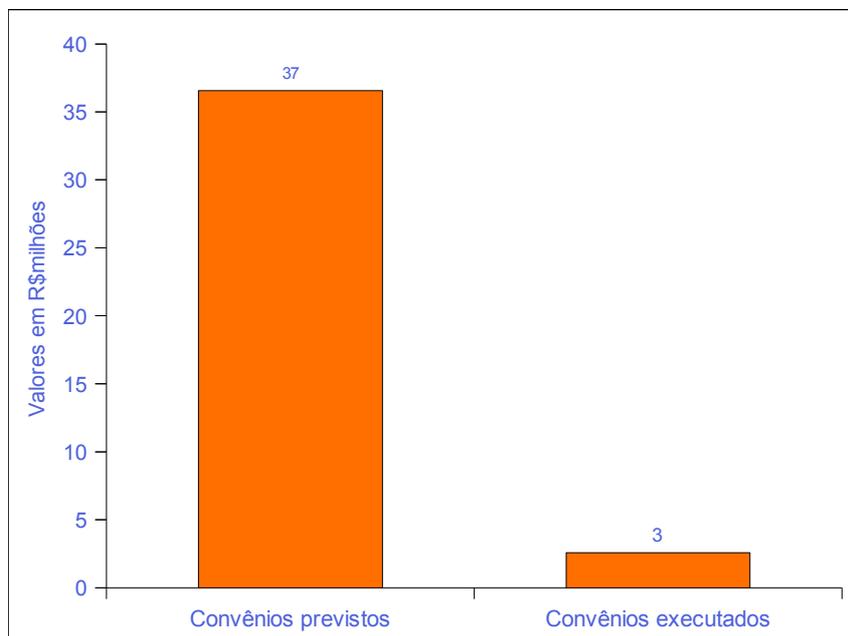


Gráfico 8 - Convênios previstos e executados

Tabela 25 - Execução física e financeira dos programas.

31/12/2006 (encerramento de exercício-2006)

(continua)

Programa/Ação/Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2006 Lei N° 11.306, de 16-05-06	Dotação disponível (LOA+créditos)	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-06	Pago até 31-12- 06
0089-PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO					210.235.730,00	229.834.782,00	0,00	229.817.308,24	229.651.239,38
OPERAÇÕES ESPECIAIS					210.235.730,00	229.834.782,00	0,00	229.817.308,24	229.651.239,38
0089 0181 0001 Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis/nacional	S	Pessoa beneficiada (unidade)	11.265	13.269	210.235.730,00	229.834.782,00	0,00	229.817.308,24	229.651.239,38
0167-BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL					2.000.000,00	2.000.000,00	988.782,00	497.745,00	0,00
PROJETOS					2.000.000,00	2.000.000,00	988.782,00	497.745,00	0,00
0167 12DY 0023-Implantação do Centro de Referência e Documentação do Semi-Árido- No estado do Ceará	F	Centro implantado (% de execução física)	35%	28%	2.000.000,00	2.000.000,00	988.782,00	497.745,00	0,00
0351-AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF					100.000,00	74.799,00	74.799,00	74.799,00	74.799,00
ATIVIDADES					100.000,00	74.799,00	74.799,00	74.799,00	74.799,00
0351 6276 0001-Capacitação de produtores familiares nos perímetros públicos de irrigação/Nacional	F	Produtor familiar capacitado(unid)	1.000	750	100.000,00	74.799,00	74.799,00	74.799,00	74.799,00
0379-DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA					4.597.078,00	6.311.987,00	2.825.259,01	4.406.337,01	1.027.353,80
ATIVIDADES					16.000,00	16.000,00	15.210,99	15.210,99	7.210,99
0379 2272 0001-Gestão e administração do programa/Nacional	F	-	-	-	16.000,00	16.000,00	15.210,99	15.210,99	7.210,99
PROJETOS					4.581.078,00	6.295.987,00	2.810.048,02	4.391.126,02	1.020.142,81
0379 5262 0056-Implantação do perímetro de irrigação Platôs de Guadalupe com 13.639 ha no estado do Piauí	F	Projeto executado (%execução física)	2%	1,3%	3.000.000,00	3.000.000,00	2.810.048,02	2.810.048,02	1.020.142,81

Tabela 25- Execução física e financeira dos programas.

(continuação)									
Programa/Ação/Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2006 Lei N° 11.306, de 16-05-06	Dotação disponível (LOA+créditos)	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-06	Pago até 31- 12-06
0379 5268 0021-Implantação do perímetro de irrigação Tabuleiro de São Bernardo - 1ª etapa - com 1506 ha no estado do Maranhão	F	Projeto executado (%execução física)	49%	0%	1.581.078,00	1.581.078,00	0,00	1.581.078,00	0,00
0379 1746 0023 -Implantação do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas - 1ª etapa - com 10.700 ha.No estado do Ceará	F	Projeto executado (%execução física)	1%	0%	0,00	1.714.909,00	0,00	0,00	0,00
0508-CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS					100.000,00	100.000,00	44.072,17	44.072,17	30.779,41
ATIVIDADES					100.000,00	100.000,00	44.072,17	44.072,17	30.779,41
0508 6425 0020 -Banco genético de espécies de peixes da região Nordeste	F	Espécie identificada(unid.)	03	0,92	100.000,00	100.000,00	44.072,17	44.072,17	30.779,41
0512-ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO					700.000,00	650.000,00	650.000,00	649.902,80	301.520,21
ATIVIDADES					700.000,00	650.000,00	650.000,00	649.902,80	301.520,21
0512 8689 0001Zoneamento ecológico-econômico estadual na escala 1:250.000/Nacional	F	Zoneamento realizado (km2)	360	100	700.000,00	650.000,00	650.000,00	649.902,80	301.520,21
0515-PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA					81.296.078,00	130.389.343,00	84.860.263,70	70.736.614,90	24.248.627,98
ATIVIDADES					1.390.450,00	1.190.450,00	1.552.987,66	1.146.608,41	1.112.377,45
0515 2272 0001-Gestão e administração do programa/Nacional	F	-	-	-	940.450,00	940.450,00	936.535,45	931.427,27	902.327,23
0515 2B89 0001-Obras de pequeno vulto para manutenção da infra-estrutura hídrica/Nacional	F	Infra-estrutura mantida (unid)	50	0	450.000,00	250.000,00	616.452,21	215.181,14	210.050,22
PROJETOS					79.905.628,00	129.198.893,00	83.307.276,04	69.590.006,49	23.136.250,53
0515 10AC 0002-Construção de barragem no rio Calindó - Manga - MG	F	Obra executada(% de execução física)	2%	0%	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
0515 109H 0060-Construção de barragens - Itiúba - BA	F	Obra executada(unidade)	1	0	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	0,00
0515 109H 0072-Construção de barragens - No estado do Ceará	F	Obra executada(unidade)	2	0	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00

Tabela 25 - Execução física e financeira dos programas.

(continuação)									
Programa/Ação/Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2006 Lei N° 11.306, de 16-05-06	Dotação disponível (LOA+créditos)	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-06	Pago até 31- 12-06
0515 11NI 0023-Construção da barragem Figueiredo no estado do Ceará	F	-	-	-	0,00	8.000.000,00	8.000.000,00	7.813.525,56	123.621,74
0515 11NI 0023-Construção da barragem Figueiredo no estado do Ceará	F	-	-	-	0,00	23.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0515 11NP 0031-Obras complementares do açude de Setúbal na bacia do vale de Jequitinhonha no estado de Minas Gerais	F	Obra executada (% de execução física)	15%	0%	22.900.000,00	22.661.309,00	10.900.000,00	0,00	0,00
0515 12F4 0022-Construção da barragem Piaus no estado do Piauí	F	Projeto executado (% de execução física)	1%	0,25%	200.000,00	1.300.000,00	198.676,00	198.501,73	150.553,70
0515 1716 0026-Construção da adutora do Oeste com 721 Km de extensão no estado de Pernambuco	F	Obra executada (% de execução física)	1%	0%	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0515 1851 0020-Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica - Na região Nordeste	F	Obra executada (unidade)	5	2,2	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.371.629,62	740.684,68
0515 1851 0031 -Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica/No estado de Minas Gerais	F	Obra executada (unidade)	4	0	370.000,00	370.000,00	0,00	0,00	0,00
0515 1851 0091 -Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica - No estado do Ceará	F	Obra executada (unidade)	22	0	3.340.000,00	3.340.000,00	3.340.000,00	3.339.070,00	0,00
0515 1851 0093 -Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica - No estado do Rio Grande do Norte	F	Obra executada (unidade)	3	0	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00
0515 1851 0099-Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica - No estado da Bahia	F	Obra executada (unidade)	3	0	250.000,00	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00
0515 1851 0832-Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica - em municípios no estado do Ceará	F	Obra executada (unidade)	50	2	22.110.000,00	18.320.091,00	18.320.091,00	18.320.091,00	4.783.336,05

Tabela 25 - Execução física e financeira dos programas.

(continuação)									
Programa/Ação/Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2006 Lei N° 11.306, de 16-05-06	Dotação disponível (LOA+créditos)	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-06	Pago até 31-12- 06
0515 1851 0834-Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica - em municípios no estado do Alagoas	F	Obra executada (unidade)	25	0	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00
0515 1851 0848-Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica - em municípios no estado do Minas Gerais	F	Obra executada (unidade)	10	0,3	500.000,00	500.000,00	488.474,00	488.474,00	14.974,00
0515 1851 0858-Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica - São João do Jaguaribe - CE	F	Obra executada (unidade)	1	0	350.000,00	350.000,00	350.000,00	350.000,00	350.000,00
0515 1851 0862-Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica -Parambu - CE	F	Obra executada (unidade)	6	0	720.000,00	720.000,00	720.000,00	720.000,00	0,00
0515 1851 0866-Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica -sede - Itapagé - CE	F	Obra executada (unidade)	3	0	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	0,00
0515 1851 0868-Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica -sede -Cariús - CE	F	Obra executada (unidade)	1	0	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00
0515 1851 0874-Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica -sede -Itatira - CE	F	Obra executada (unidade)	4	0	570.000,00	570.000,00	570.000,00	570.000,00	0,00
0515 1851 0878-Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica -distrito de Juá dos Vieiras - Viçosa do Ceará - CE	F	Obra executada (unidade)	1	0	220.000,00	220.000,00	220.000,00	220.000,00	0,00
0515 1851 0884-Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica -Santana do Acaraú - CE	F	Obra executada (unidade)	1	0,1	600.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00
0515 1851 0888-Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica -Pacujá - CE	F	Obra executada (unidade)	1	0	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00
0515 3327 0002-Construção da barragem Vacaria no estado de Minas Gerais	F	Obra executada (% de execução física)	1	0	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
0515 3601 0023-0Construção do complexo Castanhão no estado do Ceará	F	Obra executada (% de execução física)	1	0,6	5.195.128,00	27.516.993,00	18.194.826,90	16.442.412,29	846.318,06

Tabela 25 - Execução física e financeira dos programas.

(continuação)									
Programa/Ação/Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2006 Lei N° 11.306, de 16-05-06	Dotação disponível (LOA+créditos)	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-06	Pago até 31-12- 06
0515 3631 0025-Construção da adutora Acauã com 55 km no estado da Paraíba	F	Obra executada (% de execução física)	1%	0%	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0515 3647 0026-Construção da adutora Jucazinho com 243 km de extensão no estado de Pernambuco	F	Obra executada (% de execução física)	13%	12,7%	15.100.000,00	15.100.000,00	15.077.817,14	15.077.817,14	13.219.045,71
0515 3715 0031-Construção da barragem Berizal no estado de Minas Gerais	F	Obra executada (% de execução física)	2%	2%	2.660.500,00	2.660.500,00	2.660.000,00	2.164.330,81	1.812.716,93
0515 3735 0031-Construção da barragem Congonhas no estado de Minas Gerais	F	Obra executada (% de execução física)	1%	0,956%	500.000,00	500.000,00	417.391,00	414.154,34	214.999,66
0515 5E20 0056-Construção da barragem de Sítio Novo - Porteirinha - MG	F	Obra executada (unidade)	1	0	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
0750-APOIO ADMINISTRATIVO					95.090.996,00	107.257.210,00	28.022.853,70	106.011.958,48	103.188.129,46
ATIVIDADES					83.597.213,00	94.491.091,00	28.022.853,70	93.245.839,48	90.500.175,86
0750 2000 0001-Administração da unidade/Nacional	F	-	-	-	17.049.964,00	17.654.484,00	17.654.483,70	17.176.704,35	15.367.070,41
0750 2000 0001-Administração da unidade/Nacional	F	PESSOAL ATIVO	-	-	57.453.879,00	67.147.757,00	0,00	66.380.765,13	65.495.070,20
0750 2004 0001-Assistência médica e odontológica aos servidores,empregados e seus dependentes/Nacional	S	Pessoa beneficiada (unidade)	8398	8282	3.676.470,00	5.121.950,00	5.121.470,00	5.121.470,00	5.121.470,00
0750 2010 0001-Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados/Nacional	F	Criança de 0 a 6 anos atendida (unid)	354	225	393.552,00	223.552,00	223.552,00	223.552,00	216.757,00
0750 2011 0001-Auxílio-transporte aos servidores e empregados/Nacional	F	Servidor beneficiado (unid)	1438	1263	1.812.196,00	1.362.196,00	1.812.196,00	1.362.196,00	1.359.120,41
0750 2012 0001-Auxílio-alimentação aos servidores e empregados/Nacional	F	Servidor beneficiado (unid)	2.012	1977	3.211.152,00	2.981.152,00	3.211.152,00	2.981.152,00	2.940.687,84

Tabela 25 - Execução física e financeira dos programas.

(continuação)

Programa/Ação/Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2006 Lei N° 11.306, de 16-05-06	Dotação disponível (LOA+créditos)	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-06	Pago até 31-12- 06
OPERAÇÕES ESPECIAIS					11.493.783,00	12.766.119,00	0,00	12.766.119,00	12.687.953,60
0750 09HB 0001-Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais / Nacional	F	-	-	-	11.493.783,00	12.766.119,00	0,00	12.766.119,00	12.687.953,60
0757-GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL					195.524,00	6.110.094,00	6.087.045,31	6.069.862,31	1.786.280,34
ATIVIDADES					195.524,00	195.524,00	172.475,31	155.379,31	105.341,21
0757 2272 0020 -Gestão e administração do programa/Na região Nordeste	F	-	-	-	65.524,00	65.524,00	55.686,11	55.682,11	37.663,44
0757 4550 0020-Capacitação para o subsetor agricultura irrigada/ Na região Nordeste	F	Técnico capacitado (unid)	10	3	10.000,00	10.000,00	8.445,50	8.445,50	2.099,92
0757 4572 0020-Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação/ Na região Nordeste	F	Servidor capacitado (unid)	125	118	90.000,00	90.000,00	89.960,00	89.960,00	64.286,15
0757 4572 0031-Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação/ No estado de Minas Gerais	F	Servidor capacitado (unid)	12	5	10.000,00	10.000,00	1.291,70	1.291,70	1.291,70
0757 8621 0020-Estudos para projetos de obras de infra-estrutura hídrica/Na região Nordeste	F	Estudo realizado (unidade)	1	0	20.000,00	20.000,00	17.092,00	0,00	0,00
PROJETOS					0,00	5.914.570,00	5.914.570,00	5.914.483,00	1.680.939,13
0757 12DV 0023-Recuperação e reforma do edifício-sede do DNOCS	F	Prédio Reformado (unidade)	1	0,1	0,00	5.914.570,00	5.914.570,00	5.914.483,00	1.680.939,13
0901-OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS					6.718.348,00	6.885.651,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES ESPECIAIS					6.718.348,00	6.885.651,00	0,00	0,00	0,00
0901 0005 0001-Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios) devida pela união, autarquias e fundações públicas/Nacional	F	-	-	-	6.718.348,00	6.885.651,00	0,00	0,00	0,00

Tabela 25 - Execução física e financeira dos programas.

(continuação)									
Programa/Ação/Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2006 Lei N° 11.306, de 16-05-06	Dotação disponível (LOA+créditos)	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-06	Pago até 31-12- 06
0906-OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (Juros e amortizações)					639.396,00	639.396,00	0,00	523.729,01	523.729,01
OPERAÇÕES ESPECIAIS					639.396,00	639.396,00	0,00	523.729,01	523.729,01
0906 0284 0001-Amortização e encargos de financiamento da dívida contratual externa/Nacional	F	-	-	-	639.396,00	639.396,00	0,00	523.729,01	523.729,01
1025-PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB- REGIONAIS - PROMESO					200.000,00	200.000,00	100.000,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES ESPECIAIS					200.000,00	200.000,00	100.000,00		
1025 005E 0086-Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado - em municípios do norte do estado de Minas Gerais	F	Projeto apoiado (unidade)	3	0	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00
1025 005E 0094-Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado - em municípios do estado de Minas Gerais	F	Projeto apoiado (unidade)	5	0	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
1038-TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO					36.053.143,00	36.493.143,00	33.096.738,71	32.679.429,24	12.775.571,93
ATIVIDADES					650.000,00	432.000,00	426.245,84	426.179,84	366.268,89
1038 2272 0001-Gestão e administração do programa/Nacional	F	-	-	-	400.000,00	432.000,00	426.245,84	426.179,84	366.268,89
1038 2B69 0001-Funcionamento dos perímetros de irrigação em regime de transferência - Nacional	F	Perimetro assistido(unid)	17	0	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROJETOS					35.403.143,00	36.061.143,00	32.670.492,87	32.253.249,40	12.409.303,04
1038 5934 0023-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Jaguaribe-Apodi com 5.393 ha no estado do Ceará	F	- Projeto executado (% de execução física.)	18%	93,13%	605.000,00	605.000,00	605.000,00	591.838,30	564.591,47

Tabela 25 - Execução física e financeira dos programas.

(continuação)

Programa/Ação/Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2006 Lei N° 11.306, de 16-05-06	Dotação disponível (LOA+créditos)	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-06	Pago até 31-12- 06
1038 5934 0101-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Jaguaribe-Apodi com 5.393 ha no estado do Ceará (Crédito extraordinário)	F	Projeto executado (% de execução física.)	-	-	0,00	756.602,00	756.602,00	756.601,17	756.601,17
1038 5936 0023-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas-1ª etapa- com 10.700 ha no estado do Ceará	F	Projeto executado (% de execução física.)	26%	16,93%	2.545.000,00	2.545.000,00	2.545.000,00	2.518.000,00	430.965,50
1038 5938 0023-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Araras Norte com 1.558 ha no estado do Ceará	F	Projeto executado (% de execução física.)	15%	32,73%	510.600,00	2.610.600,00	2.261.691,34	2.261.634,62	158.287,86
1038 5942 0022-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Platôs de Guadalupe com 2.009 ha no estado do Piauí	F	Projeto executado (% de execução física.)	22%	94,41%	1.080.000,00	1.080.000,00	1.080.000,00	1.073.479,28	1.048.009,72
1038 5944 0021-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Tabuleiros de São Bernardo com 542 ha no estado do Maranhão	F	Projeto executado (% de execução física.)	23%	89,47%	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	1.176.147,17	1.146.253,57
1038 5946 0021-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Várzea do Flôres com 500 ha no estado do Maranhão	F	Projeto executado (% de execução física.)	10%	17,84%	318.200,00	278.200,00	244.296,19	244.296,19	51.098,28
1038 5948 0023-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Baixo Acaraú-1ª etapa- com 8.816 ha no estado do Ceará	F	Projeto executado (% de execução física.)	29%	2,00%	1.152.000,00	1.152.000,00	1.152.000,00	1.147.409,52	755.669,25
1038 5950 0022-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Tabuleiros Litorâneos-1ª etapa- com 2.469 ha no estado do Piauí	F	Projeto executado (% de execução física.)	31%	15,53%	1.280.000,00	1.280.000,00	1.280.000,00	1.064.701,48	219.994,16
1038 5952 0029-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Vaza- Barris com 1.796 ha no estado da Bahia	F	Projeto executado (% de execução física.)	20%	10,03%	2.268.900,00	2.096.900,00	884.900,00	884.535,84	172.746,99
1038 5954 0029-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Jacurici com 305 ha no estado da Bahia	F	Projeto executado (% de execução física.)	5%	51,40%	88.235,00	88.235,00	62.576,85	62.541,63	50.353,29

Tabela 25 - Execução física e financeira dos programas.

(continuação)

Programa/Ação/Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2006 Lei N° 11.306, de 16-05-06	Dotação disponível (LOA+créditos)	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-06	Pago até 31-12- 06
1038 5956 0029-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Brumado com 2.470 ha no estado da Bahia	F	Projeto executado (% de execução física.)	37%	60,27%	448.600,00	248.600,00	210.599,03	210.570,55	188.781,11
1038 5958 0023-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Icó-Lima Campos com 2.712 ha no estado do Ceará	F	Projeto executado (% de execução física.)	30%	10,40%	2.302.400,00	2.212.400,00	1.919.909,22	1.918.877,42	234.354,51
1038 5960 0023-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Curu-Paraipaba com 3.357 ha no estado do Ceará	F	Projeto executado (% de execução física.)	55%	98,37%	2.640.407,00	2.640.407,00	2.640.407,00	2.636.200,33	2.598.052,36
1038 5962 0023-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Curu-Pentecoste com 1.068 ha no estado do Ceará	F	Projeto executado (% de execução física.)	42%	99,20%	1.115.000,00	1.115.000,00	1.115.000,00	1.114.984,77	1.106.046,12
1038 5964 0023-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Ema com 42 ha no estado do Ceará	F	Projeto executado (% de execução física.)	5%	6,18%	88.235,00	88.235,00	81.460,00	80.951,65	5.919,69
1038 5966 0023-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Forquilha com 218 ha no estado do Ceará	F	Projeto executado (% de execução física.)	5%	15,72%	117.530,00	117.530,00	110.143,97	110.068,41	19.327,52
1038 5970 0023-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Várzea do Boi com 326 ha no estado do Ceará	F	Projeto executado (% de execução física.)	5%	99,28%	88.235,00	88.235,00	88.231,50	88.231,50	88.021,08
1038 5972 0023-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Morada Nova com 3.737 ha no estado do Ceará	F	Projeto executado (% de execução física.)	25%	11,16%	2.626.436,00	2.236.436,00	1.478.634,81	1.477.486,20	563.000,46
1038 5974 0023-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Jaguaruana com 202 ha no estado do Ceará	F	Projeto executado (% de execução física.)	5%	14,84%	88.235,00	88.235,00	84.767,76	84.767,76	13.185,66
1038 5976 0023-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Quixabinha com 293 ha no estado do Ceará	F	Projeto executado (% de execução física.)	5%	50,32%	88.235,00	88.235,00	72.900,00	72.900,00	44.859,90

Tabela 25 - Execução física e financeira dos programas.

(continuação)

Programa/Ação/Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2006 Lei N° 11.306, de 16-05-06	Dotação disponível (LOA+créditos)	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-06	Pago até 31-12- 06
1038 5978 0025-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Sumé com 273 ha no estado da Paraíba	F	Projeto executado (% de execução física.)	5%	25,42%	88.235,00	88.235,00	38.731,00	38.730,59	32.132,26
1038 5980 0025-Transferência de gestão do perímetro de irrigação São Gonçalo com 2.402 ha no estado da Paraíba	F	Projeto executado (% de execução física.)	30%	11,51%	1.912.000,00	1.782.000,00	1.554.516,93	1.546.439,62	205.479,09
1038 5982 0025-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Engenheiro Arcoverde com 278 ha no estado da Paraíba	F	Projeto executado (% de execução física.)	8%	16,75%	117.530,00	117.530,00	111.169,57	111.040,69	19.670,85
1038 5984 0026-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Moxotó com 7.202 ha no estado de Pernambuco	F	Projeto executado (% de execução física.)	27%	14,56%	8.189.396,00	7.432.794,00	7.432.794,00	7.323.594,39	1.256.260,37
1038 5986 0026-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Cachoeira II com 230 ha no estado de Pernambuco	F	Projeto executado (% de execução física.)	8%	8,44%	117.530,00	117.530,00	12.535,51	12.535,51	9.011,63
1038 5988 0026-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Custódia com 263 ha no estado de Pernambuco	F	Projeto executado (% de execução física.)	5%	5,70%	88.235,00	88.235,00	7.598,01	7.598,01	5.022,00
1038 5990 0026-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Boa Vista com 131 ha no estado de Pernambuco	F	Projeto executado (% de execução física.)	10%	6,45%	117.530,00	117.530,00	108.575,68	108.573,68	7.578,84
1038 5992 0022-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Fidalgo com 311 ha no estado do Piauí	F	Projeto executado (% de execução física.)	20%	33,99%	364.200,00	324.200,00	303.749,32	302.449,32	111.438,76
1038 5994 0022-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Gurguéia com 1.974 ha no estado de Piauí	F	Projeto executado (% de execução física.)	25%	20,35%	991.600,00	751.600,00	634.587,16	634.587,16	174.506,65
1038 5996 0024-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Pau dos Ferros com 619 ha no estado do Rio Grande do Norte	F	Projeto executado (% de execução física.)	10%	40,28%	117.530,00	117.530,00	117.524,95	117.337,67	47.329,67

Tabela 25 - Execução física e financeira dos programas.

(continuação)									
Programa/Ação/Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2006 Lei N° 11.306, de 16-05-06	Dotação disponível (LOA+créditos)	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-06	Pago até 31-12- 06
1038 5998 0022-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Caldeirão com 398 ha no estado do Piauí	F	Projeto executado (% de execução física.)	20%	15,37%	596.600,00	456.600,00	441.941,87	441.941,87	87.017,67
1038 7002 0022-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Lagoas do Piauí com 4.354 ha no estado do Piauí	F	Projeto executado (% de execução física.)	4%	30,02%	257.000,00	257.000,00	256.673,99	256.673,72	77.168,11
1038 7004 0024-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Itans com 107 ha no estado do Rio Grande do Norte	F	Projeto executado (% de execução física.)	5%	44,02%	88.235,00	88.235,00	82.300,10	82.062,48	47.062,48
1038 7006 0024-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Sabugi com 403 ha no estado do Rio Grande do Norte	F	Projeto executado (% de execução física.)	5%	18,92%	88.235,00	88.235,00	81.771,61	81.700,89	16.700,89
1038 7010 0024-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Cruzeta com 138 ha no estado do Rio Grande do Norte	F	Projeto executado (% de execução física.)	5%	35,76%	88.235,00	88.235,00	82.099,50	82.035,52	31.535,52
1038 7014 0024-Transferência de gestão do perímetro de irrigação Baixo-Açu com 5.167 ha no estado do Rio Grande do Norte	F	Projeto executado (% de execução física.)	28%	3,24%	1.529.804,00	1.529.804,00	1.529.804,00	1.529.724,49	65.268,58
1047-DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO - CONVIVER					4.538.920,00	4.164.121,00	2.950.093,36	2.456.652,87	1.196.674,91
ATIVIDADES					1.613.920,00	1.639.121,00	1.041.413,89	632.194,50	253.743,97
1047 2272 0001-Gestão e administração do programa /Nacional	F	-	-	-	124.920,00	124.920,00	121.284,32	117.564,32	113.773,13
1047 6277 0023-Produção de microalgas como alimento alternativo para o semi-árido/No estado do Ceará	F	Alga produzida (kg)	50	50	59.000,00	59.000,00	14.857,26	14.857,24	8.197,90
1047 8687 0020-Capacitação para a produção alternativa de alimentos para o semi-árido/Na região Nordeste	F	Produtor capacitado (unid)	120	376	880.000,00	905.201,00	400.994,01	0,00	0,00
1047 8695 0020-Dessalinização de água-água doce/ Na região Nordeste	F	Poço dessalinizado (unid)	6	0	500.000,00	500.000,00	500.000,00	499.300,44	131.300,44

Tabela 25 - Execução física e financeira dos programas.

Programa/Ação/Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2006 Lei N° 11.306, de 16-05-06	Dotação disponível (LOA+créditos)	Limite autorizado	(conclui)	
								Empenhado até 31-12-06	Pago até 31-12- 06
1047 8695 0030-Dessalinização de água - água doce / Na região Sudeste	F	Poço dessalinizado (unid)	1	0	50.000,00	50.000,00	4.278,30	472,50	472,50
PROJETOS					2.925.000,00	2.525.000,00	1.908.679,47	1.824.458,37	942.930,94
1047 11TK 0020-Recuperação de poços públicos/Na região Nordeste	F	Poço recuperado (unid)	100	0	500.000,00	250.000,00	195.723,86	195.723,86	191.681,41
1047 11TK 0030-Recuperação de poços públicos/Na região Sudeste	F	Poço recuperado (unid.)	60	0	300.000,00	150.000,00	42.330,00	42.329,24	41.644,69
1047 7766 0020-Implantação de poços públicos/Na região Nordeste	F	Poço implantado (unid)	20	18	600.000,00	600.000,00	599.901,39	573.875,12	542.439,89
1047 7766 0030-Implantação de poços públicos/ Na região Sudeste	F	Poço implantado (unid)	6	0	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00
1047 7766 0066-Implantação de poços públicos -em municípios - No estado de Minas Gerais	F	Poço implantado (unid)	30	0	600.000,00	600.000,00	489.089,22	488.321,50	110.241,80
1047 7766 0068-Implantação de poços públicos - No estado de Minas Gerais	F	Poço implantado (unid)	11	0	700.000,00	700.000,00	521.735,00	464.308,65	26.973,15
1047 7766 0070-Implantação de poços públicos -em municípios do estado do Ceará	F	Poço implantado (unid)	2	0	60.000,00	60.000,00	59.900,00	59.900,00	29.950,00
1343-DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA					4.201.954,00	4.311.954,00	3.011.459,30	2.780.258,27	2.375.258,56
ATIVIDADES					3.135.974,00	3.335.974,00	2.718.834,29	2.488.141,41	2.325.993,79
1343 2819 0001-Funcionamento de estações e centros de pesquisa em aquicultura/Nacional	F	Alevino produzido (milhão)	50	44,23	3.135.974,00	3.335.974,00	2.718.834,29	2.488.141,41	2.325.993,79
PROJETOS					1.065.980,00	975.980,00	292.625,01	292.116,86	49.264,77
1343 5282 0001-Desenvolvimento de tecnologia de processamento de pescado/Nacional	F	Tecnologia desenvolvida (unid)	3	0,635	200.550,00	170.550,00	100.554,45	100.554,45	43.149,20
1343 5406 0001-Implantação de unidades demonstrativas para produção de pescado e/ou camarão/Nacional	F	Unidade implantada (unid)	2	0	465.430,00	405.430,00	185.446,84	185.446,84	0,00
1343 5464 0001-Implantação de estações de piscicultura/Nacional	F	Estação implantada (unid)	3	0	400.000,00	400.000,00	6.623,72	6.115,57	6.115,57
Total orçamento 2006					446.667.167,00	535.422.480,00	162.711.366,26	456.748.669,30	377.179.963,99

Fonte: SIAFI.

Ações destaques

Tabela 26 - Ações destaques

(continua)

Objeto	Programa/Ação/ Localização	Esf	Crédito orçamentário recebido	Crédito orçamentário recebido (menos o devolvido)	Dotação descentra lizada	Empenhado até 31.12.06	Pago até 31.12.06
0122 - SERVIÇO URBANO DE ÁGUA E ESGOTO			2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00
OFÍCIO 1288/DG/DI- Destaque para o Departamento Nacional e Obras Contra as Secas - DNOCS, para a construção do açude público Estreito, que vem sendo executado pelo governo do estado do Piauí.	0122 3861 0022 - Implantação, ampliação ou melhoria do sistema público de abastecimento de água para a prevenção e controle de agravos em municípios de até 30.000 habitantes no estado do Piauí.	S	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00
0471 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00
MEMO/MCT/SECIS nº 604/2006, \poio ao projeto de desenvolvimento econômico e tecnológico para a promoção da inclusão social com a implantação de miniusinas de biodiesel - ação/PI 08620001001 e ação /PI 08620116001.	0471.0862.0001-Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social/Nacional.	F	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	0,00
MEMO/MCT/SECIS nº 604/2006, \poio ao projeto de desenvolvimento econômico e tecnológico para a promoção da inclusão social com a implantação de miniusinas de biodiesel - ação/PI 08620001001 e ação /PI 08620116001.	0471.0862.0116- Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento - instituições federais.	F	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
0515 - PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA			6.702.239,81	6.376.336,30	6.376.336,30	6.376.336,30	1.521.434,11
Objetivando a elaboração dos projetos executivos das obras hídricas de transposição viária e elevação de nível, conforme constante do proc. nº 59100.000104/06-32.	0515.1851.0020- Construção e recuperação de obras hídrica na região Nordeste.	F	150.000,00	148.720,09	148.720,09	148.720,09	0,00
Descentralização de crédito orçamentário, objetivando a construção da barragem água Branca, em Campo Grande do Piauí, proc. nº 59100.000202/2006-70.	0515.1851.0020- Construção e recuperação de obras hídricas na região Nordeste	F	305.853,50	0,00	0,00	0,00	0,00

Tabela 26 - Ações destaques

(continuação)

Objeto	Programa/Ação/ Localização	Esf	Crédito orçamentário recebido	Crédito orçamentário recebido (menos o devolvido)	Dotação descentra lizada	Empenhado até 31.12.06	Pago até 31.12.06
Visando a execução de obras e serviços de recuperação de barragens, em diversos estados do nordeste e norte de Minas Gerais, conforme proc. nº 59100.000259/05-98, constante da MP 266/2005.	0515.2c10.0001-Manutenção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica/Nacional.	F	3.780.575,00	3.778.805,00	3.778.805,00	3.778.805,00	521.434,11
Atender ações complementares para o fortalecimento institucional, técnico e gerencial do programa Proágua Infra-estrutura no âmbito do DNOCS, proc. nº 59100.000173/2006-46.	0515.2272.0001-Gestão e administração do programa/Nacional.	F	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Objetivando a elaboração de estudos complementares na barragem Bujari, no estado do Rio Grande do Norte	0515.2272.0001-Gestão e administração do programa/Nacional.	F	350.000,00	350.000,00	350.000,00	350.000,00	0,00
Transferência orçamentária para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica/Bahia, proc. nº: 59100.000209/2006-91; 210/2006-16; 204/2006-69; 208/2006-47; 205/2006-11 e 207/2006-01.	0515.1851.0099-Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica/no estado da Bahia.	F	1.115.811,31	1.098.811,21	1.098.811,21	1.098.811,21	0,00
0580 - DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO			78.016,86	78.016,86	78.016,86	78.016,86	60.125,78
Para atender despesas pelo uso de área ocupada por parte da PF/Bahia.	0 580 2272 0001 - Gestão e administração do programa/Nacional.	F	78.016,86	78.016,86	78.016,86	78.016,86	60.125,78
0757 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL			1.597.000,00	1.597.000,00	1.597.000,00	1.597.000,00	0,00
Objetivando a continuação da elaboração de projeto básico de irrigação Mendubim no estado do Rio Grande do Norte	0757 8621 0001- Estudos para projetos de obras de infra-estrutura hídrica/Nacional	F	700.000,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00	0,00
Para a elaboração do projeto básico de integração da bacia do Poti-Longa, para o aproveitamento hidroagrícola da área irrigável Piracuruca, no estado do Piauí, proc. nº 59100.000180/2006-48.	0757 8621 0001- Estudos para projetos de obras de infra-estrutura hídrica/Nacional.	F	600.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	0,00

Tabela 26 - Ações destaques

(continuação)

Objeto	Programa/Ação/ Localização	Esf	Crédito orçamentário recebido	Crédito orçamentário recebido (menos o devolvido)	Dotação descentra lizada	Empenhado até 31.12.06	Pago até 31.12.06
Para elaboração de projeto básico para construção de uma adutora no município de Tianguá, no estado do Ceará, proc. n° 59100.000098/2006-13.	0757 8621 0001- Estudos para projetos de obras de infra-estrutura hídrica/Nacional.	F	147.000,00	147.000,00	147.000,00	147.000,00	0,00
Visando estudos de projetos básicos da barragem e adutora para o abastecimento de água e outros usos , município de Boquira/BA, do processo n° 59100.000101/2006-07.	0757 8621 0001- Estudos para projetos de obras de infra-estrutura hídrica/Nacional.	F	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00
1025 -PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS- PROMESO			2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
Visando a continuidade das obras de construção da barragem Estreito, no município de Padre Marcos, no estado do Piauí, CF Resolução 520, de 18/10/06 CODEVASF	1025 005 e 0126 - Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado, no sudeste piauiense, estado do Piauí.	F	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
1036 - INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS			5.896.438,98	4.513.223,93	4.513.223,93	4.513.223,93	1.648.679,20
Objetiva a execução dos serviços de desapropriação de terras em decorrência da implantação do projeto de integração do rio São Francisco, conforme consta do proc. n° 59000.000447/06-25.	1036 2272 0001- Gestão e administração do programa/Nacional.	F	646.875,00	646.875,00	646.875,00	646.875,00	646.875,00
Para serviços de desapropriação de terras e benfeitorias do projeto integrado do rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, proc. n° 59000.002764/2006-86.	1036 2272 0001- Gestão e administração do programa/Nacional.	F	852.613,98	816.524,93	816.524,93	816.524,93	411.840,90
Para ações de inclusão social da população residente as margens dos canais do projeto São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, proc. n° 59000.000448/2006-70.	1036 2272 0001- Gestão e administração do programa/Nacional.	F	753.586,00	614.000,00	614.000,00	614.000,00	0,00

Tabela 26 - Ações destaques

(continuação)

Objeto	Programa/Ação/ Localização	Esf	Crédito orçamentário recebido	Crédito orçamentário recebido (menos o devolvido)	Dotação descentra lizada	Empenhado até 31.12.06	Pago até 31.12.06
Visando a elaboração do projeto básico do sistema adutor Frei Damião, conforme proc. nº 59100.000136/06-38.	1036.101 nº 0020- Integração das bacias dos rios Jaguaribe/Poti/Longá, Acaraú/Coreaú/Coreaú, Maranguape/Gramame/Apodi/Piranhas Açú no Nordeste Setentrional, na região Nordeste.	F	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descentralização de crédito orçamentário, objetivando a continuidade da construção do açude público Carnaúbas, no distrito de João Cordeiro, município de Santana do Acarú-CE, conforme consta do proc. nº 59100.000213/2006-50.	1036.101 nº 0020- Integração das bacias dos rios Jaguaribe/Poti/Longá, Acaraú/Coreaú/Coreaú, Maranguape/Gramame/Apodi/Piranhas Açú no Nordeste Setentrional, na região Nordeste.	F	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Objetivando a continuação e conclusão da elaboração do projeto executivo do sistema adutor do Pajeú, conforme o constante do proc. nº 59400.00656/2006-66(DNOCS/ADM. CENTRAL).	1036.12 ep 0020-Integração do rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional(eixos norte e leste), na região Nordeste.	F	2.400.000,00	2.400.000,00	2.400.000,00	2.400.000,00	589.963,30
Para serviços de desapropriação de terras e benfeitorias do projeto integrado do rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, proc. nº 59000.002764/2006-86.	1036 12eo.0020- Reassentamento da população residente em áreas afetadas pela integração do rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional (eixos norte e leste).	F	7.540,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ações de inclusão social da população residente as margens dos canais do projeto São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, proc. nº 59000.000448/2006-70.	1036 12 eo 0020-Reassentamento da população residente em áreas afetadas pela integração do rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional (eixos norte e leste).	F	35.824,00	35.824,00	35.824,00	35.824,00	0,00
1037 - EFICIÊNCIA NA AGRICULTURA IRRIGADA			750.000,00	750.000,00	750.000,00	750.000,00	726.108,45
Objetivando a continuidade das ações relativas a gestão dos recursos hídricos e demais ações relacionadas à agricultura irrigada, proc. nº 59100.000165/2006-08.	1037.7016.0001- Cadastro nacional da agricultura irrigada/Nacional.	F	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00

Tabela 26 - Ações destaques

(conclui)

Objeto	Programa/Ação/ Localização	Esf	Crédito orçamentário recebido	Crédito orçamentário recebido (menos o devolvido)	Dotação descentra lizada	Empenhado até 31.12.06	Pago até 31.12.06
Objetivando a continuidade das ações relativas a gestão dos recursos hídricos e demais ações relacionadas à agricultura Irrigada, proc. nº 59100.000165/2006-08.	1037.5858.0001- Modernização tecnológica dos sistemas/Nacional.	F	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	476.108,45
1107 - PROBACIAS			65.430,00	7.972,50	7.972,50	7.972,50	7.972,50
Atender proposta de apoio a realização de atividades voltadas para a gestão participativa dos açudes gerenciados pelo DNOCS.	1107.4980.0001 - Fomento à criação e consolidação de comitês e de agências em bacias hidrográficas /Nacional.	F	65.430,00	7.972,50	7.972,50	7.972,50	7.972,50
Total			21.089.125,65	19.322.549,59	19.322.549,59	19.322.549,59	5.964.320,04

Fonte:SIAFI.

Convênios contratados e executados.

Tabela 27 - Convênios contratados e executados.

(continua)

Programa de trabalho	Número do convênio PGE	CNPJ contratado	Nome do contratado ou convenente	UF	Valor inicial e atual do convênio	Data base do convênio	Objeto do convênio	Valor executado em 2006	Valor previsto para execução em 2007	Estágio de execução (**)
18.544.0515.1851.0832	081/2006	07.547.821/0001-91	Acaraú	CE	149.412,73	2006	Construção de um muro de arrimo em Ilha dos Coqueiros.	135.000,00	-	Obra em execução
18.544.0515.1851.0832	055/2006	07.091.666/0001-26	Alto Santo	CE	923.100,00	2006	Construção de duas passagens molhadas sobre o rio Jaguaribe, uma na localidade de Recanto e outra na localidade de Bom Jesus.	-	905.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	022/2006	06.582.449/0001-91	Amontada	CE	1.116.432,02	2006	Construção de adutora do açude Iracema até a sede do município e eta - estação de tratamento de água.	-	1.100.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	058/2006	07.587.983/0001-53	Assaré	CE	314.800,00	2006	Construção de passagens molhadas nas localidades de Sítio Roncador, Sítio Baixa Queimada, Sítio Baixio Grande e Bairro Pedra.	-	300.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0091	007/2006	07.978.042/0001-40	Aurora	CE	191.000,00	2006	Construção de açude comunitário na localidade de Sítio Unha de Gato.	-	160.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	003/2006	07.387.343/0001-08	Baturité	CE	105.646,82	2006	Construção do açude público Boa Vista.	-	100.364,47	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	130/2006	07.963.515/0001-36	Boa Viagem	CE	150.665,80	2006	Construção de passagem molhada Ibuçu sobre o riacho dos Cachorros.	-	142.000,00	Obra não iniciada
18.544.0757.8621.0001	107/2006	13.780.770/0001-46	Boquira	BA	575.000,00	2006	Elaboração de projeto da barragem e adutora riacho Mosquito.	-	547.619,05	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	011/2006	07.963.259/0001-87	Canindé	CE	164.346,93	2006	Construção de duas passagens molhadas uma sobre o riacho do Açude e outra sobre o rio Canindé, na localidade de Madeira Cortada.	-	150.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	089/2006	07.707.094/0001-82	Caridade	CE	306.780,84	2006	Ampliação do açude Carneiro.	-	297.577,41	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0091	008/2006	07.540.180/0001-43	Cariús	CE	176.000,00	2006	Construção de passagem molhada Sítio Canto no distrito de São Sebastião.	-	155.200,00	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0868	038/2006	07.540.180/0001-43	Cariús	CE	116.879,90	2006	Construção de uma barragem em alvenaria de pedra e cimento na comunidade de Sítio Canga, rio Cangati,	-	100.000,00	Obra não iniciada

Tabela 27 - Convênios contratados e executados.

(continuação)

Programa de trabalho	Número do convênio PGE	CNPJ contratado	Nome do contratado ou conveniente	UF	Valor inicial e atual do convênio	Data base do convênio	Objeto do convênio	Valor executado em 2006	Valor previsto para execução em 2007	Estágio de execução (**)
18.544.0515.1851.0091	063/2006	07.540.180/0001-43	Cariús	CE	161.039,00	2006	Construção de sistema de abastecimento de água do Sítio Bela Vista.	-	145.168,83	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	064/2006	07.540.180/0001-43	Cariús	CE	300.523,04	2006	Construção de uma barragem de terra no riacho Serraria-Sítio Santa Rita de Cássia, distrito de Caipu.	-	271.600,00	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	065/2006	07.540.180/0001-43	Cariús	CE	65.515,20	2006	Construção da passagem molhada Sítio Gadelha sobre o rio Cariús.	-	58.034,55	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0091	125/2006	07.616.620/0001-06	Caucaia	CE	224.574,05	2006	Construção de 5 passagens molhadas em Serra do Juá.	-	200.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	031/2006	07.812.241/0001-84	Cedro	CE	104.534,36	2006	Construção do açude público de Uberaba.	-	101.398,32	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	032/2006	07.812.241/0001-84	Cedro	CE	149.712,01	2006	Ampliação do açude Estivas na localidade de Várzea da Conceição.	-	145.220,65	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0091	124/2006	07.812.241/0001-84	Cedro	CE	121.633,64	2006	Construção de açude comunitário Esperança, no riacho do Juá-Cachoeira do Coelho.	-	110.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	084/2006	63.386.627/0001-42	Choró	CE	144.215,42	2006	Reforma e ampliação do açude São José II.	-	140.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	085/2006	63.386.627/0001-42	Choró	CE	144.631,18	2006	Reforma e ampliação do açude Riacho do Meio.	-	140.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	052/2006	07.595.572/0001-00	Farias Brito	CE	142.120,09	2006	Construção de um açude comunitário no Sítio Suturno, sobre o riacho Carnaúba.	-	121.524,00	Obra não iniciada
18.544.055.1851.0832	078/2006	07.673.106/0001-03	Forquilha	CE	123.490,00	2006	Ampliação do açude Feijão.	-	100.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515.1851009 e 0832	117/2006	07.673.106/0001-03	Forquilha	CE	148.699,22	2006	Construção do açude Cachoeira das Moças.	-	120.000,00	Obra não iniciada
18.544.055.1851.0832	053/2006	07.598.592/0001-34	Frecheirinha	CE	250.000,65	2006	Construção de açude público na localidade de Pedra do Urubu.	-	242.500,00	Obra não iniciada
18.544.055.1851.0832	090/2006	07.598.592/0001-34	Frecheirinha	CE	142.630,45	2006	Construção de passagem molhada da Caiçara dos Elias e Sítio Barra em Frecheirinha.	-	135.000,00	Obra não iniciada

Tabela 27 - Convênios contratados e executados.

(continuação)

Programa de trabalho	Número do convênio PGE	CNPJ contratado	Nome do contratado ou convenente	UF	Valor inicial e atual do convênio	Data base do convênio	Objeto do convênio	Valor executado em 2006	Valor previsto para execução em 2007	Estágio de execução (**)
18.544.0515. 1851.0832	033/2006	07.438.59 1/0001-22	General Sampaio	CE	144.305,63	2006	Drenagem de águas pluviais em ruas do distrito de sede do município.	-	140.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0832	072/2006	07.438.59 1/0001-22	General Sampaio	CE	300.847,19	2006	Passagem molhada sobre o rio Curu.	-	291.821,78	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0832	115/2006	07.438.59 1/0001-22	General Sampaio	CE	146.426,19	2006	Passagem molhada sobre o riacho das Pedras.	-	140.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0832	133/2006	07.438.59 1/0001-22	General Sampaio	CE	148.640,52	2006	Construção de passagem molhada sobre os riachos Dedé e Cachoeira.	-	140.000,00	Obra não iniciada
	100/2006	01.171.48 1/0001-60	Gov. do Estado de Pernambuco	CE	941.302,08	2006	Substituição das estruturas submersas da tomada de água superficial da barragem Jucazinho, no município de Surubim, em Pernambuco.	-	847.171,87	Obra não iniciada
18.544.0515. 2C10.0001	111/2006	06.553.48 1/0001-49	Governo do Estado do Piauí	PI	705.497,69	2006	Recuperação das barragens Bocaina, Caldeirão, Jenipapo, Joana, Beneditinos, Pereiro, Salinas, Poços E Petrônio Portela.	-	705.497,69	Obra não iniciada
18.122.0515. 2272.0001	135/2006	08.241.73 9/0001-05	Gov. do Estado do Rio Grande do Norte	RN	350.000,00	2006	Elaboração dos estudos complementares da barragem Bujari, localizada na divisa dos estados do Rio Grnde do Norte e Paraíba, constando de EIA/RIMA.	-	350.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0091	005/2006	41.342.09 8/0001-42	Granjeiro	CE	166.979,28	2006	Construção de açude público Serra Nova I na localidade de Serra Nova.	-	160.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0832	056/2006	07.606.47 8/0001-09	Guaramiranga	CE	206.000,00	2006	Sistema de abastecimento de água e construção de passagem molhada.	-	200.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0832	061/2006	23.444.68 0/0001-38	Ibaretama	CE	278.020,24	2006	Ampliação e recuperação da barragem Cajupira, localizada no povoado de Pirangi.	-	250.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0832	062/2006	23.444.68 0/0001-38	Ibaretama	CE	149.572,12	2006	Construção de uma passagem molhada riacho Salgado na localidade de João Gonçalves.	-	145.215,00	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0832	018/2006	07.523.18 6/0001-02	Ibiapina	CE	147.000,00	2006	Construção de passagem molhada no riacho Brisa da Níngua.	140.000,00	-	Obra em execução
18.544.0515. 1851.0832	028/2006	07.523.18 6/0001-02	Ibiapina	CE	66.000,00	2006	Passagem molhada Araçás, na localidade de Araçás.	-	60.000,00	Obra não iniciada

Tabela 27 - Convênios contratados e executados.

(continuação)

Programa de trabalho	Número do convênio PGE	CNPJ contratado	Nome do contratado ou convenente	UF	Valor inicial e atual do convênio	Data base do convênio	Objeto do convênio	Valor executado em 2006	Valor previsto para execução em 2007	Estágio de execução (**)
18.544.0515. 1851.0832	029/2006	07.523.186 /0001-02	Ibiapina	CE	132.000,00	2006	Passagem molhada Santa Tereza, na localidade Santa Tereza.	-	120.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0832	030/2006	07.523.186 /0001-02	Ibiapina	CE	132.000,00	2006	Passagem molhada Paturi, localidade de Paturi.	-	120.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0832	077/2006	07.982.028 /0001-10	Independência	CE	149.666,47	2006	Construção de açude Pereiros.	-	142.183,14	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0832	027/2006	07.680.846 /0001-69	Ipueiras	CE	93.768,40	2006	Construção de uma passagem molhada na comunidade de Chico Pereira.	-	89.080,00	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0832	113/2006	07.891.658 /0001-80	Iracema	CE	149.974,46	2006	Construção da passagem molhada no riacho Piranhas.	-	142.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0832	046/2006	07.683.188 /0001-69	Irauçuba	CE	149.863,81	2006	Construção da passagem molhada Riachão I sobre o rio Riachão na localidade de Boqueirão I no distrito de Missi.	-	139.373,34	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0832	020/2006	07.683.956 /0001-84	Itapajé	CE	7.603.738,60	2006	Construção da barragem de Itapajé na localidade de Sítio Lagoa-Ipu.	-	7.527.701,21	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0866	054/2006	07.683.956 /0001-84	Itapajé	CE	442.014,86	2006	Construção de passagens molhadas nas localidades de Saco do Vento, Itinha, Juá dos Ferreiras, Maritaca de Cima e Jardim.	-	400.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0832	050/2006	07.623.077 /0001-67	Itapipoca	CE	177.282,00	2006	Construção de passagem molhada na localidade de maceió.	-	168.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0832	041/2006	07.387.509 /0001-88	Itapiúna	CE	103.000,00	2006	Passagem molhada de acesso ao riacho da Várzea a Caio Prado.	-	100.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0832	042/2006	07.387.509 /0001-88	Itapiúna	CE	103.000,00	2006	Recuperação de passagem molhada na localidade de Queixada.	-	100.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0091	080/2006	07.387.509 /0001-88	Itapiúna	CE	148.147,85	2006	Construção do açude público Jatay, na localidade de Jatay.	-	143.703,00	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0832	043/2006	07.663.941 /0001-54	Itatira	CE	633.306,15	2006	Construção de passagem molhada da Maniçoba, sobre o riacho Santa Rosa no distrito de Lagoa do Mato, Tatajuba I, sobre o riacho.	-	570.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515. 1851.0832	044/2006	07.663.941 /0001-54	Itatira	CE	473.999,95	2006	Construção do açude Tubiba, açude Caraúbas e ampliação e reforma do açude Paissandu.	450.000,00		Obra em execução

Tabela 27 - Convênios contratados e executados.

(continuação)

Programa de trabalho	Número do convênio PGE	CNPJ contratado	Nome do contratado ou conveniente	UF	Valor inicial e atual do convênio	Data base do convênio	Objeto do convênio	Valor executado em 2006	Valor previsto para execução em 2007	Estágio de execução (**)
18.544.0515 .1851.00091	110/2006	07.663.941 /0001-54	Itatira	CE	1.001.826,07	2006	Construção da barragem João Guerra no riacho das Lajes no distrito de Lagoa do Mato.	-	971.771,29	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0832	069/2006	07.443.708 /0001-66	Jaguaribe	CE	147.304,97	2006	Construção de passagem molhada Fechado I, em Fechado.	-	139.939,47	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0832	076/2006	23.718.034 /0001-11	Jijoca de Jericoacoara	CE	95.026,00	2006	Construção de barragem na localidade de Córrego do Urubu.	-	90.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0093	146/2006	00.043.711 /0001-43	Lagoa Danta	RN	124.218,00	2006	Construção de passagem molhada nas localidades de Sítio Lagoa Queimada, estrada vicinal que dá acesso ao município e estrada.	-	120.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0832	021/2006	07.891.674 /0001-72	Limoeiro do Norte	CE	1.120.000,00	2006	Drenagem e pavimentação no bairro Santa Luzia.	1.000.000,00		Obra em execução
18.544.0515 .1851.0832	086/2006	07.605.850 /0001-62	Maracanaú	CE	2.420.000,00	2006	Construção de drenagem em avenidas, ruas e logradouros dos bairros: Jereissati II; Piratininga; Conjunto Industrial e Pajuçara.	-	2.200.000,00	Obra não iniciada
18.544.0815 .1851.0832	102/2006	07.963.051 /0001-68	Maranguape	CE	120.524,67	2006	Implantação de passagem molhada com passarela na localidade de Papara e implantação de pontilhão de acesso, na Serra da Pelada.	-	110.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0832	017/2006	07.566.516 /0001-47	Marco	CE	136.570,12	2006	Construção de passagem molhada das Carnaúbas e na fazenda Soares no riacho das Pacovas.	-	125.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0832	034/2006	06.741.565 /0001-06	Milhã	CE	147.922,94	2006	Reforma e ampliação do açude Traíras.	-	140.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0091	127/2006	07.566.920 /0001-10	Morrinhos	CE	142.604,35	2006	Construção de um sistema de abastecimento de água na comunidade de Poço Branco/Salgado.	-	120.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0091	013/2006	07.733.793 /0001-05	Mucambo	CE	103.773,03	2006	Construção de passagem molhada na estrada Morrinhos/Carquejo.	-	100.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0832	059/2006	07.536.444 /0001-95	Nova Olinda	CE	359.006,32	2006	Construção de passagem molhada nas localidades Sítio Bujari I, Sítio Quati e Sítio Gostoso, e ampliação da passagem molhada existente.	-	341.910,78	Obra não iniciada

Tabela 27 - Convênios contratados e executados.

(continuação)

Programa de trabalho	Número do convênio PGE	CNPJ contratado	Nome do contratado ou conveniente	UF	Valor inicial e atual do convênio	Data base do convênio	Objeto do convênio	Valor executado em 2006	Valor previsto para execução em 2007	Estágio de execução (**)
18.544.0515 .1851.0832	091/2006	07.993.439 /0001-01	Nova Russas	CE	150.022,10	2006	Construção de passagem molhada sobre o riacho cipó.	-	135.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0832	103/2006	07.982.010 /0001-19	Novo Oriente	CE	120.668,00	2006	Construção de uma passagem molhada na localidade de São Raimundo.	-	115.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0832	104/2006	07.982.010 /0001-19	Novo Oriente	CE	193.531,33	2006	Construção do açude público Chapadinha, na localidade de Três Irmãos.	-	185.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0832	023/2006	124.596.16 0/0001-04	Ocara	CE	148.902,02	2006	Construção de passagem molhada na comunidade de Bola.	-	140.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0832	039/2006	07.963.861 /0001-14	Pacatuba	CE	149.953,64	2006	Drenagem de águas pluviais e recomposição de pavimentação a pedra tosca na av. 17, conj. Jereissati.	100.000,00	-	Obra em execução
18.544.0515 .1851.0832	114/2006	07.963.861 /0001-14	Pacatuba	CE	407.728,20	2006	Drenagem urbana de águas pluviais do PV06 ao PV11 e Parque Aratanha e rede de abastecimento de água na localidade de Bom Retiro.	-	360.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0091	128/2006	07.910.755 /0001-72	Pacoti	CE	248.737,50	2006	Construção de 3 passagens molhadas: 2 na estrada Oiticica, no rio Salgado trechos 5 e 6 e 1 na estrada que liga as localidades.	-	240.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0832	036/2006	07.734.148 /0001/07	Pacujá	CE	444.769,28	2006	Construção de passagem molhada Pau d'Árco sobre o riacho Pau d'Árco, Lagoa do Barro sobre o riacho Poço dos Cavalos, Cheia de Graça.	-	410.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0832	073/2006	07.734.148 /0001/07	Pacujá	CE	129.953,96	2006	Construção de passagem molhada Sambaíba II.	124.200,00	-	Obra em execução
18.544.0515 .1851.0832	088/2006	07.734.148 /0001/07	Pacujá	CE	140.260,28	2006	Construção de passagem molhada Jurema.	135.000,00	-	Obra em execução
18.544.0515 .1851.0832	040/2006	07.711.666 /0001-05	Palmácia	CE	149.350,00	2006	Construção do açude na localidade de Pilões.	-	145.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0832	045/2006	07.711.666 /0001-05	Palmácia	CE	56.650,00	2006	Construção de uma adutora de água bruta, na localidade de Pilões.	-	55.000,00	Obra não iniciada

Tabela 27 - Convênios contratados e executados.

(continuação)

Programa de trabalho	Número do convênio PGE	CNPJ contratado	Nome do contratado ou convenente	UF	Valor inicial e atual do convênio	Data base do convênio	Objeto do convênio	Valor executado em 2006	Valor previsto para execução em 2007	Estágio de execução (**)
18.544.0515 .1851.0091	009/2006	07.731.110 /0001-26	Parambu	CE	190.463,98	2006	Construção de passagem molhada nas localidades de Poço Cercado e Alto Bela Vista.	-	155.200,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0862	159/2006	07.731.110 /0001-26	Parambu	CE	321.188,97	2006	Construção de passagem molhada na localidade de Gavião.	-	291.080,88	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0832	170/2006	07.731.110 /0001-26	Parambu	CE	425.163,12	2006	Construção das passagens molhadas das localidades de Cachimbo, Novo Assis e Rosário.	-	400.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0832	025/2006	07.682.651 /0001-58	Pentecoste	CE	146.149,69	2006	Construção de duas passagens molhadas nas localidades de Muquém e Providência.	-	138.842,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0091	129/2006	12.461.653 /0001-57	Potiretama	CE	107.040,44	2006	Construção de passagem molhada na localidade de Canindezinho, no riacho Milhã, na localidade de Canindezinho.	-	100.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0093	145/2006	08.290.223 /0001-42	Pureza	RN	61.800,00	2006	Passagem molhada no rio Maxaranguape na localidade denominada Jardim.	-	60.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0091	083/2006	07.551.179 /0001-14	Quiterianópolis	CE	146.450,00	2006	Ampliação de um açude público na localidade de Croatá.	-	145.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0091	122/2006	07.551.179 /0001-14	Quiterianópolis	CE	146.228,00	2006	Ampliação de um açude público na localidade de Babosa e construção de uma passagem molhada na localidade de Atalho.	-	141.840,66	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0091	137/2006	07.551.179 /0001-14	Quiterianópolis	CE	102.508,74	2006	Ampliação de um açude público na localidade de Atalho.	-	100.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515 .2C10.0001	132/2006	07.744.303 /0001-68	Quixeramobim	CE	678.151,34	2006	Recuperação da barragem Campinas.	-	644.243,77	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0832	116/2006	07.756.646 /0001-42	Redenção	CE	138.438,60	2006	Recuperação de pontes e construção de passagens molhadas de Olaria e outros	-	128.181,81	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0832	106/2006	07.535.446 /0001-60	Russas	CE	299.727,00	2006	Construção de passagem molhada na localidade de Passagem de Russas e recuperação de passagem molhada e estrada piçarrada.	-	285.454,29	Obra não iniciada
18.544.0515 .1851.0093	144/2006	08.160.467 /0001-00	São Bento do Trairi	RN	127.218,00	2006	Construção de um açude comunitário no Sítio Ipuieira Rasa-zona rural.	-	120.000,00	Obra não iniciada

Tabela 27 - Convênios contratados e executados.

(continuação)

Programa de trabalho	Número do convênio PGE	CNPJ contratado	Nome do contratado ou conveniente	UF	Valor inicial e atual do convênio	Data base do convênio	Objeto do convênio	Valor executado em 2006	Valor previsto para execução em 2007	Estágio de execução (**)
18.544.0515.1851.0858	004/2006	07.891.690/0001-65	São João do Jaguaribe	CE	396.081,15	2006	Construção e recuperação de uma passagem molhada estiva obstruída.	350.000,00	-	Obra em execução
18.544.0515.1851.0832	092/2006	07.891.690/0001-65	São João do Jaguaribe	CE	157.517,94	2006	Construção da barragem de terra na comunidade de Sítio Angicos.	-	157.517,94	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	075/2006	07.728.421/0001-82	Senador Pompeu	CE	98.629,09	2006	Construção de passagem molhada na localidade de Inchuí.	-	98.629,09	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	070/2006	07.598642/0001-83	Senador Sá	CE	105.495,62	2006	Construção do açude Cacimba Aberta no distrito de Salão.	-	105.495,62	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	066/2006	07.598.634/0001-37	Sobral	CE	330.000,00	2006	Construção de uma barragem de alvenaria de pedra na localidade de Santo Antonio, no distrito de Jordão.	-	330.000,00	Obra não iniciada
18.544.1047.6950.0020	165/2006	07.598.634/0001-37	Sobral	CE	259.066,66	2006	Recuperação de dessalinizadores.	-	259.066,66	Obra não iniciada
18.544.1047.6950.0020	166/2006	07.598.634/0001-37	Sobral	CE	125.066,66	2006	Construção de passagens molhadas.	-	125.066,66	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	051/2006	07.891.682/0001-19	Tabuleiro do Norte	CE	167.986,50	2006	Construção de passagens molhadas nas localidades de São Bento a Patos Carias, São Bento a Patos Carias, Currais a Olho d'Água.	-	167.986,50	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	035/2006	07.705.817/0001-04	Tamboril	CE	145.195,97	2006	Barragem de derivação em alvenaria de pedra, da sub-bacia do rio Pinheiro no distrito de Sucesso.	137.836,00	-	Obra em execução
18.544.0515.1851.0091	067/2006	07.849.532/0001-47	Tauá	CE	272.454,00	2006	Construção de cisternas de placas em comunidades rurais.	-	272.454,00	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	068/2006	07.849.532/0001-47	Tauá	CE	420.239,90	2006	Construção do açude São Miguel no distrito de Marrecas.	-	420.239,90	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0091	120/2006	07.849.532/0001-47	Tauá	CE	141.707,36	2006	Construção de passagem molhada na comunidade Cachoeirinha.	-	141.707,36	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0091	121/2006	07.849.532/0001-47	Tauá	CE	130.039,00	2006	Construção de passagem molhada na comunidade Missão.	-	130.039,00	Obra não iniciada

Tabela 27 - Convênios contratados e executados.

(conclui)

Programa de trabalho	Número do convênio PGE	CNPJ contratado	Nome do contratado ou convenente	UF	Valor inicial e atual do convênio	Data base do convênio	Objeto do convênio	Valor executado em 2006	Valor previsto para execução em 2007	Estágio de execução (**)
18.544.1047.8695.0020	179/2006	07.849.532/0001-47	Tauá	CE	136.000,00	2006	Recuperação de dessalinizadorse	-	136.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	119/2006	07.735.178/0001-20	Tianguá	CE	145.698,10	2006	Construção do açude da localidade de Lagoa do Padre.	-	145.698,10	Obra não iniciada
18.544.0757.8621.0001	134/2006	07.735.178/0001-20	Tianguá	CE	457.350,00	2006	Elaboração projeto básico de adução para perenização do riacho Quatiguaba e aproveitamento hidroagrícola da área da Prospece V.	-	457.350,00	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	082/2006	07.520.372/0001-98	Umari	CE	217.391,84	2006	Construção de passagem molhada na localidade de Itabira e sobre um riacho que atravessa uma das principais estradas vicinais.	-	217.391,84	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	079/2006	07.667.926/0001-84	Varjota	CE	401.475,71	2006	Construção das passagens molhadas da Barra Velha, sobre o riacho das Capoeiras na localidade de Barra Velha, Lagoa do Poço.	-	401.475,71	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0832	006/2006	07.539.273/0001-58	Várzea Alegre	CE	150.000,00	2006	Construção de passagens molhadas nas localidades de Sítio Rosário I e II.	-	150.000,00	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0091	136/2006	07.539.273/0001-58	Várzea Alegre	CE	149.642,38	2006	Construção de passagem molhada na localidade denominada Sítio Pé da Serra.	-	149.642,38	Obra não iniciada
18.544.0515.1851.0878	112/2006	10.462.497/0001-13	Viçosa do Ceará	CE	251.348,01	2006	Construção da 2.ª etapa do sistema de abastecimento de água da localidade de Juá dos Vieiras.	-	251.348,01	Obra não iniciada
Total	-				36.563.953,39			2.572.036,00	32.250.528,03	

Fonte: Coordenação de Estudos e Projetos-CEP/Serviço de Projetos.

Balanço orçamentário

Tabela 28 - Balanço orçamentário do DNOCS.

Receita				Despesa			
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Títulos	Fixação	Execução	Diferença
Receita correntes	2.627.950,00	2.190.367,23	437.582,77	Crédito orç. suplementar	519.036.399,00	448.5127.969,88	70.508.429,12
Receita patrimonial	862.786,00	831.512,21	31.273,79	Despesas correntes	369.502.208,00	360.168.153,68	9.334.054,32
Receita agropecuária	164.993,00	165.034,92	-41,92	Pessoal e encargos sociais	316.091.488,00	308.964.192,37	7.127.295,63
Receita industrial	-	2.243,48	-2.243,48	Juros/encargos dívida externa	16.786,00	12.788,05	3.997,95
Receitas de serviços	294.306,00	186.243,66	108.062,34	Outras despesas correntes	53.393.934,00	51.191.173,26	2.202.760,74
Transferências correntes	1.000.000,00	-	1.000.000,00	Despesas de capital	149.534.191,00	88.359.816,20	61.174.374,80
Outras receitas correntes	305.865,00	1.005.332,96	-699.467,96	Investimentos	148.458.198,00	87.848.875,24	60.609.322,76
				Inversões financeiras	453.383,00	-	453.383,00
				Amortização da dívida	622.610,00	510.940,96	111.669,04
Receitas de capital	9.375.426,00	3.260.894,65	6.114.531,35	Créditos especiais	15.629.392,00	7.813.525,56	7.815.866,44
Alienação de bens	8.875.426,00	3.260.894,65	5.614.531,35	Despesas de capital	15.629.392,00	7.813.525,56	7.815.866,44
Transferência de capital	500.000,00	-	500.000,00	Investimentos	15.629.392,00	7.813.525,56	7.815.866,44
				Créditos extraordinários	756.602,00	756.601,17	0,83
				Despesas de capital	756.602,00	756.601,17	0,83
				Investimentos	756.602,00	756.601,17	0,83
Subtotal (1)	12.003.376,00	5.451.261,88	6.552.114,12	Subtotal (1)	535.422.393,00	457.098.096,61	78.324.296,39
Movimentação financeira				Movimentação de crédito			
Repasse	522.395.037,13	395.879.027,96	126.516.009,17	Crédito orç. suplementar	-2.678.210,87	15.534.744,59	-18.221.955,46
Autorizado	521.294.443,00	399.430.378,64	121.864.064,36	Despesas correntes	-759.639,58	5.860.389,29	-6.620.028,87
Descentralizado	1.100.594,13	-3.551.350,68	4.651.944,81	Pessoal e encargos sociais	-6.342.830,00	-	-6.342.830,00
				Outras despesas correntes	5.583.190,42	5.860.389,29	-277.198,87
				Despesas de capital	-1.918.571,29	9.683.355,30	-11.601.926,59
				Investimentos	-1.511.961,29	9.683.355,30	-11.195.316,59
				Inversões financeiras	-406.610,00	-	-406.610,00
				Créditos extraordinários	3.778.805,00	3.778.805,00	-
				Despesas de capital	3.778.805,00	3.778.805,00	-
				Investimentos	3.778.805,00	3.778.805,00	-
Subtotal (2)	522.395.037,13	395.879.027,96	126.516.009,17	Subtotal (2)	1.100.594,13	19.322.549,59	-18.221.955,46
Total (1+2)	534.398.413,13	401.330.289,84	133.068.123,29	Total (1+2)	536.522.987,13	476.420.646,20	60.102.340,93
Déficit total	-	75.090.356,36	-75.090.356,36	Superávit total	-	-	-
Total	534.398.413,13	476.420.646,20	57.977.766,93	Total	536.522.987,13	476.420.646,20	60.102.340,93

Fonte: Coordenação de Recursos Financeiro

Tabela 29 - Balanço financeiro do DNOCS -2006-2005.

Receitas			Despesas		
Títulos	2006	2005	Títulos	2006	2.005
Receitas correntes	2.190.367,23	2.711.643,86	Despesas correntes	366.028.542,97	334.246.110,73
Receita tributária	-	1.799,98	Aplicação direta e transf. intergovernamental	366.028.542,97	334.246.110,73
Receita patrimonial	831.512,21	942.445,43	Pessoal e encargos sociais	296.198.073,37	277.750.122,93
Receita agropecuária	165.034,92	112.342,76	Juros e encargos da dívida externa	12.788,05	31.550,00
Receita industrial	2.243,48	1.851,77	Outras despesas correntes	56.487.782,15	56.464.437,80
Receitas de serviços	186.243,66	262.928,47	Transf. a Estados DF e Municípios	3.950.645,59	4.802.026,75
Receitas correntes a classificar	-	2.900,00	Transferência ao exterior	1.600.000,00	120.000,00
Outras receitas correntes	1.124.178,05	1.393.512,95	Outras despesas	50.937.136,56	51.542.411,05
Deduções da receita	-118.845,09	-6.137,50	Despea entre órgãos do orçamento	13.329.899,40	-
			Pessoal e encargos sociais	12.766.119,00	-
			Outras despesas correntes	563.780,40	-
Receitas de capital	3.260.894,65	1.827.885,01	Despesas de capital	110.392.103,23	182.781.566,44
Alienação de bens	3.260.894,65	919.181,68	Aplicação direta e transf. intergovernamental.	110.392.103,23	182.781.566,44
Transferência de capital	-	908.703,33	Investimentos	109.881.162,27	182.087.466,44
Outras transferências de capital	-	908.703,33	Amortização/refinanciamento da dívida	510.940,96	694.100,00
Transferências recebidas	798.442.906,96	837.056.436,12	Transferências concedidas	402.563.879,00	441.745.620,45
Transferências orçamentárias	798.396.268,17	833.621.476,86	Transferências orçamentárias	402.517.240,21	438.316.798,69
Repasse recebido	399.419.041,03	432.972.951,12	Repasse concedido	490.156,06	25.978.997,73
Sub-repasse recebido	394.719.673,88	399.800.487,87	Sub-repasse concedido	394.719.673,88	399.800.487,87
Sub-repasse recebido no exercício	394.719.673,88	399.800.487,87	Sub-repasse concedido no exercício	394.719.673,88	399.800.487,87
Valores diferidos - baixa	625.800,63	233.574,85	Valores diferidos - baixa	614.463,02	232.278,24
Valores diferidos - Inscrição	3.631.752,63	614.463,02	Valores diferidos - Inscrição	6.692.947,25	625.800,63
			Repasse previdenciários concedidos - RPPS	-	11.679.234,22
Transferências extra-orçamentárias	46.638,79	3.434.959,26	Transferências extra-orçamentárias	46.638,79	3.428.821,76
Ordem de transferência recebida	1.245,50	2.822.508,16	Ordem de transferência concedida	1.245,50	2.822.508,16
Transferências recebidas	-	293.943,12	Transferências concedidas	-	293.943,12
Recebimento de transf. concedidas	1.245,50	2.528.565,04	Devolução de transferências recebidas	1.245,50	2.528.565,04
Transferências diversas recebidas	45.393,29	612.451,10	Transferências diversas concedidas	45.393,29	606.313,60
Ingres. extra-orçamentários	1.263.314.315,89	1.073.288.009,07	Dispêndios extra-orçamentários	1.188.223.959,53	956.122.452,15
Valores em circulação	391.535.452,41	247.242.039,33	Valores em circulação	370.685.584,51	392.490.630,52
Recursos especiais a receber	391.463.317,30	247.170.421,51	Recursos especiais a receber	370.514.231,00	391.463.317,30
Valores em trânsito realizáveis	2.164,50	-	Recursos em trânsito realizáveis	99.735,69	2.164,50
Recursos da União	65.487,82	67.135,03	Recursos da União	67.135,03	1.020.665,93
Recursos vinculados	4.482,79	4.482,79	Recursos vinculados	4.482,79	4.482,79
Valores pendentes a curto prazo	7.307.410,27	1.096.095,97	Valores pendentes a curto prazo	4.257.553,26	1.323.272,38
Valores diferidos	7.307.410,27	1.096.095,97	Valores diferidos	4.257.553,26	1.323.272,38
Depósitos	1.435.935,91	1.554.000,38	Depósitos	1.554.000,38	2.450.790,90
Consignações	1.266.462,61	1.492.885,17	Consignações	1.492.885,17	2.434.377,27
Depósitos de diversas origens	169.473,30	61.115,21	Depósitos de diversas origens	61.115,21	16.413,63
Obrigações em circulação	413.459.062,41	394.695.790,86	Obrigações em circulação	385.441.709,37	240.038.323,10
Fornecedores	6.729.002,92	3.331.024,61	Fornecedores	3.331.024,61	3.187.066,66
Do exercício	210.261,13	236.493,72	De exercícios anteriores	3.117.205,31	2.973.247,36
De exercícios anteriores	2.991.805,72	2.880.711,59	Convênios a pagar	180.000,00	180.000,00
Convênios a pagar	3.493.116,77	180.000,00	Precatórios de OCK a pagar	33.819,30	33.819,30
Precatórios de OCK a pagar	33.819,30	33.819,30	Pessoal e encargos a pagar	28.742.744,48	29.067.424,50
Pessoal e encargos a pagar	29.857.710,17	28.742.744,48	RP não proces inscrição	171.614.011,72	88.005.881,75
Restos a Pagar	198.357.193,08	180.868.093,21	Valores em trânsito	483.873,96	622.123,41
Não processados a liquidar	155.355.868,30	171.614.011,72	Obrigações tributárias	706,42	841,42
Cancelado	43.001.324,78	9.254.081,49	Recursos a liberar para pgto de RP	180.981.024,12	119.126.966,67
Valores em trânsito	112.486,89	483.873,96	Outras obrigações	288.324,06	28.018,69
Obrigações tributárias	-	706,42	Despesas extra-orçamentárias	3.401,97	-
Recursos a liberar para o pag. de RP	178.107.971,88	180.981.024,12	Restituições de receitas federais	3.401,97	-
Outras obrigações	294.697,47	288.324,06	Ajustes de direitos e obrigações	426.281.710,04	319.819.435,25
Receita extra-orçamentária	6.803,94	32.247,12	Baixa de direitos	210.971.552,18	138.294.873,69
Restituição de receitas federais	6.803,94	32.247,12	Créditos diversos a receber	210.971.552,18	138.294.873,69
Ajustes de direitos e obrigações	449.569.650,95	428.667.835,41	Incorporação de obrigações	215.310.157,86	181.250.343,79
Incorporação de direitos	357.444.493,33	362.326.598,56	Exercícios anteriores	37.202.185,98	30.502,88
Créditos diversos a receber	357.444.493,33	361.850.564,36	Recursos diversos a liberar	178.107.971,88	180.981.024,12
Outras incorporações de direito	-	476.034,20	Outras incorporações de obrigações	-	238.816,79
Desincorporação de obrigações	92.125.157,62	66.341.236,85	Ajuste de obrigações	-	274.217,77
Exercício anteriores	100.371,91	757.646,44	Variação cambial	-	274.217,77
Recursos diversos a liberar	92.024.785,71	65.583.590,41			
Dispon. do período anterior	2.346.094,16	2.357.869,87	Dispon. p/o período seguinte	2.346.094,16	2.346.094,16
Conta única do Tesouro Nacional	-	11.775,71	Aplicações financeiras	2.050.000,00	2.050.000,00
Aplicações financeiras	2.050.000,00	2.050.000,00	Outras disponibilidades	296.094,16	296.094,16
Outras disponibilidades	296.094,16	296.094,16			
Total	2.069.554.578,89	1.917.241.843,93	Total	2.069.554.578,89	1.917.241.843,93

Fonte: Coordenação de Recursos Financeiros

Tabela 30 - Balanço patrimonial do DNOCS-2006-2005

Ativo			Passivo		
Títulos	2006	2.005	Títulos	2006	2.005
Ativo financeiro	372.960.060,85	393.811.575,96	Passivo financeiro	375.024.838,77	387.078.665,18
Disponível	2.346.094,16	2.346.094,16	Depósitos	1.501.423,73	1.621.135,41
Disponível em moeda nacional	2.346.094,16	2.346.094,16	Consignações	1.266.462,61	1.492.885,17
Créditos em circulação	370.613.966,69	391.465.481,80	Recursos do Tesouro Nacional	65.487,82	67.135,03
Créditos a receber	1.500.000,00	-	Depósitos de diversas origens	169.473,30	61.115,21
Lim. sSaque c/ vincul. pagamento	13.069.737,67	29.612.752,94	Obrigações em circulação	370.457.737,63	385.441.709,37
Rec. a receber pelo pagto de RP	355.944.493,33	361.850.564,36	REStos a pagar processados	36.606.038,24	32.087.427,25
Valores em trânsito realizáveis	99.735,69	2.164,50	Fornecedores - do exercício	210.261,13	236.493,72
			Fornecedores do exerc. anterior	2.991.805,72	2.880.711,59
			Convênios a pagar	3.493.116,77	180.000,00
			Precatórios de OCK a pagar	33.819,30	33.819,30
			Pessoal a pagar do exercício	1.297.226,40	160.544,69
			Pessoal a pagar de exerc. anteriores	-	8.243,96
			Precatórios	28.560.483,77	28.560.483,77
			Encargos sociais a recolher	-	13.472,06
			Obrigações tributárias	-	706,42
Ativo não financeiro	1.835.870.230,25	1.783.647.575,76	Débitos diversos a pagar	19.325,15	12.951,74
Realizável curto prazo	25.239.886,11	23.234.236,57	Restos a p. não processados.	155.355.868,30	171.614.011,72
Créditos em circulação	24.025.483,37	21.919.967,09	A Liquidar	155.355.868,30	171.614.011,72
Diversos responsáveis	24.025.483,37	21.919.847,09			
Adiantamentos concedidos	-	120,00	Credores diversos	274.217,77	274.217,77
Bens e v. em circulação	1.214.402,74	1.314.269,48	Valores em trâns. exigíveis	112.486,89	483.873,96
Estoques	1.214.402,74	1.314.269,48	Recursos liberados pgto rp	178.107.971,88	180.981.024,12
Valores pen. curt. prazo	159.642.989,64	156.733.797,87	Outras obrigações a pagar	1.154,55	1.154,55
Despesas antecipadas	990,50	990,50	Valores pend. a curto prazo	3.061.194,62	11.337,61
Valores diferidos	3.631.752,63	614.463,02	Repasse recebido diferido	3.061.194,62	11.337,61
Bens/direitos a inc por insc RP	156.010.246,51	156.118.344,35	Passivo finan. a longo prazo	4.482,79	4.482,79
Realizável longo prazo	4.799,41	3.221,86	Depósitos exigíveis a longo prazo	4.482,79	4.482,79
Dep. real.longo prazo	3.494,77	3.221,86			
Depósitos compulsórios	3.494,77	3.221,86	Passivo não financeiro	42.251.182,80	39.804.534,15
Cred. real.longo prazo	1.304,64	-	Obrigações em circulação	713.164,28	713.164,28
Devedores-entidades e agentes	1.304,64	-	Provisões	700.000,00	700.000,00
			Operações de crédito	7828,04	7.828,04
Permanente	1.650.982.555,09	1.603.676.319,46	Externas	7.828,04	7.828,04
Investimentos	1.147.968,39	1.147.968,39	Outros débitos	5.336,24	5.336,24
Participação societária	1.147.968,39	1.147.968,39			
Imobilizado	1.649.834.586,70	1.602.528.351,07	Valores pend. a curto prazo	3.631.752,63	614.463,02
Bens móveis e imóveis	1.646.297.993,39	1.600.328.348,65	Valores diferidos	3.631.752,63	614.463,02
Bens intangíveis	3.536.593,31	2.200.002,42	Exigível a longo prazo	37.906.265,89	38.476.906,85
			Obrig. exig. a longo prazo	37.906.265,89	38.476.906,85
			Operações crédito externas	1.073.165,91	1.584.106,87
			Obrigações a pagar	36.833.099,98	36.892.799,98
Ativo real	2.208.830.291,10	2.177.459.151,72	Passivo real	417.276.021,57	426.883.199,33
			Patrimônio líquido	1.791.554.269,53	1.750.575.952,39
			Patrimônio/capital	0,52	0,52
			Lucros ou prej. acumulados	1.791.554.269,01	1.750.575.951,87
Ativo compensado	879.355.579,02	758.474.451,56	Passivo compensado	879.355.579,02	758.474.451,56
Comp. ativas diversas	879.355.579,02	758.474.451,56	Compensações div. passivo	879.355.579,02	758.474.451,56
Respons.val.títul.valores	7.205.774,48	34.562.401,47	Val., tít. e bens sob responsabilidade	7.205.774,48	34.562.401,47
Garantia de valores	27.541.973,82	-	Valores em garantia	27.541.973,82	-
Dir. e obr. conveniados	755.676.004,36	645.828.811,35	Direitos e obrigações conveniadas	755.676.004,36	645.828.811,35
Dir. e obr. contratuais	88.931.826,36	75.643.699,49	Direitos e obrigações contratadas	88.931.826,36	75.643.699,49
Outras compensações	-	2.439.539,25	Compensações diversas	-	2.439.539,25
Total	3.088.185.870,12	2.935.933.603,28	Total	3.088.185.870,12	2.935.933.603,28

Fonte: Coordenação de Recursos Financeiros

Tabela 31 - Balanço da variação patrimonial do DNOCS. Exercícios de 2006 e 2005

Variações ativas			Variações passivas		
Títulos	2006	2.005	Títulos	2.006	2.005
Orçamentárias	906.842.028,21	1.001.156.784,37	Orçamentárias	878.938.358,13	955.344.475,86
Receitas correntes	2.190.367,23	2.711.643,86	Despesas correntes	366.028.542,97	334.246.110,73
Receita tributária	-	1.799,98	Pessoal e encargos sociais	296.198.073,37	277.750.122,93
Receita patrimonial	831.512,21	942.445,43	Juros e encargos dívida externa	12.788,05	31.550,00
Receita agropecuária	165.034,92	112.342,76	Outras despesas correntes	56.487.782,15	56.464.437,80
Receita industrial	2.243,48	1.851,77	Desp. entre órgãos do orçamento	13.329.899,40	-
Receita de serviços	186.243,66	262.928,47	Pessoal e encargos sociais	12.766.119,00	-
Receita correntes a classificar	-	2.900,00	Outras despesas correntes	563.780,40	-
Outras receitas correntes	1.124.178,05	1.393.512,95			
Outras deduções	-118.845,09	-6.137,50			
Receitas de capital	3.260.894,65	1.827.885,01	Despesas de capital	110.392.103,23	182.781.566,44
Alienação de bens	3.260.894,65	919.181,68	Investimento	109.881.162,27	182.087.466,44
Alienação de bens	-	908.703,33	Amortiz refin.da dívida externa	510.940,96	694.100,00
Interferências ativas	798.396.268,17	833.621.476,86	Interferências passivas	402.517.240,21	438.316.798,69
Transferências financ. recebidas	798.396.268,17	833.621.476,86	Tr. financ. concedidas	402.517.240,21	438.316.798,69
Repasse recebido	399.419.041,03	432.972.951,12	Repasse concedido	490.156,06	25.978.997,73
Sub-repasse recebido	394.719.673,88	399.800.487,87	Sub-repasse concedido	394.719.673,88	399.800.487,87
Valores diferidos-baixa	625.800,63	233.574,85	Valores diferidos-baixa	614.463,02	232.278,24
Valores diferidos-inscrição	3.631.752,63	614.463,02	Valores diferidos-inscrição	6.692.947,25	625.800,63
			Repasse previd. concedidos	-	11.679.234,22
Mutações ativas	102.994.498,16	162.995.778,64	Mutações passivas	471,72	-
Incorporações de ativos	102.483.557,20	162.484.280,22	desincorpor. de ativos	471,72	-
Aquisições de bens	25.534.892,87	25.828.993,80	Alienação de bens	471,72	-
Bens/dir. a incorp pela insc. RP	76.948.664,33	136.655.286,42			
Desincorporação de passivos	510.940,96	511.498,42			
Res. extra-orçamentário	522.602.147,59	477.409.169,88	REs. extra-orçamentário	509.527.500,53	388.300.477,29
Interferências ativas	53.442,75	3.588.496,01	Interferências passivas	50.040,78	3.550.111,39
Transf. bens e val. recebidos	0,02	121.289,63	Transf. bens e val. concedidos	0,02	121.289,63
Transf. financeiras recebidas	8.049,44	2.854.755,28	Transf. financeiras concedidas	4.647,47	2.822.508,16
Movimento de fundo a débito	45.393,29	612.451,10	Movimento de fundo de crédito	45.393,29	606.313,60
Acréscimos patrimoniais	522.548.704,84	473.820.673,87	Decréscimos patrimoniais	509.477.459,75	384.750.365,90
Incorporações de ativos	387.361.619,53	395.577.164,33	Desincorpor. de ativos	293.702.646,30	198.165.369,71
Incorporação de bens imóveis	21.150.023,91	27.014.158,17	Baixa de bens imóveis	715.024,08	243.798,14
Incorporação de bens móveis	5.765.533,78	5.195.223,06	Baixa de bens móveis	4.840.169,37	4.720.049,99
Incorpor. de bens intangíveis	746.627,59	82.659,36	Baixa de títulos e valores	-	103.063,16
Incorpor. de títulos e valores	-	136.364,47	Baixa de direitos	211.119.672,18	138.563.772,93
Incorporação de direitos	359.699.434,25	363.148.759,27	Bens/dir. inc. inscritos	77.027.780,67	54.534.685,49
Ajust bens, val. e créditos	272,91	250,29			
Ajustes de créditos	272,91	250,29			
Desincorp. de passivos	135.186.182,40	76.166.871,16	Incorpor. de passivos	215.310.157,86	181.824.833,25
Ajustes de obrigações	-	2.056.980,89	Ajustes de obrigações	-	4.434.631,99
Ajust. exerc. anteriores	630,00	19.407,20	Ajust. exerc anteriores	464.655,59	325.530,95
Ajustes não financeiros	630,00	19.407,20	Ajustes não financeiros	464.655,59	325.530,95-
			Resultado patrimonial	40.978.317,14	134.921.001,10
			<i>Superavit do exercício</i>	40.978.317,14	134.921.001,10
Total geral	1.429.444.175,80	1.478.565.954,25	Total geral	1.429.444.175,80	1.478.565.954,25

Fonte: Coordenação de Recursos Financeiros

3.2 Diretoria Administrativa-DA.

Gestão administrativa

Para que o DNOCS se tornasse apto para a gestão do seu patrimônio material, intelectual e histórico, fez-se necessário uma intervenção no setor administrativo. O desafio inicial era superar práticas gerencias aleatórias, que não obedeciam a métodos de trabalhos bem definidos e que rendiam poucos resultados, uma vez que a área de planejamento havia sido extinta no governo anterior. Foi preciso promover a capacitação dos funcionários e dotar com equipamentos de tecnologia compatível com a complexidade dos trabalhos. Para se ter uma idéia de como estava o DNOCS no início de 2003, nem mesmo o Diretor Geral, outros diretores e uma boa parte dos técnicos, auditores e procuradores dispunham de microcomputadores à altura das suas necessidades, agravado pelo número insuficiente de computadores.

Foram implementadas inovações administrativas: criação da Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégia; modernização do sistema de trabalho e de comunicação pela aquisição de *hardware* e de novos *softwares*; implantação de sistemas de microcomputadores em rede nas diretorias, auditorias, procuradorias e para o corpo técnico e administrativo; práticas gerencias e processos de trabalho bem definidos; intensificação dos programas de capacitação dos funcionários na nova visão da gestão pública, informática, planejamento e orçamento; programa de valorização da auto-estima dos funcionários; participação dos técnicos na elaboração dos orçamentos anuais, fato novo diante das práticas anteriores; adoção de novas técnicas licitatórias como o pregão eletrônico; proposta de criação da Coordenadoria Geral de Gestão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente; controle de acessos às atividades normais do Órgão, evitando que pessoas estranhas interferissem na rotina dos processos e continuassem utilizando as suas instalações; valorização da experiência dos servidores aposentados e criação da Sala do Cidadão onde os aposentados e o público em geral buscam informações.

Gestão do patrimônio

Ao longo de 97 anos de existência e de investimentos em infra-estrutura, o DNOCS acumulou um grande patrimônio de: 326 açudes com capacidade para 27 bilhões de m³ de água, mais 622 açudes construídos em regime de cooperação, com potencial para acumular mais 2,5 bilhões de m³; 27.912 poços profundos perfurados (muitos em desuso); 37 perímetros públicos de irrigação com 71.790 hectares de terras irrigáveis implantados (muitos necessitando de recuperação) e 50.000 hectares a implantar; 105.000 hectares de terras de sequeiro não aproveitadas; 12 estações de piscicultura (carentes de reformas ou de conclusão e de implementos produtivos); 2 centros de pesquisas; um prédio de Administração Central; 9 sedes de Coordenadorias Estaduais; 27 Unidades de Campo; 7.262 residências de irrigantes assentados; antigos canteiros de obras; armazéns, oficinas e galpões de máquinas; e milhares de invasões e construções irregulares sobre terrenos públicos, em áreas de preservação ambiental e de segurança dos açudes, canais e perímetros de irrigação pertencentes ao Órgão (estão sendo cadastrados).

Visando disponibilizar imóveis em desuso para a utilização pelas comunidades locais, as ações relativas à gestão do patrimônio foram priorizadas nos últimos anos,

redundando em: ações de apoio à recuperação da infra-estrutura hídrica de açudes, canais, perímetros irrigados e prédios; conclusão das obras; aproveitamento de edificações em desuso; disponibilização de terras para reforma agrária, titulação dos lotes; e inovações administrativas que otimizaram o trabalho da Autarquia.

Reforma do prédio da Administração Central

Ainda em relação ao patrimônio, foram intensificadas as ações de recuperação e reforma do edifício sede da Administração Central. O prédio construído em 1973 apresentava graves problemas no seu funcionamento, em vista das instalações deterioradas por falta de manutenção adequada, ambiente insalubre de trabalho, com goteiras, cupins e fungos, má organização e distribuição das áreas de trabalho, servidores mal acomodados entre pilhas de arquivos e até mesmo sem segurança.

A reforma iniciada no 8º andar envolveu os serviços de: elaboração de projeto arquitetônico de reforma; recomposição do piso e esquadrias das fachadas norte e sul; vedações internas; instalações hidrosanitárias, elétricas e de ar condicionado; sistema de infovias de internet e telefones; sistema de proteção contra incêndio e eletro-estática; escada de incêndio; e um novo lay out com móveis modulados.

Dos recursos de restos a pagar de 2005 foram empenhados R\$383.345,00 e dos orçamentários 2006, empenhados R\$5.914.483,00 e pagos R\$1.680.939,00. Todo valor do LOA 2006 foi empenhado em dezembro, permitindo dar continuidade ao trabalho de reforma em 2007.

Mercado do produtor

Outro exemplo de ação de reaproveitamento de imóveis em desuso foi a recuperação da antiga oficina abandonada no bairro do Pici, em Fortaleza-CE, transformada em Centro Público de Economia Solidária, se constituindo em espaço de comercialização dos produtos dos perímetros irrigados e dos assentamentos de reforma agrária, diretamente ao consumidor e pela rede de socioeconomia solidária.

O empreendimento é o resultado de uma nova cultura do DNOCS, a de dar utilidade ao patrimônio edificado e a do trabalho articulado com instituições e entidades que objetivam o desenvolvimento sustentado, com ong's, associações comunitárias, INCRA, Ministério do Trabalho através da Delegacia Regional do Trabalho e SEBRAE que entra com assistência técnica e alocação de recursos financeiros.

Centro de Referência em Plantas Mediciniais do Sudoeste da Bahia

A implantação do Centro de Referência em Plantas Mediciniais do Sudoeste da Bahia, será efetivada em convênio com a prefeitura do município de Livramento de Nossa Senhora-BA. Os recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia seriam da ordem de R\$97.471,50 para a implantação do Centro e R\$21.379,71 para a elaboração do orçamento e termo de referência para a aquisição de equipamentos e outros bens permanentes. Não houve tempo hábil para licitar.

3.2.1 Coordenação de Recursos Humanos-CRH.

O quadro de pessoal permanente passou de 1.945, em 2005, para 1.896 servidores em 2006, uma redução de -2,51%, que no curto ou no médio prazo, deverá

causar sérios problemas na qualidade do serviço prestado, na fiscalização das obras em implantação e na administração do imenso patrimônio em infra-estrutura hídrica e imóveis sob sua responsabilidade. A contratação de serviços terceirizados é um paleativo que não atende plenamente as necessidades legais de acompanhamento e fiscalização da execução das obras e dos convênios.

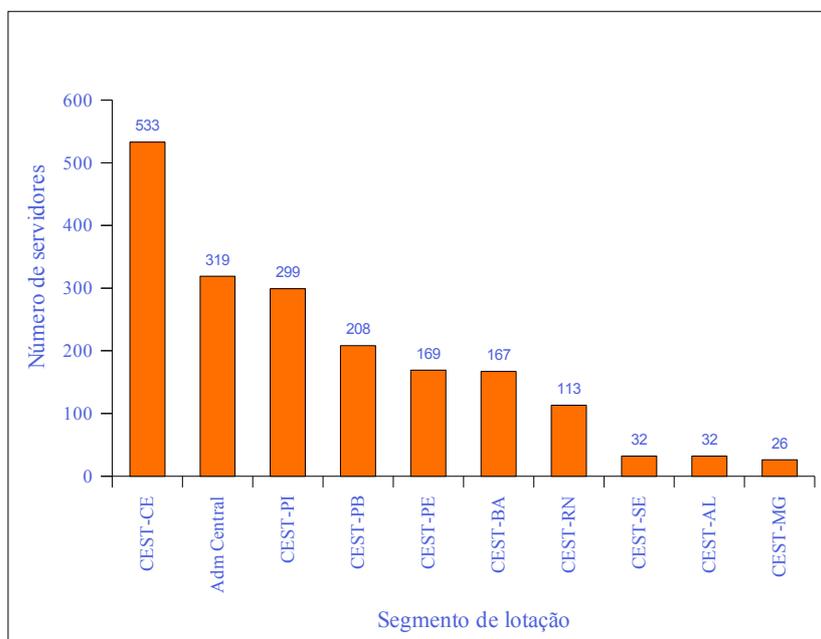


Gráfico 9 - Número de servidores por lotação

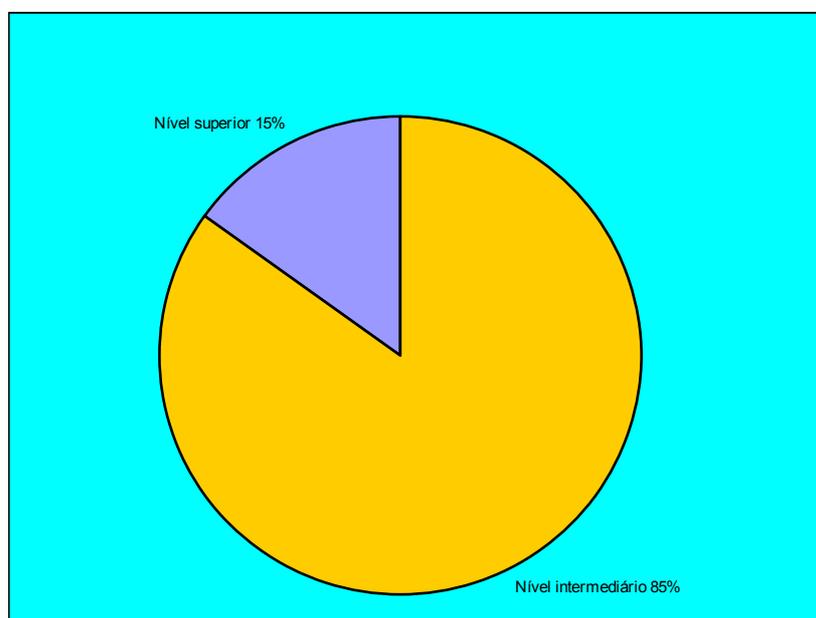


Gráfico 10 - Número de servidores por qualificação.

A redução de pessoal de nível superior foi de 308 para 286 (-7,17%) e a de nível intermediário de 1.637 para 1.610 (-1,64%) no último ano. A consequência foi o aumento de 10.905 aposentados e pensionistas em 2005 para 13.269 em 2006. O substancial aumento no número de pensionistas se deve a um incremento mais que proporcional ao número de falecidos, aposentados e remanejados para outros órgãos. No decorrer do exercício foram encaminhados 198 processos para aposentadorias e 349 para pensões, o quantitativo de pessoal cedido foi de 57 e requisitado 7.

Tabela 32 - Lotação do efetivo de pessoal de nível superior do DNOCS. Distribuição por setor de lotação.

Grupo e categoria funcional	Unidade organizacional											Total
	Código	Adm Central	Coordenadorias estaduais									
			CE	PI	CE	PE	BA	RN	PB	AL	SE	
Nível superior												
Administrador	480.002	2	4	2	6	2	-	3	-	-	1	20
Analista de Sistemas	480.026	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3
Arquiteto	480.046	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2
Assistente Social	480.061	3	2	-	1	1	2	3	-	-	-	12
Auditor	480.065	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Bibliotecário	480.067	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Contador	480.087	1	-	1	-	-	1	1	-	-	-	2
Economista	480.096	4	4	1	4	3	1	3	-	1	1	22
Enfermeiro	480.103	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Engenheiro	480.106	19	5	2	15	5	6	10	-	1	3	66
Engenheiro Agrônomo	480.108	24	7	24	11	6	9	7	-	-	1	89
Engenheiro Civil	480.109	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Engenheiro de Operações	480.111	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Engenheiro de Pesca	480.112	3	-	4	2	-	1	-	-	1	-	11
Engenheiro Elétrico	480.113	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Geógrafo	480.137	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Geólogo	480.138	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	3
Médico	480.151	1	-	-	2	1	1	4	-	-	-	9
Médico Veterinário	480.155	2	-	2	1	-	-	1	-	-	-	6
Odontólogo	480.271	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Químico	480.204	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Técnico de Nível Superior	480.238	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Técnico em Assuntos Educacionais	480.245	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	3
Técnico em Comunicação Social	480.246	3	-	-	2	-	1	2	-	-	-	8
Zootecnista	480.270	1	2	2	5	1	2	-	1	1	-	15
Subtotal nível superior		75	24	41	50	20	24	40	2	4	6	286

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos-CRH.

Tabela 33 - Lotação do efetivo de pessoal de nível intermediário do DNOCS. Distribuição por setor de lotação.

Grupo e categoria funcional	Unidade organizacional											
	Código	Adm. central	Coordenadorias estaduais									
			CE	PI	CE	PE	BA	RN	PB	AL	SE	MG
Nível intermediário												
Agente Administrativo	481.004	57	21	45	26	20	10	12	2	2	1	196
Agente de Atividades Agropecuárias	481.014	16	116	218	13	44	14	21	2	9	3	456
Agente de Cinematografia e Microfilmagem	481.017	9	-	5	-	3	-	-	-	-	-	17
Agente de Defesa Florestal	481.021	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Agente de Mecanização e Apoio	481.025	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Agente de Portaria	481.026	19	3	30	2	9	4	9	2	-	1	79
Agente de Vigilância	481.035	15	6	23	8	-	6	4	-	2	-	64
Agente de Serviços de Engenharia	481.041	6	20	20	21	16	21	15	8	7	10	144
Agente de Telecomunicações e Eletricidade	481.042	3	-	6	-	1	1	1	-	-	-	12
Artífice de Artes Gráficas	481.053	1	1	-	-	2	-	-	-	-	-	4
Artífice de Carpintaria e Marcenaria	481.054	-	1	1	2	-	-	7	-	-	-	11
Artífice de Eletricidade e Comunicações	481.056	2	-	6	-	-	-	4	-	-	-	12
Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia	481.057	-	7	7	9	4	1	20	-	-	-	48
Artífice de Mecânica	481.060	5	37	66	2	6	6	42	2	3	-	169
Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	481.138	2	5	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Auxiliar Operacional de Agropecuária	481.076	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Datilógrafo	481.175	81	37	33	11	18	8	7	3	2	4	204
Desenhista	481.177	2	2	2	8	6	4	5	2	-	-	31
Laboratorista	481.232	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Motorista Oficial	481.262	7	8	22	12	7	10	15	7	2	1	91
Operador de Computação	481.273	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	5
Perfurador-Digitador	481.293	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Programador	481.305	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Técnico em Colonização	481.333	6	3	6	1	-	1	2	-	-	-	19
Técnico de Contabilidade	481.334	1	3	2	3	1	1	3	2	1	-	17
Técnico de Laboratório	481.337	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Tecnologista	481.389	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	3
Telefonista	481.390	1	2	-	-	2	1	-	-	-	-	6
Total nível intermediário		244	275	492	119	147	88	167	30	28	20	1.610
Total geral		319	299	533	169	167	113	208	32	32	26	1.896

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos-CRH.

Plano de Carreira Cargos e Salários-PCCS.

Os trabalhos de elaboração da proposta de um Plano de Carreira, Cargos e Salários-PCCS tiveram como fundamento as disposições contidas na Medida Provisória Nº 2.048, de 29 de junho de 2000, que criou, reestruturou e organizou carreiras e cargos no âmbito da administração pública federal direta, fundações e autarquias.

Buscou-se um aprofundamento na análise das carreiras e cargos organizados que apresentavam um expressivo grau de similaridade com as atividades desenvolvidas pelo

DNOCS, tanto no plano do que dispõe a Lei nº 10.204/2001 e do Decreto nº 4.650/2003, que estabeleceram suas competências, formas e áreas de atuação, como no plano da proposta de trabalho da nova administração que estabeleceu os fundamentos da nova fase que a instituição vivencia presentemente: a gestão do conhecimento e do patrimônio, a transversalidade das ações e a sinergia pelo viés da parceria.

A pesquisa de níveis de remuneração foi feita junto aos setores público e privado envolvendo diversas categorias profissionais, cujas atividades e níveis de complexidade se assemelham, tendo sido tomada, como base inicial, os vencimentos das tabelas das carreiras organizadas, em especial aquelas ligadas ao Ministério do Planejamento, ANA, IBAMA, CODEVASF, INCRA, etc. que são instituições com as quais vem sendo desenvolvidas ações conjuntas. O resultado final obtido apresentou uma forte correlação com órgãos que desenvolvem atividades similares às desenvolvidas pelo DNOCS.

Entende-se, por fim, que os conteúdos e os aspectos formais observados na reorganização das carreiras de que trata a referida Medida Provisória foram considerados na Proposta do PCCS do DNOCS, conferindo-lhe consistência, tanto na formulação dos mecanismos, como no estabelecimento dos níveis de remuneração. Idêntico procedimento foi adotado em relação aos mecanismos de progressão funcional, que tem na avaliação de desempenho a base para ascender na tabela salarial.

Concurso público

Cumprir registrar que, por força da defasagem salarial existente entre os servidores quando comparados com os salários de outros órgãos públicos, um significativo número de servidores qualificados solicitaram redistribuição para outras instituições públicas, agravando, ainda mais as deficiências relativas ao nosso contingente de servidores, principalmente de nível superior.

A realização de concurso público para o preenchimento das vagas geradas por aposentadorias e transferências é extremamente urgente. Entretanto, cabem duas considerações acerca dessa questão: a revisão da proposta inicialmente encaminhada ao Ministério do Planejamento no sentido de adequá-la às novas demandas criadas em função dos novos contornos definidos pela nova visão do governo relativamente às políticas de corte regional que ampliou o leque de ações de responsabilidade da Autarquia e a necessidade de que sejam ofertados níveis salariais minimamente atraentes e possibilidades de ascensão na carreira que motivem a aquisição de profissionais competentes.

3.2.2 Coordenação de Recursos Logísticos-CRL

Licitação

Pela Coordenação de Recursos Logísticos da Administração Central foram realizadas 47 licitações no exercício de 2006, sendo: 1 pregão presencial, 33 pregões eletrônicos, 4 sistemas de registro de preços, 2 convites, 2 concorrências e 4 tomadas de preços, havendo empenhado 33, revogado 13 e sob júdice 1. O valor total das licitações foi de R\$ 15,97 milhões em termos referenciais, cuja compra foi de R\$ 12,34 milhões, e o resultado em economia de R\$ 3,62 milhões, que representa um percentual de 22,71%.

O maior número foi para o pregão eletrônico que totalizou 33 licitações, havendo empenhado 23 e não empenhado 10. Para o preço de referência de R\$ 4,54 milhões, foram realizadas compras no valor de R\$2,99 milhões e economizado R\$1,54 milhões. As despesas foram concentradas na contratação dos serviços de segurança, passagens aéreas, aquisição de material de informática, veículos, combustíveis, ração para peixes, molinetes para hidrometria etc.

Pela modalidade de concorrência, foram gastos R\$6,30 milhões na reforma do edifício sede do DNOCS, e pelo sistema eletrônico de registro de preços foram gastos R\$1,62 milhões na aquisição de móveis para a reforma, central telefônico-VOIP e material de consumo para almoxarifado.

Tabela 34 - Resumo das licitações.

Licitação	Quantidade			Total	Valor (R\$)			
	Concluído		Não concluído		Referência	Compra	Economizado	Economizado (%)
	Empenhado	Revogado						
Pregão presencial	1	1		2				
Pregão eletrônico	23	10		33	4.544.644,41	2.996.884,48	1.547.759,93	34,06
Sistema de registro de preço	3	1		4	2.559.860,90	1.624.482,46	935.378,44	36,54
Convite	2			2	236.843,11	205.735,09	31.108,02	13,13
Concorrência	1		1	2	7.396.229,93	6.307.897,46	1.088.332,47	14,71
Tomada de preço	3	1		4	1.226.418,52	1.202.482,57	23.935,95	1,95
Total	33	13	1	47	15.976.836,87	12.348.382,06	3.628.454,81	22,71

Fonte: Coordenação de Recursos Logísticos.

Pela modalidade de tomada de preços foram aplicados recursos da ordem de R\$1,20 milhões, destinados para recuperação de barragens em Pernambuco, projeto rede básica de monitoramento do açude Castanhão-CE e editoração eletrônica.

Pela modalidade convite foram gasto R\$205 mil nas reformas do laboratório de larvicultura de camarão e reforma e ampliação das oficinas do Pici, em Fortaleza-CE. Pelo pregão presencial foi providenciado a encadernação de livros.

3.3 Procuradoria Federal-PF.

3.3.1 Coordenação de Análise Jurídica-CAJ.

Reforma agrária

Em 2 de abril de 2003, os ministros da Integração Nacional e o do Desenvolvimento Agrário, assinaram um convênio de cooperação interministerial para promover a reforma agrária em cerca de 116 mil hectares de terra do DNOCS para projetos de assentamentos do INCRA. O ato reuniu os técnicos dos dois ministérios,

com a participação de representantes do MST, Contag, Pastoral da Terra e Federação dos Trabalhadores Rurais, Associação do Semi-Árido e fóruns de reforma agrária dos estados do Nordeste. Em setembro do mesmo ano foi assinado o primeiro termo de cessão de uso de terra, repassando para o INCRA 343 hectares do imóvel Bom Lugar, no perímetro irrigado Icó-Lima Campos, para o assentamento de 27 famílias. Esse foi o passo inicial para um programa de transferência que no final de 2006 contabilizava 18.925 hectares repassados ao INCRA, nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia.

Sobre o impacto positivo do programa de transferência de terras, o evento mais simbólico aconteceu em dezembro de 2005, quando foi transferido 5.002 hectares do perímetro irrigado da Baixada Ocidental Maranhense, nos municípios de Pinheiro e Palmerândia, ao programa de reforma agrária, onde cujos estudos revelaram a sua inviabilidade técnica como área irrigada, beneficiando 806 famílias ali residentes. O INCRA se propôs a construir 600 residências familiares e repassar R\$2.400,00 para cada família para o início das atividades. Essas famílias podem ainda ser atendidas pelo Programa de Agricultura Familiar-PRONAF do governo federal, com linha de crédito especial de até R\$18 mil, com três anos de carência e até 10 anos para pagar, a juros de 1,15% ao ano.

Regularização fundiária dos perímetros irrigados

O DNOCS está regularizando a situação fundiária dos irrigantes de perímetros irrigados sob a responsabilidade do Órgão. O trabalho de regularização fundiária dos perímetros está sendo realizado pela Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção, através da Comissão de Regularização Fundiária. É uma antiga reivindicação dos irrigantes, de ser dono do seu próprio pedaço, ter condições para realizar investimentos e acesso ao crédito rural.

A aceleração da regularização fundiária dos irrigantes ganhou corpo na atual gestão, uma vez que a terra titulada do perímetro irrigado confere ao irrigante o direito de proprietário do imóvel, possibilitando acesso às linhas de crédito dos bancos de desenvolvimento e nos programas das instituições públicas e ong's de apoio ao desenvolvimento sustentável. A posse de terra sacramentada em cartório confere-lhe a estabilidade necessária para realizar investimentos em sistemas de irrigação, símbolo de segurança e relevância social no desenvolvimento sustentável de atividades econômicas produtivas dessa natureza.

A contratação de consultores especializados através do Projeto de Cooperação Técnica – PCT BRA/IICA/02/012 “Apoio ao Fortalecimento da Capacidade Técnica, Institucional e Gerencial do DNOCS” com vistas à elaboração de diagnósticos tem auxiliado nas tomadas de decisões no âmbito do processo de regularização fundiária dos perímetros irrigados. A ação de regularização fundiária está sendo apoiada através de convênio com o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará-IDACE.

Foram encontradas dificuldades iniciais de resistência ao programa de emancipação em alguns perímetros, principalmente em virtude de inadimplência de irrigantes endividados com bancos. Em 94 anos de história, o DNOCS só havia entregue 65 títulos de terras para agricultores dos perímetros irrigados. Com este processo de aceleração de titulações de lotes, iniciada com a entrega de 69 títulos de terras do

projeto Curupati, integrada ao complexo produtivo do açude Castanhão, a ação de regularização fundiária dos 7.265 lotes distribuídos pelo programa de irrigação, cerca de 1.621 haviam sido concluídos até 2006. Havendo em carteira 758 processos, 1.019 em andamento e 3.867 para serem elaborados.

Tabela 35– Regularização fundiária.

Perímetros irrigados	Município	Irrigantes assentados	Situação da regularização fundiária						Total
			Até 2004	2005	2006	Em cart.	Em and.	A elab.	
CEST-PI		926	252	82	25	44	1	522	926
Caldeirão	Piripiri	90	44	8	21	-	-	17	90
Fidalgo	Simplicio Mendes	86	78	8	-	-	-	-	86
Gurguéia	Alvorada	250	-	-	-	-	-	250	250
Lagoas do Piauí	Luzilândia	177	87	53	4	32	1	-	177
Platôs de Guadalupe	Guadalupe	127	-	-	-	-	-	127	127
Tab. Litorâneos do Piauí	Parnaíba	68	43	13	-	12	-	-	68
Tab. de São Bernardo-MA	Magalhães Almeida	78	-	-	-	-	-	78	78
Várzea do Flores-MA	Joselândia	50	-	-	-	-	-	50	50
CEST-CE		4.345	821	37	201	507	958	1.821	4.345
Araras Norte	Varjota	119	84	14	10	3	8	-	119
Ayres de Souza	Sobral	121	-	-	-	-	-	121	121
Baixo-Acaraú	Marco	586	501	-	-	-	-	85	586
Curu-Paraipaba	Paraipaba	792	6	5	3	7	497	274	792
Curu-Pentecoste	Pentecoste	177	61	15	41	7	53	-	177
Ema	Iracema	18	16	2	-	-	-	-	18
Forquilha	Forquilha	71	-	-	-	55	16	-	71
Icó-Lima Campos	Icó	466	-	1	102	62	91	210	466
Jaguaribe-Apodi	Limoeiro	210	-	-	-	-	-	210	210
Jaguaruana	Jaguaruana	40	10	-	-	23	7	-	40
Morada Nova	Morada Nova	876	-	-	-	-	17	859	876
Quixabinha	Mauriti	94	30	-	-	31	33	-	94
Tabuleiros de Russas	Russas	658	-	-	42	318	236	62	658
Várzea do Boi	Tauá	117	113	-	3	1	-	-	117
CEST-RN		359	80	25	-	18	-	236	359
Baixo-Açu	Açu	123	80	25	-	18	-	-	123
Cruzeta	Cruzeta	23	-	-	-	-	-	23	23
Itans	Itans	74	-	-	-	-	-	74	74
Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	75	-	-	-	-	-	75	75
Sabugi	Caicó	64	-	-	-	-	-	64	64
CEST-PB		584	23	32	35	201	-	293	584
Eng ^o Arcoverde	Condado	55	23	-	23	5	-	4	55
São Gonçalo	São Gonçalo	482	-	32	12	196	-	242	482
Sumé	Sumé	47	-	-	-	-	-	47	47
CEST-PE		710	-	-	-	-	-	710	710
Boa Vista	Salgueiro	27	-	-	-	-	-	27	27
Cachoeira II	Serra Talhada	37	-	-	-	-	-	37	37
Custódia	Custódia	50	-	-	-	-	-	50	50
Moxotó	Ibimirim	596	-	-	-	-	-	596	596
CEST-BA		457	-	30	-	-	2	425	457
Brumado	Livramento	252	-	-	-	-	-	252	252
Jacurici	Itiúba	37	-	30	-	-	2	5	37
Vaza Barris	Canudos	168	-	-	-	-	-	168	168
Total		7381	1.176	206	261	770	961	4007	7.381

Fonte: Assessoria Jurídica.

Auditoria

As atividades da Auditoria Interna são realizadas anualmente, com prévia programação aprovada pelo diretor geral do DNOCS, através das auditorias de gestão, utilizando-se os métodos da amostragem e da análise seletiva junto a administração central, coordenadorias estaduais e perímetros irrigados. Em auditorias prévias e/ou

concomitantes na administração central são analisadas todas as faturas, cujas despesas tenham sido empenhadas a conta rubrica nº 44905100, referente a obras e instalações, para posterior liquidação e pagamento.

A título de colaboração com a Coordenação de Recursos Financeiros-CRF, a auditoria interna vem analisando todas as prestações de contas de inúmeros convênios celebrados com estados, municípios e distritos de irrigação, para em seguida, se aprovadas, emitir os respectivos pareceres da auditoria conclusivos, tendo em vista que, de acordo com as declarações do Chefe de Serviço de Contabilidade-CSF, que não dispõe de pessoal tecnicamente capacitado. A Auditoria Interna do DNOCS passou, recentemente, a integrar o sistema de controle interno do poder executivo federal, tendo em vista o disposto no art. 14 do decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, preenchendo assim demanda de longa data, cujas atividades, até então, vinham sendo exercidas pelos profissionais auditores da administração indireta, sem o mínimo de cobertura legal e institucional. Pelo art. 14, as entidades da administração pública federal indireta, bem assim os serviços sociais autônomos, deverão organizar a respectiva unidade de auditoria interna, com suporte necessário de recursos humanos e materiais, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.

Apesar do apoio da direção geral, a Auditoria Interna vem enfrentando sérias dificuldades no exercício de seus trabalhos, em especial no que diz respeito a recursos humanos, porquanto dispõe de apenas oito servidores responsáveis pela programação e execução de seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna-PAINT, documento contendo a programação dos trabalhos da Auditoria. O quadro atual da auditoria conta com um auditor (contador), uma contadora, três servidores de nível médio, graduados em ciências contábeis e administração, uma secretária e dois auditores terceirizados. O reduzido quadro de auditores e de pessoal de serviços auxiliares de digitação, arquivo e protocolo entre outros, vem prejudicando a implementação das atribuições de competência do segmento de serviços de auditoria de gestão e auditoria de gestão de pessoal. Para se ter uma idéia da dimensão da sua demanda, a Auditoria Interna produziu durante o exercício de 2006, as seguintes atividades: 19 auditorias de gestão junto às coordenadorias estaduais e perímetros irrigados encaminhados à CGU/CE; 82 pareceres prévios em processos referentes a faturas, para posterior pagamento; 407 despachos em prestações de contas de convênios, dos quais 148 foram conclusivos, sugerindo sua aprovação pelo senhor ordenador de despesas; 117 pareceres em diversos processos submetidos a sua apreciação; 35 ofícios endereçados aos órgão de controles internos e externos, Ministério Público, etc; 251 memorandos de matérias de interesse da instituição.

Quando da execução das auditorias em referência, foram apontadas diversas falhas, omissões, impropriedades, etc nos relatórios. Cabe, portanto, aos senhores ordenadores de despesas e gerentes de perímetros irrigados, observar com rigor as orientações produzidas pela auditoria, na forma, inclusive, recomendadas pelo diretor geral, saneando, tempestivamente, as falhas, omissões e impropriedades apontadas pela Auditoria Interna. No que diz respeito ao atendimento às diligências procedentes do CGU, TCU, Ministério Público, etc, todos os processos endereçados à Auditoria foram atendidos, no prazo estipulado, inexistindo, portanto, qualquer pendência sob sua responsabilidade. Entretanto, muitas são as dificuldades quando as diligências em referência ficam na dependência de esclarecimentos a serem produzidos pelas demais unidades desta administração central (diretorias, PGE, etc), haja vista que, raramente as informações são encaminhadas aos órgãos de controle interno e externo, nos prazos

estipulados, repercutindo, negativamente quando do julgamento das prestações de contas anuais, sob a responsabilidade de egrégia corte de contas (TCU), muito embora o assunto tenha sido objeto de expressas recomendações procedentes da direção geral, no sentido de que seja concedida absoluta prioridade no atendimento às solicitações advindas dessas entidades.

Quanto à necessidade de contratação e ampliação do quadro de servidores, o DNOCS encontra-se aguardando a autorização, pelo Ministério do Planejamento, objetivando a realização de concurso público para o preenchimento de sete cargos vagos na Auditoria, número necessário e suficiente ao exercício pleno de suas atividades. No que diz respeito aos recursos materiais, o atendimento não foi satisfatório, esperando-se que com a conclusão da reforma do edifício sede, essas pendências sejam solucionadas.

Coordenação de Planejamento e Orçamento-CPO
Nilo Alberto Lopes Barsi (a partir de jan. 2006)

Coordenação de Gestão Estratégica-CGE
Adbeel Goes Filho

Auditoria Interna-AUDI
Antônio Pinheiro de Freitas

Coordenação de Recursos Humanos-CRH
Marley Cisne de Moraes

Coordenação de Recursos Logísticos-CRL
José Eduardo Veríssimo Gadelha

Coordenação de Recursos Financeiros-CRF
Airton Jorge de Sá

Coordenação de Estudos e Projetos-CEP
Maria Zita Timbó Araújo

Coordenação de Obras-COB
José Augusto Tostes Guerra

Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas-CTA
João Lúcio Farias de Oliveira (até jan. 2006)
Douglas Augusto Pinto Júnior (a partir de jan. 2006)

Coordenação de Pesca e Aqüicultura-CPA
Renata Teles Polary Borriheiro

Centro de Pesquisas em Aqüicultura Rodolpho von Ihering-CPA/CA
Pedro Eymard Campos Mesquita

Centro de Pesquisas em Carcinicultura-CPA/CC
Simone Cardoso Façanha

Coordenadoria Estadual no Piauí-CEST-PI
José Carvalho Rufino

Coordenadoria Estadual no Ceará-CEST-CE
Francisco Edilson Ponte Aragão
Antônio Eduardo Gonçalves Segundo (a partir de maio 2006)

Coordenadoria Estadual em Pernambuco-CEST-PE
Waldemar Alberto Borges Rodrigues Filho

Coordenadoria Estadual na Bahia-CEST-BA
Maria de Fátima Nunes do Carmo
Gerardo Azevedo Júnior (a partir de jun. 2006)

Coordenadoria Estadual no Rio Grande do Norte-CEST-RN
Marcílio Andrade de Lucena Dias

Coordenadoria Estadual na Paraíba-CEST-PB
Solon Alves Diniz

Coordenadoria Estadual em Alagoas-CEST-AL
Christiano Esequiel de Mendonça

Coordenadoria Estadual em Sergipe-CEST-SE
José Marcionílio da Rocha

Coordenadoria Estadual em Minas Gerais-CEST-MG
Paulo José Carlos Guedes
César Emílio Lopes Oliveira (a partir de maio 2006)

Escritório de Brasília-GAB/EB
Gerarda de Maria Vale Sales
Helena da Silva Guimarães (a partir de jun. 2006)

Procuradoria Federal-PF
Valmir José da Costa